

Diário de Lisboa

FUNDADO EM 1921 ANO 69 Nº 23205

DIRECTOR MÁRIO MESQUITA DIRECTORA ADJUNTA DIANA ANDRINGA

QUINTA-FEIRA 22 MARÇO 90 60\$00

EDITORIAL

Obviamente, prescrevem!

Humberto Delgado foi, ainda é, um empecilho. General, promessa do salazarismo, ousou um «Obviamente, demito-o!» cuja impertinência fez corar as famílias do regime e, numa onda de entusiasmo popular, ruir as estratégias gizadas em outros sectores da oposição. Exilado, perseguido, não abrandou, fazendo e desfazendo alianças, congeminando formas de luta que, se nem sempre as melhores, eram pedradas no charco dos brandos costumes portugueses. De General Coca-Cola, passou a General Sem Medo - e tornou-se um chamariz para aventureiros e polícias de proveniências várias. O seu destino estava desde então traçado: como Amílcar, como Mondlane, como Ben Barka, como Ninoy Aquino, tinha de ser abatido. Ou, melhor, na terminologia das polícias que o cercavam, «cientificamente eliminado».

Atraído a uma cilada cujos contornos nunca foram totalmente esclarecidos, foi assassinado. Os seus assassinos eram agentes da Pide - a polícia política de Salazar.

Não foi uma derrapagem do regime. Foram da essência deste a prisão e a tortura, o desemprego e as perseguições por razões políticas, a deportação e o desterro, o exílio, os campos de concentração, a censura, os espancamentos e assassinios de opositores, a sua submissão a tribunais especiais (militares ou civis), às ordens da polícia política e sob leis iníquas. Mas a democracia optou por esquecer, quer os executantes desses crimes, quer os que sacrificaram tudo, mesmo a vida, pelo direito dos portugueses a serem livres.

E de novo o general surge a incomodar: porque a prescrição da pena dos seus assassinos recorda a impunidade de que usufruíram todos os restantes. E a nossa responsabilidade, por não termos sabido, como outros o fizeram, declarar que há crimes que não devem prescrever nunca: os crimes contra a Humanidade, cometidos por todas as ditaduras.

Diana Andringa

Interpol reabre caso Delgado

Pedido de informações da RFA sobre Rosa Casaco e Casimiro Monteiro levou o Tribunal Militar a retomar o processo



Elba Ramalho agradou no Porto Cantando para um Coliseu meio vazio, a nordestina a quem os conterrâneos brasileiros chamam de «cantriz» soube empolgar. Apelou à dança, emocionou, foi mulher. Se é de profissionalismo que se trata, em jogo esteve no espectáculo de ontem, sobretudo, a sua maneira natural de ser e de estar. Deslumbrante. Mas Elba não trouxe só a música do Brasil: com «Nordeste Independente» e «Saga da Amazônia» ela fez também a sua afirmação de consciência, política e social. Depressa encheu de entusiasmo os lugares que ninguém ocupou. Houve festa no Porto... **Pág 22**

O Tribunal Militar Territorial de Lisboa reabriu o processo contra os assassinos de Humberto Delgado em consequência de um pedido feito à secção portuguesa da Interpol pela sua congénere alemã que, oito anos depois da sentença contra Rosa Casaco e Casimiro Monteiro, quis saber se eles ainda eram procurados.

Em consequência os juizes elaboraram um acordo e, por unanimidade, decidiram que a pena contra os dois acusados havia prescrito em Agosto de 1987, numa decisão contestada pelos advogados da família, para quem tal prazo só expira no dobrar do milénio. Alegam que no período que mediou entre o assassinato e a Revolução de Abril, não foi possível qualquer procedimento criminal contra os dois acusados, tanto mais que o antigo regime sempre negou culpas da polícia política e chegou a elaborar um processo falso, envolvendo forças da oposição. Quando se anuncia uma última homenagem a Humberto Delgado, com a transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional, a 10 de Junho, reabre-se também a polémica sobre a não-punição dos seus assassinos, que a Interpol nunca conseguiu prender, apesar das notícias de estarem a viver em países com os quais Portugal tem acordos de extradição. **Págs. 2, 3 e 4**

Plano Collor confunde o Brasil

Da nossa correspondente no Rio, Cora Ronal

A vida brasileira, com a activação do Plano Collor, assumiu características surrealistas. Por um lado, os banqueiros, os ricos, os especuladores, profundamente atingidos, tudo fazem para sabotar as medidas económicas do novo Presidente.

E a esquerda, a que votou em Lula? Essa vive na maior perplexidade: apoiar ou não apoiar o Plano Collor é o dilema que se lhes coloca com a maior acuidade. **Pág. 12**

Benfica suspira pelos franceses

Depois do categórico triunfo averbado ontem frente aos soviéticos do Dniepr, o Benfica suspira para que do sorteio a realizar amanhã, em Genebra, lhe surjam como opositores, na rota da mais importante e prestigiada competição futebolística da UEFA, os franceses do Marselha, teoricamente mais débeis do que as fortes turmas do Milão ou do Bayern. Uma destas ficaria para

a derradeira ronda, em Viena, quando chegar a altura de discutir a posse do trono europeu.

Recorde-se que no Marselha, além do ex-benfiquista Mozer, actuam Papin, Tigana e a grande vedeta Waddle. Com uns ou com outros, a verdade é que o Benfica está a 180 minutos da final da Taça dos Campeões.

Reportagem, na pág. 25, do nosso enviado especial a Dniepr, Neves de Sousa, com o patrocínio de



Alto do Lumiar: projecto vai ser renegociado
Pág. 18

Roménia acusa Hungria de instigar confrontos
Pág. 12

Weizacker tranquiliza europeus do Sul
Pág. 11

Auto-Retrato de Maria Ondina Braga
Pág. 15

Hoje: Suplemento Literário

Um pedido de esclarecimento da polícia da Alemanha Federal originou o acórdão que suspendeu as penas dos assassinos de Delgado e Arajaryr Moreira de Campos. Já houve recurso, mas mantém-se a polémica sobre o prazo de prescrição, quando se anuncia uma última homenagem ao «General sem medo», a 10 de Junho

Quem libertou os assassinos de Delgado?

GRANDE ANGULAR

O acórdão que determina a prescrição das penas contra Rosa Casaco e Casimiro Monteiro, condenados pelo assassinato de Humberto Delgado, resultou de um pedido de esclarecimento da Interpol que, oito anos após a sentença, quis saber se a justiça militar continuava interessada nos réus. Sem ter conseguido capturar os dois principais acusados do crime, a polícia internacional acabou por dar origem ao acórdão do 2º Tribunal Territorial de Lisboa, que «levantou» a sentença.

Luís Saias e José Luís Nunes, advogados da famí-

lia de Delgado, apresentaram recurso de tal decisão, pelo que a prescrição está de novo sem efeito. Mas, divulgada em vésperas das cerimónias que assinalaram os 25 anos da morte do general, a notícia de as penas estarem sem efeito suscitou condenação entre os opositores do antigo regime e originou um abaixo-assinado de protesto, já com dezenas de assinaturas.

Ajuda alemã

Depositada nos arquivos do tribunal militar, a sentença contra António Rosa Casaco e Casimiro Monteiro estava esquecida quando, no

início do ano, a secção portuguesa da Interpol recebeu um ofício da sua congénere na Alemanha Federal a saber se ainda mantinha o pedido de captura dos dois réus. Devido a esse «alerta», os serviços enviaram um ofício ao 2º Tribunal Militar Territorial de Lisboa - autor do pedido de extradição - a saber se ele se mantinha. A resposta não tardou: os juízes despacharam a 12 de Fevereiro - e foram unânimes em declarar a prescrição da pena.

«O processo foi concluído para decisão devido a uma comunicação da Interpol», disse ao «DL» o juiz Sidrão Capelo de Sousa, que nos confirmou ainda a unanimidade da decisão do tribunal. Em sua opinião o acórdão que suspende as penas não suscita dúvidas e também concorda «em teoria» com as razões que motivaram o recurso dos advogados da

família. Só não esperava que fosse este o resultado dos pedidos de captura.

«A extradição foi solicitada através da Procuradoria-Geral da República, que nisso envolveu os elementos legais ao seu dispor», disse Capelo de Sousa: «Há anos que se recorre a todos os meios possíveis para fazer cumprir a lei», acrescentou. Ao que parece, polícias de vários países estiveram envolvidas na procura dos réus, nunca oficialmente encontrados, apesar das notícias de terem sido reconhecidos em Espanha e no México (caso de Rosa Casaco) ou na África do Sul, Brasil e Estados Unidos, no que se refere a Casimiro Monteiro. De referir que Portugal tem acordos de extradição com todos esses países.

«Ainda na fase de instrução do processo, Rosa Casaco foi contactado, em

Madrid, por um dos advogados do Ministério Público», disse Luís Saias ao DL, dando a entender que não foi a falta de conhecimento a motivar a pouca eficácia da polícia.

Luís Saias apresentou um requerimento de extradição dos réus, durante o julgamento. Abrangia os quatro acusados, mas só Lopes Ramos foi capturado, há dois anos, no Brasil. A prisão foi curta e teve valor simbólico: considerou-se que havia expiado a pena durante o período de prisão preventiva. Saliente-se que no caso do inspector superior Barbieri Cardoso, nome forte da Pide e amigo próximo dos serviços secretos franceses, a compreensão das autoridades democráticas foi ainda maior: Barbieri voltou ao País após anos de exílio mas, tendo apresentado sucessivos atestados médicos, nunca foi preso

para cumprir o tempo a que fora condenado, acabando por morrer em Portugal - e em liberdade.

«Não sei se as diligências para a extradição não deram resultado por falta de elementos, ou se não houve resultados concretos por qualquer outra razão. O problema foi levantado na altura do julgamento, depois disso deixámos de pensar nisso», disse ainda Luís Saias. E, ironia do destino, se não fosse a persistência germânica ainda o processo estava na poeira do tribunal de Santa Clara...

Prescrições várias

Rosa Casaco e Casimiro Monteiro foram julgados à revelia, durante um longo processo que referimos noutra local. Decorreu em tribunal militar, por força da Lei 8/75, que se aplica a todos os elementos da antiga polícia política. Para as penas, porém, recorreu-se ao Código de Processo Penal então em vigor e não a lei militar, dada a natureza dos crimes que ambos cometeram. Em 1982 foi elaborado novo código, mais favorável no que se refere a prescrição de penas. E é a este imbrincado legal que os juízes foram buscar as razões do acórdão de Fevereiro do tribunal militar.

Consideraram que a pena havia prescrito 22 anos e meio após a data do crime, ou seja em 13 de Agosto de 1987. Para tanto alegaram que o processo nunca transitou em julgado, dado que os réus estiveram sempre ausentes do país. Lendo uma cópia do acórdão, um jurista que o DL contactou, foi de opinião que a argumentação «está certa, do ponto de vista de uma jurisprudência tradi-

Eliminação científica

«Desde que, para os comunistas, o princípio da depuração é causa de fortalecimento de um partido, e o princípio do erro é causa de êxito futuro, não podemos contar que a capacidade dos revolucionários não comunistas seja suficientemente eficaz para neutralizar a tática comunista e, por isso, estando o movimento actualmente nesta posição, só uma saída se vê para que ele não nos traga dissabores - ou a eliminação científica dos responsáveis, como processo de intimidação, ou então a repressão, que nunca é uma maneira eficaz de evitar que, no futuro, eles voltem à acção».

Assim, nestes termos directos e simples se concluiu um relatório «muito secreto» sobre o «Plano de subversão para a Península Ibérica». Datado de 1963, ele contém, com toda a clareza, a ameaça de morte que vitimaria Delgado.

O relatório, integrado num dossier da Pide, conhecido como «Operação Outono», debruça-se sobre «a grande campanha lançada na Imprensa mundial contra os regimes em vigor na Península».

Largo espaço é dedicado à análise das diversas componentes da Oposição e às divergências que entretanto teriam surgido entre Humberto Delgado e elementos das Juntas de Acção Patriótica. As informações de que a polícia dispunha eram pormenorizadas: a dado passo afirma-se mesmo que «a Fundação Gulbenkian» a título de subsídios para outros fins, tem auxiliado o movimento com diversas quantias, sabendo-se que 400 contos por ela dados de uma vez, foram malbaratados, por pessoa não identificada, que os recebeu para outros fins».



Durante a campanha de 1958 já havia banhos de multidão e Delgado têve-os

Uma decisão para ilibar o regime

O «General sem medo» não foi esquecido. Passados 25 anos da sua morte, Humberto Delgado ainda vive na memória daqueles de quem foi companheiro de luta, ou para os que apenas o têm como referência política. A indignação e revolta com que o acórdão de 12 de Fevereiro, do Tribunal Militar Territorial de Lisboa, que dá por prescrito o procedimento criminal dos assassinos de Delgado, foi acolhido nas hostes políticas e intelectuais, mostram que quase 16 anos de regime democrático não apagaram uma época de repressão.

«É uma injustiça. É fingir que não houve perseguições, cargas policiais, pessoas mortas e torturadas por uma liberdade que hoje gozamos. Esta decisão é uma forma de ilibar o regime dos crimes que cometeu, de desfazer a memória colectiva, desvalorizando o que foi importante». Esta a opinião

de Eduarda Dionísio. Para ela o general é uma referência vaga, mas recorda-o como o homem que conseguiu unir a oposição e desmascarar a ditadura.

«As circunstâncias da sua morte, tanto quanto vêm esclarecidas na Imprensa, parecem-me sinistras e reveladoras de como funcionava a Pide e o antigo regime. Não sei como pessoas que matam outras conseguem, por artes mágicas, que afinal parecem legais, serem ilibadas dos crimes que cometeram» - disse-nos. A deputada Helena Roseta afirma que é preciso não esquecer o passado. «Este acórdão é uma afronta a um sentido de responsabilidade histórica. Só mesmo em Portugal, porque noutros países os criminosos nazis ainda são julgados. Espero que isto não fique por aqui e que as pessoas tenham alguma reacção».

Autor do «obviamente demito-o»,

Delgado é recordado por todos como um homem digno e corajoso. O único que em 30 anos se entregou totalmente à luta pela liberdade e conseguiu abalar o poder de Salazar. Raul Rego, um dos que esteve a seu lado na campanha de 1958, diz-nos: «Não era um conspirador. Era um homem frontal. Destruí um ídolo e perdi a luta porque foi assassinado. Não compreendo que um Estado democrático amnistie crimes comuns e possa considerar como cidadãos ilibados assassinos puros, aqueles que aceitam matar um homem não numa batalha, mas por simples ordem policial».

Para a Pide, ele era o «general fantoche». Para os estudantes, o grande político das suas adolescências. «Para mim foi o homem das multidões, o que encheu a Estação de S. Bento e a Avenida dos Aliados, o orador que ouvi no Coliseu e não esqueci. Não foi o motivo do

meu despertar para a política, mas, sem dúvida, o reforço na minha atitude anti-salazarista» - conta-nos Sottomayor Cardia, um dos subscritores do abaixo-assinado contra a decisão do tribunal militar. Este deputado socialista disse ao DL «estou convicto que este acórdão não é uma decisão jurídica». Mário Dionísio, escritor, mostra-se também revoltado com tal decisão. «É preciso divulgar o que foi a época e o papel de Delgado na luta contra o regime. Haverão talvez casos parecidos com este, mas nenhum tão escandaloso, revoltante e, acima de tudo, desolador».

A família do general não desiste e afirma que o documento de 12 de Fevereiro não passa de um equívoco ou erro. Os amigos, esses, continuam atentos e solidários na exigência de uma reparação moral.

A.M.I.



A imagem do general sem medo foi bandeira e abriu os olhos a uma geração

cional, e não muito profunda».

Mas será assim? Não faltam opiniões contrárias: Luís Saias e José Luís Nunes alegam, no recurso, que a sentença do caso Delgado prova um conjunto de factos reveladores da impossibilidade de, entre 13 de Fevereiro de 1965 e 25 de Abril de 1974, ser possível procedimento criminal por falta de «autorização legal». Ou seja, no período que mediou entre a morte e a queda do antigo regime os dois assassinos de Delgado não foram molestados nem alvo de perseguição criminal porque o Estado «frustou conscientemente essa possibilidade, encobrindo a prática do crime». Assim sendo, o prazo de prescrição das penas não seria contado a partir dos dois assassinatos, mas sim do início do regime democrático, quando passou a ser possível o jul-

gamento.

É com base nesta argumentação que os advogados da família Delgado defendem, no recurso, outra data para suspensão de penas: Janeiro de 2001. «A prescrição implica a capacidade e a vontade de punição, por parte do Estado, contra os infractores. Vivendo estes na mais completa impunidade não faria sentido» aplicar a actual lei, lê-se no documento entregue ao tribunal militar.

«O actual Código Penal, no artigo 119º estipula que não existe procedimento criminal quando há falta de autorização legal para punir os culpados», disse ao DL um dos juristas que consultámos, dando razão a esta argumentação. «A lei prevê casos de suspensão da prescrição, quando, por determinação legal de um órgão do Estado, os arguidos não são submetidos a jul-

gamento e, não tendo existido essa ordem legal, houve, no entanto, uma actuação do Estado, ilegal embora, mas com a mesma força política», comentou outro dos juristas que contactámos.

Processo falso

Depois da morte do general e Arajaryr Moreira de Campos foi aberto um processo falso, destinado a inculpar terceiros, como muitos ainda se lembram. Parte desse procedimento constituiu prova em tribunal, durante o julgamento de Rosa Casaco e Norberto Moreira e faz parte da argumentação dos advogados da família Delgado, tendo o valor de precedente legal.

Referem, entre outros pontos, que logo a seguir às mortes, Barbieri Cardoso e Silva Pais «decidiram não dar conhecimento público dos factos ocorridos, determinando absoluto segredo».

E quando foram descobertos os corpos e a polícia espanhola começou a investigar, «o réu Rosa Casaco ordenou a António Semedo que (...) não relatasse a verdade de como os factos ocorreram», e assim se ocultaram provas «de forma deliberada, à autoridade policial ou judiciária competente».

Dez meses mais tarde Salazar insistia em atribuir à oposição ao regime as duas mortes quando, numa comunicação ao País feita a 5 de Novembro, a pro-pósito das eleições, se referiu a Delgado: «Sendo certa a inviabilidade de qualquer movimento revolucionário (por ele encabeçado) a nós nos convinha que falasse, a outros havia de convir mais o silêncio que só a morte poderia com segurança guardar», afirmou. «Se as autoridades espanholas conseguirem descobrir as circunstâncias do crime até aos últimos pormenores, é bem possível virmos a saber por outros o que seguramente (Delgado) nos confessaria a nós. Eis porque, além de outras razões, vemos no caso o máximo interesse e nessa conformidade temos agido, com lealdade e prontidão».

Tal insinuação sobre a autoria dos dois assassinatos não representa, afinal encobrimento legal, por parte de alguém que sabia do que acontecera, por ter sido informado pelo director de Pide, Silva Pais, que os autores do crime eram agentes da polícia política? Serão os juízes a decidir, quando as condições em que morreu Humberto Delgado voltarem ao tribunal militar, no julgamento do recurso apresentado por Luís Saias e José Luís Nunes, ainda sem data marcada.

Perto do edifício do tribunal - no Panteão Nacional, também ao Campo de Santa Clara - estará a ser erigido, nessa altura, o mausoléu destinado aos restos mortais de Humberto Delgado. Resta saber se, homenageado num canto dessa praça, o general sem medo acabará por ser esquecido poucos metros ao lado.

Maria Guiomar Lima

COMENTÁRIO

O tribunal que nos resta

Herdámos, possivelmente mais do que outros, a perversão cristã do direito romano que baralhou justiça e bondade. E depressa trocamos o impulso sanguíneo para o julgamento popular pela desculpabilização.

No 25 de Abril, os «pides» apanharam um susto que não passou disso: a ameaça de vindicta, punição indiferente ou avessa aos Direitos, breve foi substituída pela consumação dos crimes, que verdadeiramente só acontece quando as vítimas são convidadas a verem-se como justicadas - isto é, quando a natureza criminosa dos martírios é apagada pela cumplicidade geral com os algozes.

Já não há crime; restam indignações, fomes insaciadas de uma justiça que não virá. E, às vezes, a dor suprema de nos cruzarmos com o nosso próprio carrasco impune.

Isto não acontece, é claro, com os autores dos «bárbaros assassinios», rotina de jornal; esses, se presos, são julgados e condenados - e protegidos da ira popular à saída da audiência. A irresponsabilização já compensa, por exemplo, os seviciadores de crianças - «quem dá o pão dá a educação». E, dezasseis anos depois do 25 de Abril, aquela que compensou os crimes da polícia política salazarista dá mais um ar da sua graça: os condenados pelo assassinio de Humberto Delgado podem regressar de onde se acoitaram porque as suas penas prescreveram.

Sucede esta requintada forma de «pacificação nacional» quando se prepara, tarde e a más horas, o cumprimento de uma decisão unânime do Parlamento, mandando sepultar o general no Panteão, sítio previsto para acolher mortos a quem a Pátria deva excepcional homenagem. A Justiça associa-se - anunciando a Rosa Casaco e Casimiro Monteiro que tudo passou. Em obediência a preceitos legais, não duvidamos, conquanto, afiançam juristas de mérito, de aplicação discutível. À luz de preceitos morais, comete-se, se for definitiva a decisão, uma injustiça imperdoável contra o povo português. A trasladação de Humberto Delgado não poderá ser apenas uma homenagem; terá que ser igualmente um protesto - e já não apenas contra um crime, um regime, um passado, mas também contra as leis em que se baseia o acordão do 2º Tribunal Territorial de Lisboa.

A trasladação de Humberto Delgado não poderá ser o discreto desempenho de uma incumbência legal; terá que ser uma manifestação eminentemente política, de carácter nacional e institucional.

O regime democrático, tão distraído da educação cívica da juventude, tem o dever de proclamar com solenidade que o crime não compensa na memória dos povos. É este, parece, o tribunal que nos resta para condenar o fascismo.



João Paulo de Oliveira

A História mastigada

9 de Outubro de 1978. Chegavam ao fim os catorze anos de silêncio sobre os mistérios que envolveram a morte do general Humberto Delgado. O julgamento do século começava no Tribunal Militar Territorial, em Santa Clara. Silva Pais, com 72 anos, ex-director da Pide, Álvaro Augusto Pereira de Carvalho, 58 anos, e Agostinho Tienza, detidos em Caxias, eram os réus presentes no tribunal. Os outros elementos da Pide implicados no assassinio do general, Agostinho Barbieri, de 70 anos, António Rosa Casaco, de 58, Ernesto Lopes Ramos, de 45, e Agostinho Tienza, de 58 anos, encontravam-se no estrangeiro. Em França, Espanha e África do Sul, dizia-se na altura. Um

julgamento que se arrastou durante mais de três anos e cujas audiências ultrapassaram as duas centenas. Um longo folhetim em que a história se mastigou em contradições.

De rostos crispados os três homens sentam-se no banco dos réus. Pouco passava das 15 horas e a sala estava quase vazia. O ambiente que rodeava o julgamento era tenso. A sessão presidiu o coronel na reserva Emanuel Xavier Pereira Coelho, coadjuvado pelos coronéis Manuel António Dantas (vogal) e Casimiro Dias Morgado (promotor de Justiça). Alfredo Gonçalves Pereira era o juiz auditor e Fernando Abranches Ferrão, Luís Saias e José Luís Nunes os advogados de acusação.

O major Silva Pais, que apareceu fardado a rigor e com todas as condecorações, foi o primeiro a ser ouvido. Negou qualquer culpa ou participação no crime. Confessou que se tinha limitado a dar o seu acordo a um plano que pretendia atrair o general a território português para o prenderem. A morte resultou de uma iniciativa pessoal de Casimiro Monteiro e estranha à Pide. Na Imprensa falava-se muito de uma orquestração que estava a ser desenvolvida para apresentar o arguido ultrapassado nas suas ordens.

A audiência do dia 13 foi quase toda preenchida com a leitura do depoimento do réu revel Ernesto Ramos. Foi este que se infiltrou junto do

general, intitulado-se advogado e, sob o nome falso de Eduardo de Castro e Sousa, o levou à emboscada de Villa Nueva del Fresno.

Ernesto ressaltou que não viu ninguém atirar sobre Delgado. Viu sim Monteiro agarrar nas mãos do general que, segundo ele, empunhava uma pistola. Mais tarde ouviu Casaco gritar «Tienza! Agarra aí o general». Quando abandonou o local não viu ninguém ferido nem caído.

Na terceira sessão, o juiz auditor interroga o major Silva Pais durante mais de duas horas. Este admite ter abafado o caso. Em fins de Outubro de 1965, Salazar faz um discurso público e ga-

continua na pág. 4

*Mário Soares volta a ser «advogado» da família Delgado.
Só ele poderá dar significado à cerimónia de transladação dos restos mortais
do «General sem medo» para o Panteão Nacional*

Delgado a cargo do Património Cultural

A transladação dos restos mortais de Humberto Delgado para o Panteão Nacional, a 10 de Junho, está entregue ao Instituto Português do Património Cultural. Pedro Santana Lopes resolveu fazer executar, este ano, a decisão tomada por unanimidade pela Assembleia da República, mas delegou poderes e a cerimónia corre o risco de perder importância política, diluindo-se entre todas as comemorações previstas para a data.

A atribuição de tais competências ao IPPC explica-se com uma só palavra: burocracia. O Panteão Nacional «depende do IPPC, portanto terá de ser o instituto a tratar da transladação», segundo disse ao DL um porta-voz da secretaria de Estado da Cultura.

E não há argumentos capazes de convencer quem assim vê as relações de pertença dentro das instituições do Estado - nem o secretário de Estado da Cultura achou por bem prestar declarações ao nosso jornal sobre este assunto, apesar dos pedidos feitos.

A procura da memória perdida

A decisão de transladar os restos mortais de Humberto Delgado para o Panteão Nacional foi tomada pela Assembleia da República, em Junho de 1988. Por unanimidade e aclamação, todos os partidos representados em S. Bento decidiram que tinha chegado a altura de «tratar com dignidade» a memória do «General sem



Soares (na foto com Humberto Delgado) foi dos primeiros a bater-se pela punição dos culpados. Conseguirá agora dignificar as cerimónias de transladação?

medo». Mas, aprovada a lei (e satisfeitas as boas intenções) ninguém cuidou de a executar.

«Está-se a perder a ideia daquilo que Delgado representou, quando passar a geração que com ele conviveu, pouco fica na nossa memória colectiva», diz Alcina Bastos, da Comissão de Homenagem a Humberto Delgado. Criada logo a seguir a Abril de 1974 e formada por velhos resistentes anti-fascistas - passe o chavão - tal comissão parece ser o único local onde o general ainda está vivo.

Coube à comissão organizar as cerimónias de homenagem a Delgado quando, em Janeiro de 1975 os restos

mortais chegaram a Lisboa, vindos de Espanha. Nessa altura o corpo ficou em vigília na Igreja do Santo Condestável e foi depois transferido para o cemitério dos Prazeres. Mas nem então a homenagem teve a dimensão que a comissão pretendia. Costa Gomes, na altura Presidente da República, não aceitou transformá-la em «funeral nacional», nem as forças políticas se uniram, a lembrar o «general sem medo», o que originou um protesto da comissão, que se recusou a participar no enterro.

Partiu também da comissão o abaixo-assinado de protesto, quando foi noticiada a possível prescrição

de pena de Rosa Casaco e Ramiro Monteiro, os «pides» responsáveis pelo assassinato de Delgado, como referimos noutro local. Tal documento continua a recolher assinaturas, de velhos resistentes anti-fascistas e também entre gente mais nova, que mesmo sem ter conhecido directamente Humberto Delgado, guardou algo da sua memória.

Recordar a campanha

Há anos que Alcina Bastos e os restantes membros da comissão, preparam a transladação dos restos mortais de Delgado. Sem nunca esquecer a dimensão nacional que o funeral de 1975 não teve.

«Vamos convidar Mário Soares para presidir à Comissão de Honra, queremos que dela façam parte representantes de todos os partidos e também delegados da candidatura de Humberto Delgado, vindos dos vários distritos do País», conta Alcina Bastos. Já obteve resposta de ex-apoiantes de Delgado em Vila Flor ou em Mirandela, por exemplo. Prepara-se para solicitar a vinda a Lisboa de Ian McDonald, Leclerc e Cavaliéri, os juristas que formavam a Comissão da Amnistia Internacional que esteve no nosso País há 25 anos, na altura da morte de Delgado. Conta com um aliado em Paris - Emídio Guerreiro, outro dos que não esqueceram - mas, em Lisboa, as cerimónias esbarram nos poderes instituídos: até agora Pedro Santana Lopes não deu resposta ao pedido de audiência que lhe foi solicitada, a 11 de Fevereiro.

«Querem despir a homenagem da sua componente política, tornando-a igual a tantas», acrescenta Iva Delgado. Bate-se há anos para que ao pai seja prestada justiça. Também ela estranha que reste tão pouca memória e, sobretudo, não concorda com a forma como foram punidos os culpados.

«O julgamento dos pideis pretendeu irresponsabilizá-los ou ilibá-los, considerando-os meras peças de uma engrenagem, como se fosse a Pide a instituição criminosa e não os seus agentes», afirma. E compara a situação portuguesa com o

GRANDE ANGULAR

juízo de Nuremberga. Com uma diferença: «Em Portugal não se compreendeu que os crimes das organizações policiais fascistas não se medem pela quantidade de mortes cometidas», quando foi feito o julgamento «apagou-se» o contexto em que a polícia política actuava.

Pedido apoio a Soares

Resta um apoio à família Delgado: Mário Soares. Ele, que com Abranches Ferrão foi o primeiro advogado do caso e, 25 anos volvidos preside às cerimónias do 10 de Junho, ainda tem uma palavra a dizer no modo como será prestada a última homenagem ao general sem medo.

Iva Delgado, a irmã e a mãe, solicitaram-lhe uma audiência que se deve concretizar «dentro de dias», disse ao DL uma fonte de Belém.

Resta saber que capacidade de decisão prática restará ao Presidente da República - quando não parece fácil ultrapassar o esquecimento que 25 anos criaram e furar a barreira de burocracia em que se vai transformar a última homenagem a Humberto Delgado.

M.G.L.

O julgamento do tribunal militar

continuação da pág. 3

rante que o assassinato não foi obra de portugueses. Nas suas declarações, o major revela que poucos dias depois do assassinato deu conta dos factos ao presidente do Conselho que lhe disse «nem mais uma palavra sobre o assunto». Silva Pais manteve no tribunal que a ordem era: «Façam a prisão desportivamente». Por outro lado, não se lembrou da ida de Rosa Casaco a Madrid a 11 de Fevereiro.

A 3 de Novembro de 1978 o julgamento prossegue com a sua 5ª sessão. O advogado José Luís Nunes, em nome da acusação, pede a extradição dos réus que estavam a ser julgados à revelia. Rosa Casaco, oficialmente a viver em Espanha, Barbieri Cardoso, em França, Casimiro Monteiro na África do Sul e Ernesto Ramos em parte incerta. Pedido que o tribunal, em acórdão votado por unanimidade, decide indeferir porque não se sentia com capacidade de solicitar

ao Governo a extradição dos implicados neste processo. «Fazê-lo significaria intromissão na esfera do domínio governamental» - argumentou. No entanto, determinou que a Polícia Judiciária averiguasse junto da Interpol o paradeiro dos réus ausentes.

Pereira de Carvalho, que destruiu os ficheiros da Pide no 25 de Abril, presta declarações na sexta sessão e incrimina Mário de Carvalho como informador. Diz que se não fosse este e Ernesto Ramos, Delgado não teria ido a Badajoz. Nega qualquer responsabilidade na operação que vitimou Delgado e diz que quem teria feito isso foi Barbieri Cardoso ou Casimiro Monteiro, que classificou como o homem ideal para um serviço destes. Ele sabia apenas que a brigada chefiada por Rosa Casaco ia até Espanha para prender o general.

Domingo, 14 de Fevereiro de 1965. O crime tinha sido cometido no dia anterior, às 15 horas, perto de Olivença.

É noite e a casa de Pereira de Carvalho chegam alguns polícias: Rosa Casaco, Ernesto Ramos e Tienza. Casimiro não subiu as escadas. «A operação correu mal», disse-lhe Casaco. Interrogado sobre este facto Pereira de Carvalho explica que «vieram ter comigo porque eu morava em Lisboa». No tribunal confirma: «Fui obrigado a acatar o silêncio sobre a morte e a considerá-la como um segredo de Estado» e revela, ao contrário de Silva Pais, que a Pide tinha ligações com a DGS espanhola e com os serviços secretos franceses (SDECE).

Os advogados de acusação pressionam Pereira de Carvalho e voltam à carga com a história da cal e dos cobertores, que os agentes da Pide transportavam no automóvel, com o objectivo de eliminar os vestígios do assassinato do General e da sua secretária. Este diz desconhecer a existência de tais coisas. Tienza, mais tarde,

afirma também não existir nada disso no seu carro.

O general foi encontrado morto a 23 de Abril numa cova, com a sua secretária, Arajaryr Moreira de Campos, em Espanha, a quatro quilómetros da fronteira portuguesa, juntamente com cobertores e cal. Segundo a autópsia espanhola, Delgado apresentava contusões no crânio e a secretária marcas de estrangulamento ou asfixia.

A 20 de Dezembro de 1978, Tienza começa a ser ouvido pelo Tribunal. Como todos os outros, nega a sua implicação no caso. «Só soube da morte do general pelos jornais» - refere. Ao fim da 18ª sessão de interrogatórios, Agostinho Tienza descarrega toda a culpa em Casimiro Monteiro, o único que não tinha sido ouvido.

O réu confessou não saber que ia ao encontro de Delgado. Só acreditou quando o viu, ainda vivo. Depois, ouviu tiros e Tienza conta que chorou debruçado

sobre o volante. A seguir, disse, meteram-lhe qualquer coisa no carro e andaram cerca de 42 quilómetros a 25 à hora. Pararam em Malos Passos, e só viu Casimiro Monteiro com o corpo da secretária nos braços.

O volte-face, em Santa Clara, dá-se a 6 de Junho de 79. O ex-inspector da Pide Manuel Silva Clara revela que o assassinato do general já estava planeado há mais de três anos. A partir daqui o advogado de Rosa Casaco, Manuel Anselmo, adopta outra argumentação. Segundo a Imprensa da época, esta nova tática visava levantar suspeitas sobre os inimigos do regime salazarista, casos do grupo de Argel e de Mário Soares.

Entretanto, Silva Pais é internado no hospital-prisão de Caxias e os seus advogados exigem que o libertem, o que vem a acontecer em Julho do mesmo ano, apesar dos protestos da União dos Resistentes Antifascistas Portugueses. O director da

Pide/DGS morre a 27 de Janeiro de 1981 e é enterrado com honras militares.

Em Março de 1980, o juiz auditor Gonçalves Pereira liberta Tienza e Pereira de Carvalho. Casimiro Monteiro era, sem dúvida, o réu que estava na mira dos juízes.

27 de Julho de 1981. Está anunciada a leitura da sentença deste processo. Na sala, entre outros, encontram-se Mário Soares, Vasco da Gama Fernandes e Raúl Rêgo. A Casimiro Monteiro é-lhe aplicada uma pena de 19 anos e oito meses, a Tienza e Pereira de Carvalho 22 a 24 meses (pena na altura já expiada), a Barbieri quatro anos e a Rosa Casaco oito anos de prisão maior e mais 59 meses de multa a 200 escudos por dia.

Em Fevereiro deste ano o Tribunal Militar Territorial dá por prescrito o procedimento criminal dos assassinos de Delgado.

Ana Mafalda Inácio

FORUM

AUTO-RETRATO

O auto-retrato é um deasfio que o «DL» continua a lançar às mais diversas personalidades da vida pública portuguesa. Duas vezes por semana está nestas páginas. Hoje é a vez de Maria Ondina Braga



Auto-retratar-me, eu que sempre detestei olhar-me nos retratos, que jamais me submeti a qualquer espécie de psicanálise, jamais me demorei diante do espelho?

Não obstante, o meu fraco por espelhos, confesso.

No livro *A Revolta das Palavras* conto do espelho do guarda-vestidos e de como a casa então se desdobrava dentro do cristal límpido, perfeito, as portas a multiplicar-se, o corredor crescendo, o quarto ao fundo, uma luzinha no quarto: a casa, o quarto, a luzinha, tudo até o infinito.

E de como, com o rodar dos anos, se criaturas da casa, uma a uma, se haviam retirado para o mundo do espelho. As criaturas e a própria casa demudada com os anos. Daí, agora, para mim, o espelho do guarda-vestidos um túmulo de família.

Em *A China Fica ao Lado*, «Os Espelhos»: «... toda a gente sabia que o pequeno aposento de Miss Carol era forrado de espel-

hos. Não que ela algum dia nos convidasse a entrar, mas entrevíamos-lo de passagem pela porta meio aberta: além do espelho do toucador, uma série de espelhos quadrados pelas paredes. (...) E perguntava a mim mesma, aterrada, se, revestidas por completo as paredes de espelho, Miss Carol não começaria a espelhar o soalho e o tecto, imergindo na loucura.»

Que, enfim, a minha maneira de escrever, de engenho uma história, de criar as personagens, todo o meu espanto ao longo da escrita, a suspensão, o susto, não será, porventura, também um jogo de espelhos, a minha maneira de escrever? De qualquer forma, nessa confusão é que frequentemente me encontro. Encontro-me num repente, sem bem chegar a conhecer-me. E isso porque nunca nada me vem da minha curiosidade de mim, se não do fosso ficcional em que me afundo: uma força, lá, fantástica, a impelir-me para a superfície. E comparo esse meu processo com o usado pelo jardineiro na plantação por estaca. O golpe que o jardineiro dá no

pé do gomo amputado e a semente que ali introduz — o mais humilde grão, um feijão-fradinho que seja, cuja seiva arregará, contudo, o ramo des-senraizado.

Comigo o mesmo que com a planta, digo? O mesmo, sim, mas também outra coisa. Pois se comigo tudo metafórico, tudo fabulação, como, Deus meu, produzir vida activa debaixo do sol?

Não. Auto-retratar-me, não. Tenho medo. Segundo uma lenda medieval, quando alguém enfrenta a sua própria pessoa de lés-a-lés e sem contemplanções, sinal certo de morte próxima.

Auto-retratar-me só, talvez, se fosse pintora. Pintora ou escultora. As artes da forma ferem mais francamente e mais fundo. Difícil, mesmo assim, de certo. A escolha, por exemplo, das tintas, dos tons, a fim de fazer falar a tela, melhor, calá-la? E a ciência do cinzel, o segredo das cicatrizes do cinzel no cepo do sicómoro como nas estátuas egípcias? A ciência e o braço. Aonde em mim o braço para alcançar o coração da pedra?

público e privado

RETRATO DO «MANAGER» INVEJOSO

Existe uma tensão permanente entre as exigências da colectividade e as do próprio indivíduo. Por um lado, o pendor para criar organismos sociais cada vez maiores, mais complexos, de âmbito internacional. Por outro, a necessidade de cada um conferir significado à sua vida, delinear o seu próprio espaço, o seu pequeno território pessoal.

É um facto característico desta época, em que caem e emergem partidos, renascem antigas nações e em que, finalmente, a Europa inteira se unifica, económica e culturalmente. Só uma minoria se dedica a estes grandiosos empreendimentos; porque a maioria deixa-se arrastar ou, a maior parte das vezes, resiste passivamente, na simples preocupação de não perder o que pode acumular.

O grande problema de todo e qualquer indivíduo é o de dar um sentido às suas acções, à sua própria vida, de modo a expandi-la num círculo cada vez mais amplo mas que, não obstante, permaneça seu. Durante milénios foi a família, o clã, a tribo com o seu território; com o aparecimento da propriedade privada passou a ser a casa, a herdade, a empresa. É esta a grande força do capitalismo, a de se apoiar na tendência humana para se realizar em qualquer coisa de pessoal; na qual se reconheça, à qual se dedique, pela qual despenda as maiores energias. A tragédia do comunismo foi a de lançar o indivíduo numa imensa e anónima colectividade estatal.

Fê-lo porque esperava que ele aí mergulhasse, aí se esquecesse da sua pessoa em proveito de uma meta social. Mas esta identificação só acontece na fase nascente dos movimentos colectivos: depressa estes ideais são esquecidos e cada um recomeça a preocupar-se consigo mesmo. Transformado em burocrata, esquece os objectivos colectivistas, entrincheira-se no seu posto como um senhor feudal no castelo. O sistema soviético não era, pois, um progresso em relação ao capitalismo, mas sim um prolongamento do feudalismo.

Durante muito tempo pensou-se que, mesmo as empresas privadas, a partir de uma certa dimensão, teriam o mesmo destino. Que, substituído o primeiro e

único proprietário por uma multidão anónima de accionistas, estes se tornariam burocratas ineficazes. Em vez disto, foram aparecendo continuamente novos empresários capazes não só de recolher capitais mas ainda de organizar e guiar seres humanos. As empresas de grande sucesso continuam a ser o produto de líderes carismáticos.

Nos anos vinte, na altura da grande depressão, os americanos inventaram ainda uma figura, o «manager», que é ao mesmo tempo um funcionário assalariado e um empresário, que sabe criar, inovar, motivar o pessoal, guiá-lo através de riscos e incertezas.

Os japoneses ainda foram mais longe. Criaram um espírito comunitário, uma verdadeira dedicação colectiva. Puseram em funcionamento um mecanismo de decisão em que todos estão envolvidos e dão o seu contributo, acabando por sentir os resultados como obra sua, na qual se reconhecem.

Mas permanece o problema do difícil relacionamento entre as metas colectivas empresariais e os interesses do próprio pessoal. Qualquer empresa capitalista, em qualquer momento da sua vida, corre o perigo de degenerar numa estrutura burocrática. E em qualquer grande empresa capitalista existem sempre numerosos dirigentes que vão servir-se dela exclusivamente para conseguirem os seus próprios fins, as suas próprias lutas de poder.

Talvez seja este um problema universal; mas aflige-me a frequência com que encontro em Itália um tipo especial de «manager», que sobrevive na estagnação a que se vota e a que vota os outros. Trata-se, em geral, de personagens dissimuladas que conseguem apresentar à empresa e aos seus superiores um rosto puro, honesto, cordial. Todavia, nas relações com os seus semelhantes ou inferiores mostram-se devorados pelo medo e pela inveja, destruindo assim os que tentam evidenciar-se, os que podem ter sucesso. Até que, afastados os melhores, acumulam nas suas mãos um imenso poder e gerem a empresa de um modo terrorista, arrastando-a, pouco a pouco, para a ruína.



Francesco Alberoni

Exclusivo
«Corriere
della Sera»/«DL»

(Trad. de Manuela
Ferreira de Almeida)

Diário de Lisboa

Fundado em 1921
Editado por Renascença Gráfica, S.A.

Presidente do Conselho de Administração: António Ruella Ramos.
Administradores: Maria do Carmo Ruella Ramos, João Manuel Ruella Ramos, António Brás Monteiro e António Gomes da Costa.
Secretário-geral: Jorge Galamba.

Director Mário Mesquita
Directora-adjunta Diana Andringa

Exerceram anteriormente a Direcção:
Joaquim Manso (1921/1956)
Norberto Lopes (1956/1967)
António Ruella Ramos (1967/1989)

Chefe de Redacção
Acácio Barradas
Chefes de redacção-adjuntos:
José Leite Pereira, Paulo David, Rodrigues da Silva e Rui Camacho

Redactor-principal
João Paulo de Oliveira

Coordenadores de Secção:
António José Teixeira, Eurico Vasconcelos, João Galamba de Oliveira, José Luis Feronha, Maria Guiomar Lima, Neves de Sousa e Vítor Leitão

Repórter-coordenador:
Adelino Cardoso

Redactor-paginador
António Ribeiro Ferreira

Redacção e reportagem fotográfica:
Almeida Henriques, Alves Henriques, Ana Mafalda Inácio, Ana Paula Sá, Augusto Vilela, Carlos Campones, Céu Neves, Daniel Reis, Dina Soares, Duarte Calvão, Elsa Andrade, Emília Trindade, Ernesto Sampaio, Fernando Brederode Santos, F. Dias Brito, Gisela Oliveira, João Isidro, Jorge Ferreira, José Rui Cunha (Bruxelas), Júlio Rodrigues, Luísa Alexandra Botinas, Lurdes Faria, Maria Antónia Martinho, Maria João Martins, Maria João Rocha, Maria José Belo Marques, Marina Tadeu, Marina Tavares Dias, Paulo Martins, Pedro Alvim, Pereira de Almeida, Rodrigues Borges, Rui Eduardo Paes, Rui Ferreira e Sousa, Rui Nunes e Rui Pacheco

Colaboradores permanentes da Redacção: Alessandra Balsamo, Daniel Oliveira, Francisco Paraiso, Isabel Joyce, Jorge Fallorca e Roby Amorim.

Cartoonistas: António Alfredo e José Bandeira

Grafistas:
Ribeiro da Silva (coordenador), Ermelinda Silva, Filipe Veríssimo e Luís Tenreiro

Paginadores:
Antonieta Teixeira, José António Carvalho, Jorge Santos, Pedro Pessoa, Oscar Figueiredo e Ricardo Magalhães

Secretária de Direcção
Maria Eduarda Soutello

Secretária de Redacção:
José Agostinho (coordenador), António Lima e Maria Helena Matos

Chefe de Publicidade
Luísa Valadas

Gestor de Informática
Luís Cantelero

Redacção, Administração, Publicidade e Serviços Técnicos: Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Telef. 3474870/9 - Telegramas DIBOA - Telex 12363 DIAROP - Telefax 3467134. Impresso na Renascença Gráfica, SA - Rua Luz Soriano, 44 - 1200 Lisboa. Distribuído por Interpress - Rua do Norte, 115-1º - 1200 Lisboa - Telef. 322100/322204/320784. Depósito legal nº 1426/82. Preço do jornal: no Continente, 60\$00; na Madeira, 75\$00; nos Açores, 85\$00.



PORTE PAGO

AS RÉPLICAS DE BUDAPESTE

Em 1988 era ainda flagrante a diferença entre a Hungria, onde o Poder ensaiava a abertura, e os outros países da Mitteleuropa dominados pela União Soviética, sobretudo a Checoslováquia, que permanecia encerrada numa redoma de aço que depois se viu ser uma caixa de Pandora. No Verão desse ano, desci o Danúbio num barquinho que liga Viena a Budapeste. O rio atravessa o sul da Áustria, entra na Checoslováquia e espraia-se por entre margens baixas, cobertas de areia escura, onde no Verão acampam os povos ribeirinhos. A república checoslovaca, popular e socialista de seu nome próprio, desconfiava tanto do seu proletariado como dos navios estrangeiros e enchera o percurso do Danúbio de dispositivos militares: lanchas, torres de vigia e as inevitáveis vedações de arame farpado que fizeram a notoriedade da cortina de ferro.

— *Voilà les barbelés* — gritou uma francesinha que seguia a bordo, subindo o tom de voz de um oitavo no fim da frase à maneira insuportável das pequeno-burguesas parisienses. — *Voilà les barbelés!* — repetiu, antes de mergulhar de novo na leitura de Kundera, que constituía a sua (dela) única chave para a compreensão da Checoslováquia.

Vimos a silhueta barroca de Bratislava, dourada à luz do sol poente e coberta pelos negrões industriais «Westminster», dizia Lenine, «não vale um tractor». Para os burocratas comunistas, os monumentos da capital eslovaca nada eram em comparação com os Leviatans industriais erguidos em redor da cidade, torva imagem que o rio, sábio e antigo, reflectia com soberana indiferença. Afinal de contas, a indústria pesada, que o marxismo-leninismo protegia como à menina dos seus olhos, caracterizava um modelo de desenvolvimento definitivamente condenado. O manto diáfano da utopia mal dissimulava o fardo do pesadelo.

Magris fala do museu da farmácia de Bratislava, presidido pelo deus Cronos pintado no tecto da entrada. Por entre venenos e elixires, ele, o pai de Zeus, o fundador de uma dinastia de humanas divindades, vai tecendo as malhas do tempo. Sabe o antes e sabe o depois. Em 1988 ele sabia já que um escritor, ora detido ora condenado ao silêncio pela ditadura de Praga, que lhe chamava «homem de letras sem importância», seria no ano seguinte feito chefe de Estado pelos mesmos que o tinham perseguido e que, incapazes de salvar um regime

tão frágil como um castelo de nuvens, assim se propunham salvar-se a si próprios. O deus sabia isso e muito mais. Quando, saído o último visitante, os guardas fechavam as portas do museu, Cronos, que já viu tudo, que engoliu os filhos e foi depois obrigado a vomitá-los, devolvendo-os à vida e à liberdade, soltava gargalhadas de escárnio que se ouviam nos barcos que cruzavam o Danúbio. Apenas nos barcos estrangeiros, é claro.

Nessa expedição danubiana perseguia-me, confesso, uma singular curiosidade. Lera anos antes num folheto do turismo húngaro que o palácio real de Buda abrigava uma colecção de grandes obras da pintura universal: dos renascentistas aos contemporâneos ou antes, a Picasso, porque com excepção do realismo socialista e do pintor comunista espanhol, toda a arte do século XX seria suspeita de decadência numa ditadura do proletariado. O folheto (lembrava-me) falava de Miguel Ângelo e Leonardo, de Goya e Velasquez, de Caravaggio e Ticiano, de Monet e Delacroix, numa profusão de dados que me surpreendia, não só pela quantidade e pela qualidade dos quadros inventariados, mas sobretudo pela confidencialidade do conjunto, de que não encontrava traços em qualquer outra publicação.

A colecção do palácio real, disse-me um amigo húngaro, que ria com a sapiência de Cronos, jamais existiu. Há, é certo, em Budapeste um museu de arte antiga que, por si só, merece viagem à capital da Hungria. A pinacoteca do príncipe Estherazy, adquirida no século passado pela coroa e depois enriquecida ao longo dos dias e dos trabalhos do Estado magiar, recorda quanto o país manteve, sob os Habsburgos e a dupla monarquia como sob as ocupações alemã e russa, as referências nacionais que passam também, inevitavelmente, pela fundação de uma galeria pública de artes plásticas e por uma política de aquisições que não conte os centavos. No museu da avenida Dózsa György, uma *madona de Rafael* ou um *S. Tomás de Aquino* de Sassetta, o *Sonho de São José* de Rembrandt, uma dama de Goya ou o *São João Evangelista* de Van Dyck podem assim enquadrar uma *Tália* de um obscuro Miguel Panonio, chegado no século XV à Itália vindo da Panonia, isto é, da Hungria, e capaz de criar a amálgama originalíssima de gótico e renascentista que o tornam um precursor de Arcimboldo. Como não sou húngaro, senti-me autorizado a preferir-lhe uma *Adoração dos Pastores* de Bronzino:

recortadas na nitidez tranquilíssima da paisagem iluminada pela fosforescência de uma Lua exterior ao quadro, as figuras curvam-se num estático encantamento em torno da criança que é, finalmente, a verdadeira fonte de luz.

Na política da cultura da ditadura húngara, o museu das Belas Artes de Peste era, porém, menos importante do que a colecção inexistente do palácio real de Buda de que falava o meu folheto turístico. Porque esta tratava-se, de facto, de algo de inexistente e, mesmo assim, dotado de fabulosa existência. Confirmaram-me em Budapeste, terra onde se pratica um alegre e saudável anticomunismo, que os burocratas da propaganda estalinista mantiveram durante décadas, no palácio real, um museu de réplicas de obras clássicas da pintura universal — centenas e centenas de cópias das obras que os censores locais privilegiavam enquanto leitura da História da Pintura universal. Não se contentando com a reescrita de História *tout court*. Big Brother reescrevia a das Artes. E ilustrava-a instituindo uma galeria de *pastiches* que, cuidadosamente arrolados pela propaganda, passavam por originais.

Diz Malraux que, no Museu Imaginário, um quadro só fica terminado quando recebe a moldura. Se alguma vez existiram, se alguma vez estiveram expostas, se, como toda a arte científica e toda a arte totalitária e toda a arte ao serviço do Povo, do Partido ou da Pátria, não foram apenas o sonho de um doente, as réplicas do palácio real de Buda emolduravam, revisitando-os, os quadros que pretendiam representar.

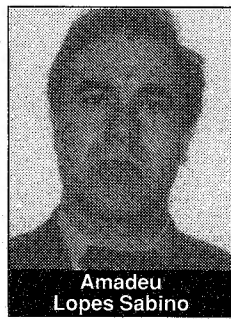
Para o marxismo-leninismo a missão da arte consistia na representação de uma teoria da sociedade e do Estado. Para os seus mentores locais, o barroco de austera e provinciana pureza das ruas de Buda não era um estilo artístico mas antes o signo da subserviência da velha aristocracia húngara perante os Habsburgos, isto é, perante o inimigo vindo do Ocidente. A montanha de cimento e pedra que encima a colina de Buda não podia ser lida como homenagem ao génio do mau gosto mas sim enquanto materialização do reconhecimento do povo húngaro para com o libertador soviético. Na (inexistente mas fabulosamente existente) pinacoteca do palácio real, a escrita do quadro revelava-se assim na aparência

das formas, ilustrava as razões do guia, que eram as razões do Partido e do Estado. Os trabalhadores, ávidos de cultura, não viam na *Gioconda* a burguesa florentina retratada por Leonardo, viam a deusa Revolução; de sorriso hipócrita ao canto dos lábios, ela exigia fidelidade aos filhos do povo que, piedosamente, obediente, a contemplavam. O tema dos *Fuzilamentos do 3 de Maio* deixava de ser a repressão do levantamento madrileno contra o invasor estrangeiro; o espanto dos supliciados transformava-os em marginais anti-socialistas condenados pelo anti-operário poder operário. E penso que, na réplica de *Las Meninas*, era o chefe da polícia política quem espreitava a cena da porta do fundo e não o intendente-geral do palácio de Filipe IV. Na Hungria por alcinha dita popular só o arquipolícia, homem perspicaz que servia Estaline como antes servira Hitler e Horthy, espreitaria com tal impunidade. A galeria do palácio real de Buda expõe pintura húngara, com relevo especial para as obras decadentes dos séculos XIX e XX: romantismo, *fin de siècle*, impressionismo, surrealismo, abstraccionismo... Reencontrando a sua História, a Hungria reencontra a sua arte decadente. Dorian Gray ousa rever o seu retrato.

Que será feito das réplicas do meu folheto turístico?

Recolheram às caves, disseram-me. E há mesmo quem duvide que alguma vez tenham estado expostas (entretanto, os velhos folhetos turísticos foram substituídos e os guias perderam a memória). Mas eu quero esperar que, dentro de uns anos, quando a Hungria se tiver definitivamente libertado do pesadelo do seu século XX, lhe seja possível olhar, sem horror mas apenas com sarcasmo, para as cópias grotescas, símbolo da pretensão a um tempo messiânica e iletrada de quem a governou durante quatro décadas: fazer um homem novo, manipulado o passado e o futuro para impor uma *Weltanschauung* tão simples, tão mínima, como uma cartilha maternal.

Os húngaros saberão então rir, com o riso de escárnio e maldizer do deus Cronos de Bratislava, do regime que mais não fez do que afogá-los em *pastiches*: cópias que passavam por originais; burocratas conservadores que se diziam revolucionários; a ditadura que se proclamava democrática e popular; a escravidão chamada liberdade; e, pior do que tudo isso, a douda ignorância denominada cultura de massas.



Amadeu Lopes Sabino

FORUM

GENEALOGIAS DA ACTUALIDADE

O RETORNO DO PRIVADO

O actual debate em torno da oposição entre o sector público e o sector privado apresenta de maneira muito interessante

alguns aspectos de velhas concepções que remontam à tradição indo-europeia e que, ainda hoje, permanecem como que adormecidas na nossa linguagem.

O privado designa nas arcaicas raízes indo-europeias tudo aquilo que é próprio dos cidadãos livres, dos que não são nem escravos nem estrangeiros, dos bem nascidos, de todos quantos dispõem, sem coacção, não só do seu corpo, do seu tempo e do seu espaço, mas também de tudo e de todos quantos, a título permanente ou a título temporário, estão sob o seu domínio. Os termos portugueses *próprio* e *privado* assim como o inglês *free* ou os termos alemães *frei* (livre) e *freud* (amigo) têm na raiz indo-europeia *priyos* uma origem comum. Como observa Emile Benveniste, a esta raiz está associada a ideia afectiva de amizade e aplica-se aos seres que estão intimamente associados aos homens livres. *Priya*, na língua védica, designa até a esposa e, em iraniano, *frya* faz parte da terminologia religiosa, designa as relações do homem com a divindade.

Na origem, só aqueles que possuem como próprio um domínio privado têm a possibilidade de evoluir com autonomia no domínio público, no espaço em que se desenrolam os processos de intercompreensão e de interacção, no espaço em que os homens estabelecem as regras da conveniência ou restabelecem a ordem eventualmente perdida. Entre as esferas do público e do privado não existe assim, na mais arcaica tradição indo-europeia, propriamente oposição, mas complementaridade. A democracia ateniense realizou de maneira exemplar, no período áureo da civilização grega, esta osmose e esta complementaridade entre o domínio público e o domínio privado. No espaço da *agora*, os homens livres, os *eleutheroi*, procediam à livre discussão da coisa pública, das regras que deveriam reger a cidade, a *polis*, na exacta medida em que lhes era garantido o direito soberano à vida privada no domínio da domesticidade.

Ao longo da história do mundo ocidental, apesar desta concepção se ter mantido praticamente inalterada, constituindo o princípio legitimador do direito público e da política, as

relações entre o público e o privado foram-se progressivamente distendendo, a ponto de, desde os meados do século XIX, terem acabado por se opor radicalmente. Deste modo, o domínio público foi-se a pouco e pouco confundindo com a esfera do Estado. O privado, por sua vez, embora continuasse a ser a esfera doméstica, o domínio daquilo que é subtraído à ingerência dos outros, deixou de ser a esfera de expressão da legitimidade da cidadania plena, da experiência da liberdade, para se converter numa espécie de clientela do Estado. É, aliás, neste sentido, que falamos hoje do público de um partido, de uma repartição pública, de um jornal, de opinião pública. Por público passou assim a entender-se a soma das pessoas privadas a quem se dirigem as palavras e as acções de todos quantos estão investidos de funções públicas. Perante estes, as pessoas privadas são assim ora destinatários ora opositores, sujeitos, não de decisões colectivas, mas de reivindicações de direitos que a esfera pública tende a ignorar ou a instrumentalizar, sendo o espaço privado cada vez mais intimista.

A viragem que conduziu a esta inversão resultou de uma multiplicidade de factores, em particular da retracção das funções de representação do poder político, cada vez mais limitadas à encenação dos símbolos arcaicos do Poder, em proveito das funções modernizadoras de gestão, de vigilância e de sanção da ordem colectiva.

É com a consumação desta viragem que estamos hoje confrontados. No termo deste processo de autonomização destas duas esferas constitutivas da sociabilidade, assistimos ao cavar de um fosso intransponível e inconciliável entre, por um lado, o direito dos cidadãos a serem reconhecidas as suas pretensões legítimas e, por outro lado, o direito público, cada vez mais regido por imperativos que escapam à vontade e ao controlo dos cidadãos. Enquanto as pretensões dos cidadãos se vêem cada vez mais delimitadas pela natureza intimista que a domesticidade adquiriu, o Estado alarga de maneira incommensurável o seu horizonte. O horizonte da produção está cada vez mais

dependente de negociações que escapam ao controlo e à visibilidade dos cidadãos. As consequências ecológicas das acções humanas ultrapassam o horizonte das comunidades locais, dos Estados e até de continentes inteiros. Até os domínios mais íntimos da sexualidade adquirem

dimensões públicas até há pouco tempo insuspeitáveis. Basta recordar os recentes debates acerca do direito ao aborto, do eugenismo ou da procriação medicalmente assistida para nos darmos conta da impossibilidade de consenso em torno das questões que se nos colocam hoje, em virtude da experiência deste abismo entre o domínio privado e o domínio público. Os debates actuais acerca do alargamento à iniciativa privada de novos sectores económicos até agora estatizados é particularmente sintomático das aporias a que a autonomia destes dois domínios conduziu. O interesse dos debates acaba por se esgotar no seu próprio desencadeamento, visto que, uma vez privatizados, estes sectores acabam inevitavelmente por se reger por princípios ditados por uma esfera pública tanto mais incontrolável e inacessível ao domínio privado quanto mais os seus horizontes se alargam ao espaço planetário.

Ganha assim um relevo particular o actual processo de inovação tecnológica, enquanto realização técnica do imaginário intimista ancestral. «Sem sair de casa», esta expressão que tem servido de fórmula publicitária de lançamento entre nós do multitel, não só relança este velho desejo de controlo privado da sociabilidade, mas realiza a sua coalização com a esfera pública da intercompreensão e da interacção. Poder, no aconchego do espaço doméstico, em roupão e em pantufas, dirigir os negócios, comprar ou vender acções na bolsa, entrar em contacto com os outros, reservar um lugar para o cinema ou para o teatro, encomendar as refeições ou as compras no supermercado, consultar a conta bancária, enviar um texto para uma revista ou ler o último artigo da especialidade, ter em permanência à disposição as últimas notícias do mundo são experiências que representam este retorno da mais arcaica experiência da cidadania, enquanto experiência da liberdade de movimentos e de domínio completo do espaço público a partir do espaço doméstico.

Este retorno ao privado pressupõe, no entanto, a constituição de um domínio próprio da técnica, enquanto campo autónomo de mediação. Para se constituir assim como esfera autónoma de sociabilidade, o campo tecnológico, de utensílio de produção, converte-se em prótese quase imperceptível, em instrumento incorporado da sociabilidade. A sua intervenção no domínio da sociabilidade será assim tanto mais importante quanto mais dissuadir as relações concretas, convertendo-as em puro jogo simulador da intercompreensão e da interacção.

CARTAS NA MESA

Despejo desactivado

Da Câmara Municipal de Lisboa, assinado por um responsável do respectivo Gabinete de Comunicação Social, recebemos a seguinte carta:

«Sob o título "Despeje-se o Bairro das Galinheiras..." publicou o Diário de Lisboa, no passado dia 19, uma notícia sobre cuja matéria me encarrega o sr. vereador Vasco Franco de prestar os seguintes esclarecimentos:

1 - O proprietário do edifício sito na Azinhaga das Oliveiras, lote A R, apresentou um projecto de legalização que os Serviços de Urbanização propuseram fosse indeferido.

2 - Perante o indeferimento, havia que formalizar a notificação de demolição, que poderá ter que se realizar um dia em que a zona seja abrangida por intervenção urbanística que a tal obrigue.

3 - A notificação feita salvaguarda a posição da Câmara perante o proprietário de um edifício que é, efectivamente, clandestino.

4 - A intimação de despejo ultrapassou o procedimento normal em casos como este e, por isso, não produzirá quaisquer efeitos.

5 - Em casos de intervenções urbanísticas que obriguem à demolição de habitações ocupadas, é prática proceder aos realojamentos das famílias atingidas por tal medida.

6 - As críticas, saudáveis e oportunas, serão sempre estímulo ao combate à burocracia ainda instalada.»

NR: A «notícia» a que a missiva camarária se refere não o era propriamente, mas sim a reprodução parcial, nesta secção, de uma carta ao presidente da edilidade lisboeta de Saúl Nunes, advogado de um conjunto de inquilinos, a maioria de avançada idade, de um dos mais de 200 prédios clandestinos do bairro das Galinheiras, atingidos por uma discricionária intenção de despejo. O DL congratula-se com a garantia de que a ameaça não se concretizará.

COTAÇÕES



Companhia Geral de
CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS

(Por Unidade)

COTAÇÕES DE NOTAS	COMPRA	VENDA
ÁFRICA DO SUL (rand)	48\$00	54\$00
ALEMANHA FED. (marco)	87\$50	88\$70
ÁUSTRIA (xelim)	12\$45	12\$65
BÉLGICA (franco)	4\$027	4\$277
BRASIL (cruzado)		
CANADÁ (dólar — notas de 1 e 2)	126\$95	129\$45
(notas de 5 a 1000)	127\$45	129\$95
DINAMARCA (coroa)	22\$85	23\$25
ESPAÑA (peseta)	1\$333	1\$453
EUA (dólar — notas de 1 e 2)	149\$55	153\$05
(notas de 5 a 1000)	150\$05	153\$55
FINLÂNDIA (marka)	37\$00	37\$60
FRANÇA (franco)	25\$95	26\$65
HOLANDA (florim)	77\$70	78\$80
IRLANDA (libra)	234\$30	238\$30
ITÁLIA (lira)	\$108	\$123
JAPÃO (iene)	\$927	\$982
NORUEGA (coroa)	22\$55	23\$05
REINO UNIDO (libra)	239\$15	243\$65
SUÉCIA (coroa)	24\$20	24\$70
SUÍÇA (franco)	98\$25	99\$75
VENEZUELA (bolívar)	2\$890	3\$690

OBSERVAÇÕES:

- 1 — No respeitante a moedas, estas cotações devem ser consideradas a título meramente informativo.
2 — Todas as operações de venda estão sujeitas ao imposto de 6 por mil.



Adriano
Duarte Rodrigues

POLÍTICA

PS propõe revisão do Código Cooperativo

«Não pode ser vedado, restringido ou condicionado de modo a que resulte um tratamento menos favorável, o acesso e o exercício da actividade das cooperativas a actividades desenvolvidas por empresas privadas ou outras entidades da mesma natureza», afirma um projecto de lei hoje apresentado na Assembleia da República pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, versando a iniciativa económica cooperativa.

A par desta iniciativa, o PS apresenta um projecto de alterações ao Código Cooperativo, em que a alteração de maior alcance (art. 101º) considera «nula a transformação de qualquer cooperativa em qualquer sociedade comercial, bem como todos os actos que, visando esse objectivo, procurem contrariar ou iludir esta proibição legal». No

preâmbulo deste documento, os socialistas consideram que tal preceito «seria supérfluo se o Código Cooperativo fosse sempre adequadamente aplicado. No entanto, são conhecidos casos em que os serviços públicos competentes têm sancionado a ilegalidade que será sempre a transformação de uma cooperativa em qualquer tipo de sociedade comercial. Deste modo, com este novo artigo, fica absolutamente claro e explícito o que já agora devia ser óbvio», segundo os socialistas.

Acabar com a discriminação

Apesar de constitucionalmente estar equiparado aos sectores público e privado, o cooperativismo tem sido segregado de algumas actividades produtivas e de prestação

de serviços, ao passo que os poderes públicos não se ensaíam em promover a liquidação prática de cooperativas ou a fundação de falsas estruturas que de cooperativas apenas têm o nome.

O caso mais gritante da segregação aludida é o do sector do crédito, sendo apenas autorizadas as caixas de crédito agrícola mútuo, ficando fechada a actividade bancária e seguradora. É contra este estado de coisas que o PS se pronuncia, ao propor também o fim das medidas que proíbem às cooperativas actividades como «as de agências de viagens, de mediação de seguros, de transportador rodoviário de mercadorias, de aluguer de veículos sem condutor».

O projecto do Grupo Parlamentar do PS responde assim ao conjunto de reivindicações apresentadas

pelo movimento cooperativo português, ao abrir caminho «a tudo o que gira em torno da reformulação dos princípios cooperativos e que é hoje um processo de âmbito mundial animado pela Aliança Cooperativa Internacional».

O peso crescente das cooperativas na vida nacional, principiado depois do 25 de Abril, com o fim das suspeitas e perseguições que duraram décadas, faz prever que sobre este assunto possa gerar-se um consenso dentro do Parlamento.

O décimo aniversário do Código Cooperativo poderá assim ser assinalado pela aprovação de regras capazes de colocar o nosso movimento cooperativista a par dos seus congéneres da Europa desenvolvida.

J.I.

Comissão Política do PSD reuniu ontem

Freitas não sabe o que quer

A Comissão Política do PSD reuniu durante cerca de hora e meia para analisar e comentar as declarações do líder da CDS Freitas do Amaral, em recente entrevista à RTP.

Duarte Lima foi ontem o porta-voz da direcção do Partido Social Democrata. Questionado sobre se esse facto significaria uma eventual candidatura ao cargo de secretário-geral, no próximo Congresso, o dirigente negou ter sido contactado nesse sentido, sublinhando que «apenas fui contactado pelos jornalistas».

As críticas ao CDS foram tão duras como as declarações de Freitas do Amaral contra Cavaco Silva.

Duarte Lima afirmou que a entrevista «confirma a linha política dos centristas», ou seja, «Freitas do Amaral continua sem saber o que quer». «Diz que o CDS está numa posição equidistante entre o PS e o PSD. Ora, não é indiferente a um partido estar equidistante entre as políticas do Partido Socialista ou do Partido Social Democrata» disse o dirigente, concluindo que «o prof. Freitas do Amaral quer o poder a todo o custo, sem se importar com quem».

No que respeita às presidenciais, Duarte Lima desmontou a estratégia do líder centrista ao recordar uma entrevista dada há três meses na Imprensa, onde Freitas afirmava que «a nação necessita deste homem (Soares) para um novo mandato». Agora, «não apoia Soares porque é um socialista».

Será que o país mudou tanto em três meses», interroga o dirigente do PSD.

O destaque das contradições continuou, em jeito de intervenção na Assembleia da República. Du-

arte Lima referiu o facto de Freitas «defender uma política de direita» e admitir a hipótese de um acordo pós-eleitoral com o Partido Socialista. «Afinal que políticas de direita vai o PS fazer para agradar aos caprichos do líder centrista?»

As dívidas da anterior campanha para a Presidência da República continuam a ser o ponto mais sensível no relacionamento entre os dois ex-parceiros.

Duarte Lima destacou a «forma oportunista como Freitas do Amaral coloca sempre a questão» e lembrou que «até Adriano Moreira defendeu, na altura, que o CDS não tinha de pagar as contas de Freitas, mas agora o mesmo partido considera que o PSD deveria ter uma atitude diferente».

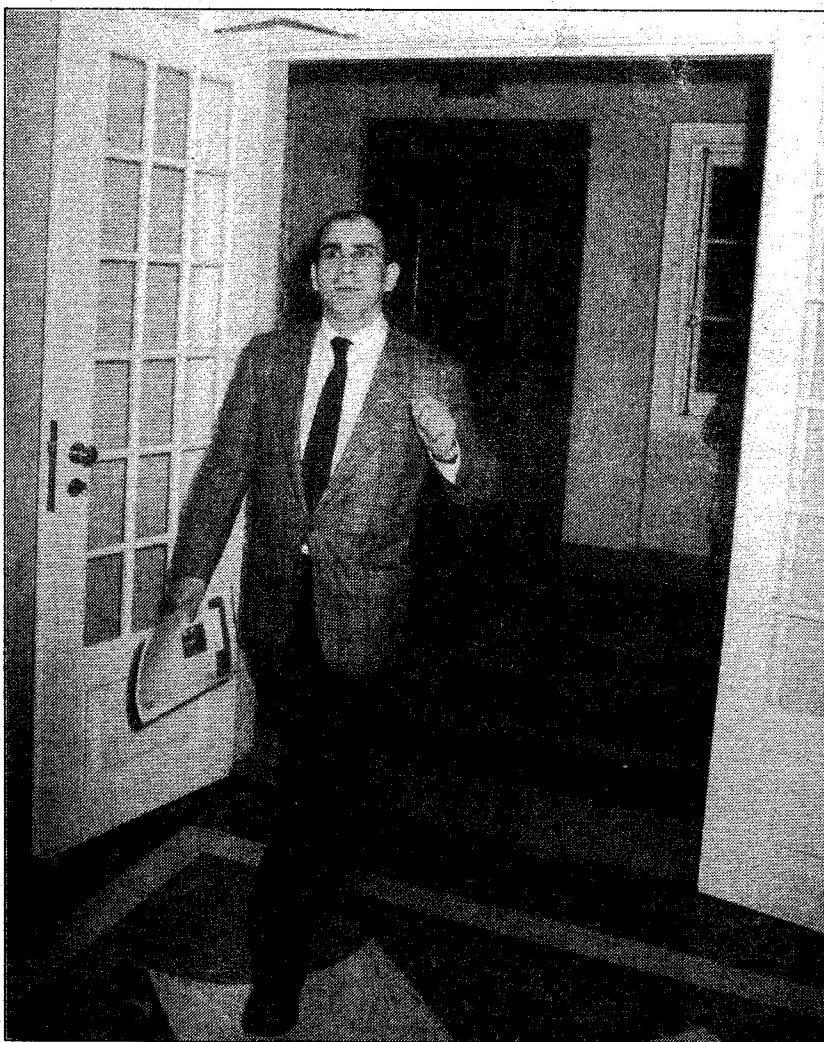
O porta-voz da Comissão Política disse ainda que «oportunistamente Freitas apenas levantou o problema ao PSD quando quis regressar à liderança dos centristas».

A avaliar a resposta da direcção dos social-democratas, as hostilidades entre os dois partidos vão continuar, com prováveis repercussões na Assembleia da República.

A atribuição de um canal à Igreja foi outro assunto referido «de passagem» porque, segundo Duarte Lima, já houve suficiente debate na última Comissão Política e na Comissão Permanente.

Questionado sobre a declaração do primeiro-ministro no passado fim-de-semana sobre a possibilidade de atribuir um canal privado à Igreja, o dirigente social-democrata limitou-se a referir que «essa posição vai de encontro aos desejos do grupo parlamentar».

M.J.R.



Duarte Lima, ontem porta-voz do PSD, acusou Freitas de querer «ir para o poder a todo o custo»

Dívidas da campanha de Freitas do Amaral

Adriano Moreira não se lembra

Adriano Moreira não se lembra de alguma vez se ter referido à questão da dívida decorrente da candidatura de Freitas do Amaral à Presidência da República e da responsabilidade que nele teriam o CDS e o PSD, nos termos em que a ela se referiu, ontem, o porta-voz da Comissão Política Nacional social-democrata.

O ex-presidente do CDS afirmou esta manhã ao «DL» que o problema dessa dívida foi em 1988 objecto de referência e análise no congresso democrata-cristão da Póvoa de Varzim, apresentado pela Comissão Nacional de Fiscalização e Contas.

«Na minha memória, isso consta de tal documento. Não me lembro de me ter referido pessoalmente ao problema ou sobre ele me ter pronunciado nos termos ontem referidos», esclareceu ainda Adriano Moreira.

J.R.

Congresso da JS

Seguro tem adversários

O Congresso da Juventude Socialista está a causar forte mobilização junto dos seus militantes. Foram já anunciadas diferentes moções, num total de 12 a apresentar ao congresso em Abril. António José Seguro é um dos nomes propostos para a liderança. A sua candidatura não é consensual e têm surgido entretanto outras listas que o contestam. A de Rui Franco é uma delas.

Assumindo uma postura contestatária e até de ruptura «geracional e política», a lista «Com a JS tudo é possível» propõe reformular profundamente aquela estrutura partidária, através da sua flexibilização e desburocratização.

«O problema da JS é muito claro. Até aqui não teve nenhuma finalidade social, nenhum objectivo político global».

Limitou-se a gerir algumas iniciativas desgarradas e sem qualquer interrelação entre elas. A partir de agora propomos uma organização leve mas eficaz», afirmam os subscritores desta moção.

Embora preconize a renovação da JS, Rui Franco considera-se antecandidato e defende que se devem destronar «os nossos profissionais da política e substituí-los por amadores não viciados e consequentemente mais capazes».

Miguel Valente defende mudanças

Entretanto, outro nome entrou na corrida. Trata-se de Miguel Valente que subscreve a moção «Ser JS em Portugal, na Europa e no Mundo». Este militante pretende «protagonizar a união de vontades e ideias em oposição aos interesses de António José Seguro, José Apolinário e Sérgio Abreu».

Miguel Valente nega ser candidato a secretário-geral da JS e afirma que a única certeza que tem é a de que «não apoiará António Seguro para aquele cargo».

Na sua moção defende «um compromisso público e sério com o PS no apoio generalizado à organização e à estruturação de funções, competências e serviços».

A alteração do actual símbolo da JS para um punho e uma rosa vermelha, a criação do cargo de presidente e a extinção do secretariado nacional, órgão a substituir por cinco por cinco responsáveis nacionais eleitos para áreas de acção previamente definidas, são algumas das propostas constantes na moção global que Miguel Valente apresentará ao congresso de 28, 29, 30 de Abril.

CNJ adia eleições

A assembleia geral eleitoral do Conselho Nacional da Juventude, CNJ, decidiu alterar para o primeiro fim-de-semana de Maio as eleições dos seus órgãos.

O CNJ, para cuja direcção se candidata Amélia Pardal, pela Juventude Comunista Portuguesa decidiu ainda solicitar à actual direcção que prorrogue o seu mandato «pelo menos até ao final de Maio».

As razões que levaram a este adiamento prendem-se com o facto de algumas das organizações-membro do CNJ terem requerido mais tempo para se discutir o seu papel relativamente ao Estado e também questões internas. O debate deverá ocorrer durante um seminário de reflexão marcado para 21 e 22 de Abril.

POLÍTICA

Primeiro-ministro de visita a Paris

Adivinhem quem vem jantar

Do nosso enviado especial

Um jantar com empresários portugueses, em Paris, é o primeiro acto de Cavaco Silva durante a sua visita oficial de dois dias a França. Para o jornalista há pouco chegado às margens do Sena é difícil prognosticar quais os empresários que se sentarão à mesa do primeiro-ministro. Desconhecemos, para já, se os convites foram endereçados aos chefes de empresa, aos comerciantes, aos construtores civis, ao sector dos transportes, aos responsáveis por unidades de bens alimentares ou, finalmente, se aos proprietários da única empresa de lenhadores. Se a sugestão dos convivas partiu do gabinete do primeiro-ministro não houve, com certeza, dificuldades. Havia cinco mil por onde escolher.

Não é fácil determinar com exactidão o número de empresas portuguesas existen-

tes em França. A lei deste país impede ou dificulta o cruzamento de dados estatísticos com origem nas nacionalidades dos residentes. Assim, o que se conseguiu obter através das câmaras aponta para a existência de 795 empresas pertencentes a portugueses. A maioria, ou seja 496, são do sector terciário, 60 das quais com actividade no ramo do comércio. Há 257 empresas mercantis (129 restaurantes e 72 de reparação e comércio de automóveis) e 180 da construção civil, com uma significativa tendência para aumentar. Segundo uma fonte da embaixada de Portugal contactada em Paris, pensa-se que os números apontados correspondam a uma ínfima parte da realidade.

Embora os números colocados à disposição do jornalista possam, nalguns casos, estar ultrapassados, as autoridades representativas da diplomacia portuguesa, em

França, estimam que a adesão do nosso país à comunidade contribua para um aumento das empresas que aqui procuram estabelecer-se. Para a embaixada, facto indelmentável tem a ver com os dados referentes às categorias sócio-profissionais: a mobilidade é notoriamente ascendente.

Uma comunidade discreta

A vinda a Paris de Cavaco Silva desperta no seio da comunidade uma certa emoção. Segundo nos confidenciava um emigrante, acontece o mesmo quando se trata de Marco Paulo.

«Há quem não goste de o ouvir cantar, mas vai ouvi-lo porque é português e há sempre uma saudadezinha lá da terra. É o que se verifica em relação a Cavaco Silva: qualquer que seja a sua actuação, ele vem de Portugal e nós vamos vê-lo.»

A comunidade portuguesa

embora numerosa (767 mil, segundo uma estimativa francesa de 1985) não tem grande percentagem de claudestinos na opinião das autoridades do nosso país. No entanto, o número indicado pelo estudo francês pode pecar por defeito.

A lei portuguesa considera cidadãos seus os nascidos em França, filhos de pais portugueses. Os franceses, por seu turno, determinam que um cidadão nessas condições adquira a nacionalidade do país onde nasceu se ali permanecer quando completar os 18 anos. Assim, é natural que haja compatriotas nossos considerados franceses. Pela lei e até proporção.

Mas voltando ainda aos números, atente-se no facto do estudo indicar que, em 1985, se registaram 2425 óbitos; 12 960 portugueses regressaram ao seu país; e 14 175 adquiriram a nacionalidade francesa. Quanto às entradas em França, referen-

tes ao mesmo ano, foram 3980. Considerando que a adesão de Portugal à CEE é posterior, não é abusivo duvidar da estatística. No seio da Comunidade nasceram 9860 pessoas.

Uma comunidade discreta, sem suscitar problemas, com um índice de criminalidade extremamente baixo é o retrato mais ou menos unânime que o francês faz dos portugueses. A dificuldade de integração dos árabes está na origem das discussões e os nossos emigrantes acabam por partilhar das posições francesas.

Luso-franceses

O primeiro-ministro, amanhã, toma o pequeno-almoço com empresários franceses, reúne-se com Michel Rocard, com quem almoça, e será recebido em audiência pelo Presidente François Mitterrand.

Ao fim da tarde, Cavaco Silva terá um encontro com a

Imprensa, uma reunião com o presidente da Câmara e janta com os representantes da comunidade portuguesa na embaixada do nosso país.

Durante o jantar será altura para Cavaco Silva ouvir algumas das reivindicações dos emigrantes. E não estaremos muito longe se formos já prevenindo que elas terão a ver com o ensino do Português em França; com o atendimento nos consulados; e, até com as transferências bancárias.

Antes do café, para amenizar, pode ser que alguém dê a conhecer algo curioso: em 1971, 658 franceses enamoraram-se de portuguesas com quem casaram; dez anos mais tarde foram 1619 os matrimónios com mulheres oriundas de Portugal. O contrário também aconteceu: 1261 francesas apaixonaram-se por portugueses e, dez anos depois, o número elevou-se para 1705.

José Rui Cunha

Morais e Silva vai ser mudado de serviço

Detido em Monsanto até à próxima segunda-feira, o ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea não voltará a chefiar a equipa de que era responsável

O chefe do Estado-Maior da Força Aérea, general Conceição e Silva, não recebeu qualquer carta do coronel Moraes e Silva, a propósito do problema da política de vencimentos ou da organização deste ramo das Forças Armadas, apurou o DL de fontes da FAP. Detido em Monsanto desde ontem de manhã, Moraes e Silva já não voltará ao serviço que ocupava. Sairá na próxima segunda-feira para outro gabinete da Força Aérea. A chefia ainda não decidiu qual o serviço que lhe distribuirá.

Não foi o chefe do Estado-Maior da Força Aérea que puniu o coronel Moraes e Silva com cinco dias de detenção disciplinar. Detido num quarto da unidade da Força Aérea, em Monsanto (serviço de telecomunicações e controlo aéreo de Portugal), Moraes e Silva tem televisão e visitas da família.

A sanção foi-lhe aplicada pelo comandante do CLAFA (Comando da Logística e Administração da Força Aérea), ao qual o SICAP - Sistema Integrado de Controlo Aéreo de Portugal - pertence. Responsável, no quadro do SICAP, pela rede de telecomunicações, Moraes e Silva «não tem nada a ver com aviões», disse-nos a mesma fonte.

Ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea num período conturbado da situação político-militar nacional, o coronel não deixou saudades desses tempos na maior parte

dos seus subordinados, disse um conhecido oficial da FAP ao DL, criticando aquilo que considera «as suas variações de comportamento».

Não deixou saudades como chefe da FAP

Eleito em Maio de 1975 para a chefia do Estado-Maior do seu ramo e nessas condições graduado em general, Moraes e Silva passou a ter lugar no Conselho da Revolução, facto que outorga a esta reacção face à hierarquia uma maior responsabilidade. No entanto, fonte próxima do oficial assegurou-nos que «esta sua atitude não teve qualquer importância no quadro do próprio ramo, sendo abusivo falar-se em turbulência e confusão na Força Aérea».

Morais e Silva sairá na próxima segunda-feira do quarto em que está detido, em Monsanto, não para o departamento que ocupou até terça-feira, mas para um outro gabinete da Força Aérea, de acordo com o regulamento disciplinar das Forças Armadas.

O coronel Moraes e Silva poderá eventualmente continuar Alfragide, onde se concentram, aliás, unidades e representações de diferentes unidades, mas deixará o gabinete e o comando dos homens até agora à sua responsabilidade, disse uma fonte da Força Aérea ao DL.

É uma norma e um princípio da própria disciplina e hierarquia das Forças



Morais e Silva

Armadas por não ter sentido que um oficial punido continue a dirigir os mesmos homens. «Um militar punido tem de ser transferido, tem que abandonar o serviço em que se encontrava e mudar-se para outro, nem que seja mudar de piso», referiu a mesma fonte.

Ultrapassou as suas competências

Ao ex-chefe do Estado-Maior da Força Aérea são atribuídas várias cartas, algumas delas distribuídas a elementos deste ramo das Forças Armadas. Mas nenhuma delas chegou ao conhecimento do CEMFA, general Conceição e Silva, ao qual erradamente foi atribuída a sanção disciplinar que aquele cumpre num quarto junto à messe da Força Aérea em Monsanto.

Foi o general Aleixo Corbal, número três da hierar-

quia da Força Aérea, quem puniu Moraes e Silva com cinco dias de detenção disciplinar. A razão é simples: como responsável máximo da Força Aérea pelos serviços de logística e administração, o chamado CLAFA, é o seu superior hierárquico. Além disso, chegou-lhe uma das muitas cartas que Moraes e Silva terá escrito.

Aliás - segundo as nossas fontes -, Moraes e Silva entregou em mão ao general Aleixo Corbal uma das cartas que lhe são atribuídas.

Responsáveis da Força Aérea recriminam-lhe o facto de ter «ultrapassado as suas competências», que devia conhecer pelo facto de já ter desempenhado o mais alto cargo do ramo. Atribuem-lhe também «ignorância dos assuntos superiores» da Força Aérea por não ser do seu âmbito. Acusam-no de ter ido «longe de mais», uma vez que «não tem nada a ver com os pilotos de aviões», que são objecto de uma das muitas cartas que escreveu e de que foram distribuídas fotocópias. «Mas nenhuma delas chegou ao general chefe do Estado-Maior da Força Aérea ou ao seu gabinete», garantiram-nos da FAP.

Numa delas acusa a chefia de esbanjar dinheiro com a carreira electrónica e, numa outra, protesta contra o facto de os pilotos que acabam o curso nos EUA não terem aviões A-7 ao seu dispor.

Júlio Rodrigues

Cavaco Silva à France Presse

Integração europeia deve acelerar

O primeiro-ministro português, Cavaco Silva defendeu, a aceleração do processo de integração europeia e, particularmente, da união económica monetária dos Doze, face aos acontecimentos no Leste.

Em entrevista que concedeu à Agência France-Presse, Cavaco Silva sublinhou que essa integração deve acontecer mantendo-se intacta a segurança dos europeus, nomeadamente, «através da NATO».

Segundo o chefe do Executivo, Portugal sempre se mostrou favorável a uma Alemanha unificada. «A CEE deve agora apoiar a reunificação daquele país, mas uma Alemanha unida, membro da Comunidade, deve fazer parte da Nato», acrescentou Cavaco Silva.

«Os resultados das eleições na RDA, no passado domingo, constituem uma confirmação inequívoca da vontade dos alemães se unirem e dão também razão ao chanceler Kohl», afirmou Cavaco Silva.

Cavaco Silva não se mostrou inquieto com as repercussões em Portugal da abertura dos mercados de Leste aos investimentos europeus. «É claro que alguns capitais inicialmente destinados a Portugal poderão ir para outro lado, mas tal facto representará até um novo desafio para um país que nestes últimos anos registou o maior crescimento a nível europeu», concluiu.

O PARAÍSO A DOIS PASSOS DE LISBOA

...O MEU REMÉDIO? SIMPLES!... ESTIVE UMA SEMANA NO **HOTEL VALE DE LOBOS**. UM BOM DESCANSO, E NATAÇÃO NAQUELA MARAVILHOSA PISCINA CLIMATIZADA, E A MINHA COLUNA ESTÁ BEM!

VOU JÁ RESERVAR LUGAR! SE RESULTOU CONTIGO, TAMBÉM RESULTARÁ COMIGO!

HOTEL * VALE DE LOBOS**

SEMINÁRIOS • REUNIÕES • CONGRESSOS

VALE DE LOBOS • 2715 SABUGO 9273401 • 9274626
FAX: 9274656 • TELEX: 44564 - VALOBO • P

9273419

Novo estatuto dos Açores

O novo estatuto de autonomia dos Açores, ontem aprovado por unanimidade, prevê que 36 por cento dos eleitores votem metade dos cinquenta deputados à Assembleia Legislativa.

Não são muitas nem substanciais as alterações em relação ao anterior. No essencial, as novidades desta proposta, aprovada na generalidade, melhoram a regra da proporcionalidade e introduzem o princípio da individualidade de cada círculo eleitoral.

O novo sistema eleitoral para escolha dos deputados alarga o número de mandatos nos círculos com maior número, passando a eleger mais um as ilhas de São Miguel (19) e da Terceira (11). Os círculos correspondentes às ilhas de São Jorge, Pico e Faial, vêem reduzido o seu número de mandatos de quatro para três, enquanto Santa Maria, Graciosa e São Jorge mantêm três deputados e Corvo os seus dois.

Esta nova distribuição de deputados reduz de 51 para 50 o seu número total determinando um equilíbrio que até agora não existia. O PS regional absteve-se no ponto relativo ao círculo eleitoral - que integra o novo estatuto autonómico -, observando o seu líder que o sistema proposto pelo seu partido, assenta na criação de um círculo regional e em nove círculos de ilhas dotados de dois mandatos cada, o que permitiria outra distribuição e uma melhor participação das populações.

Borges de Carvalho, líder do PSD, defendeu ao DL a introdução da individualidade de cada círculo e o princípio da proporcionalidade. O secretário da Assembleia Regional disse que a proposta foi elaborada com vista à obtenção da «consensualidade regional». Paulo Valadão, da CDU, congratulou-se pelo facto de terem sido «expurgados aspectos estatutários já declarados inconstitucionais».

Hermínio Martinho poderá voltar à presidência do PRD

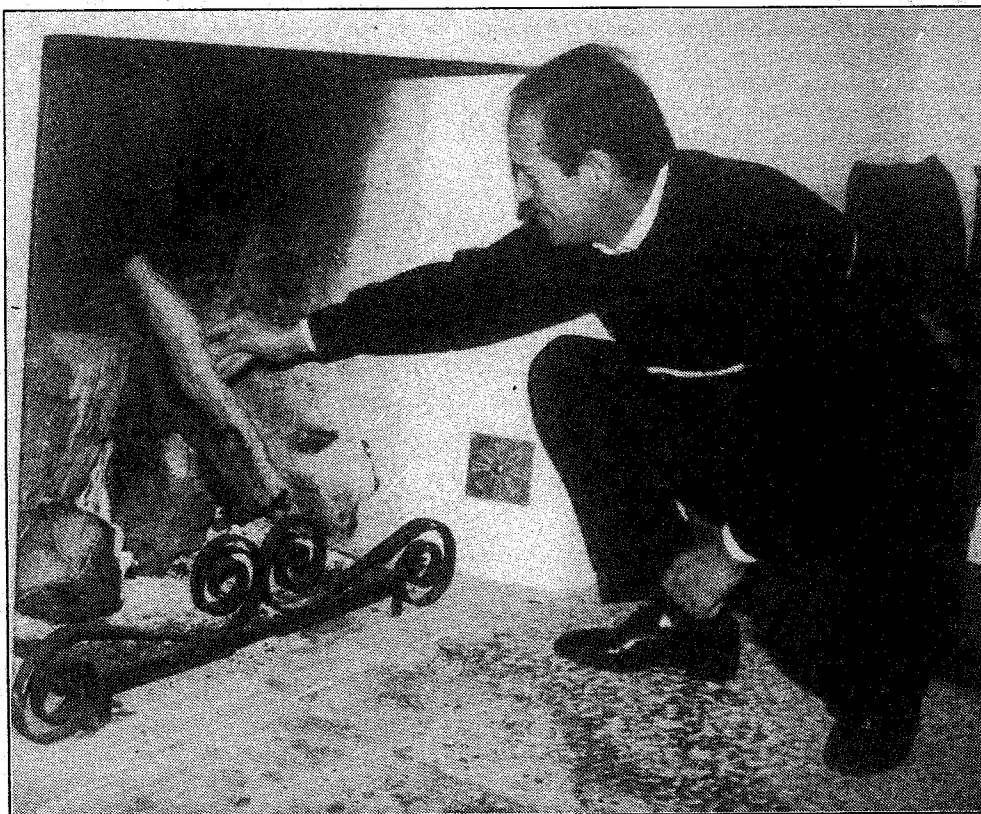
A Comissão Directiva do PRD inicia este fim de semana as suas reuniões com as distritais, no âmbito da preparação da próxima Convenção Nacional, decisiva para o futuro do partido. A primeira destas reuniões realiza-se sábado, no Porto. Além da estrutura local, estarão também presentes as distritais de Viana do Castelo e Bragança. Segue-se outra, no domingo, com as distritais de Coimbra, Guarda, Castelo Branco, Leiria e Aveiro.

De uma situação de crise interna em que se chegou ao ponto de questionar a própria continuidade do partido, esboça-se agora no PRD alguma agitação reveladora de que a luta pela liderança vai intensificar-se até à Convenção. E não será mesmo de excluir a possibilidade de um forte movimento no sentido de convencer Hermínio Martinho regressar à presidência do partido.

Movimentações nesse sentido são já conhecidas em Santarém, Porto, Viana do Castelo, Castelo Branco, Faro, Beja e Coimbra, enquanto Pedro Canavaro não esconde a eventualidade de vir a disputar a presidência dos renovadores.

Este começa a ser alvo, juntamente com outros membros da Comissão Directiva, de críticas que o acusam de não estar a cumprir de acordo com os objectivos para que foi eleito - a simples gestão do partido até à Convenção -, mas antes conduzir uma estratégia para assumir a liderança dos renovadores.

A luta interna que se esboça, poderá constituir, neste momento, um factor de dinamização interna. Para já, pelo menos, parece definitivamente afastada a questão de o PRD fechar as portas,



Hermínio Martinho distribui agora o seu tempo entre os trabalhos de S. Bento e a sua quinta de Santarém

como chegaram a admitir os mais desmotivados com o rumo que as coisas estavam a tomar.

Neste contexto, a grande surpresa da próxima convenção poderá vir a ser o regresso de Hermínio Martinho, não por iniciativa própria, mas por solicitação de um alargado número de distritais. Esta questão poderá vir a ter o seu primeiro desenvolvimento concreto quando, no final deste mês, se reunirem as distritais de Lisboa, Setúbal e Santarém, as que detêm maior peso na estrutura do PRD.

Se em Lisboa as coisas não estão muito clarificadas, já o caso de Santarém é diferente. Parece fora de dúvida que Hermínio Martinho reúne aí

indiscutíveis apoios.

No seio dos renovadores há no entanto quem pense que a distrital de Setúbal, onde é grande a influência de Marques Júnior, poderá desempenhar um papel decisivo no caso de um eventual regresso de Hermínio Martinho.

Em recentes declarações à Lusa, Marques Júnior, depois de afirmar que o PRD «é um partido com viabilidade no quadro político nacional», considerou que Hermínio Martinho fez mal em apresentar a demissão.

Marques Júnior não exclui a possibilidade de se candidatar à presidência do partido, mas entende que Hermínio Martinho «tem condições para voltar e ini-

ciar uma nova fase de trabalho no PRD».

Eanes e o PRD

A relação entre Eanes e o PRD tem constituído um dos temas mais polémicos na vida interna do partido.

Depois de um almoço com Pedro Canavaro, a que se seguiram outros contactos, Eanes acedeu em continuar no partido até à Convenção. O argumento utilizado pelo actual presidente dos renovadores foi que todo este tempo até à Convenção deverá ser um tempo de reflexão e que as questões que se colocavam eram mais de natureza emocional do que política, o que justificava a necessidade dessa reflexão serena.

O acordo do PRD com o PS para as eleições europeias continua a ensombrar as relações entre o ex-Presidente da República e o PRD.

Eanes tem uma visão ética radical da vida política.

Esse acordo, embora possivelmente justificado na lógica dos interesses partidários imediatos, contrariou uma série de princípios de que Eanes, por formação, não quer abdicar, até por defender que os partidos devem ter um diálogo directo com os cidadãos.

E se entende não ser coerente da sua parte, dada a posição de tolerância e apoio por ele manifestado ao PRD, não considerar agora aquilo que são os interesses do partido na subordinação ao que são os seus interesses, reconhece também que as situações geradas não proporcionavam uma relação política saudável, não fazendo também sentido pertencer a um partido apoiando as suas posições nuns casos e recusando-as noutros.

No seio do PRD há muito quem pense que o desfecho não será uma solução de ruptura mas o regresso de Eanes à condição de independente, de modo a que as suas posições pessoais não vinculem o partido, nem vice-versa, sem que isso signifique um afastamento.

É remota a eventualidade de uma recandidatura de Ramalho Eanes à Presidência da República mas, caso os cenários políticos se alterassem e ela viesse a concretizar-se, o PRD seria, naturalmente, o partido necessário para a lançar. Ramalho Eanes não terá, por isso, interesse numa desvinculação total, que o deixaria politicamente desarmado para qualquer acção futura.

Augusto Vilela



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

AVISO

(PAGAMENTO DE TAXAS DOS ANÚNCIOS LUMINOSOS)

Dá-se conhecimento público que por deliberação da Assembleia Municipal de 15 de Março de 1990, foi aprovada a proposta que altera o art.º 18º da Tabela de Taxas e outras Receitas Municipais relativo a ANÚNCIOS LUMINOSOS cuja taxa para o ano de 1990 será de 8500\$00 por metro quadrado e por ano.

Mais se informa que a cobrança desta taxa decorrerá durante os próximos meses de ABRIL E MAIO para o que a Câmara Municipal de Lisboa antecipadamente fará o envio aos contribuintes dos correspondentes avisos de pagamento.

Findo aquele prazo e tratando-se de renovação de licenças, o pagamento poderá ser ainda efectuado com a taxa acrescida de 30% nos termos do art.º 2.º da Regulamentação Geral da Tabela de Taxas e Outras Receitas Municipais.

Paços do Concelho em Lisboa, aos 16 de Março de 1990

O Vereador
Luís Simões

Timor Leste na Assembleia ACP/CEE

Torres Couto denuncia pressões da Austrália e da Indonésia

Torres Couto, que se encontra em Port Moresby como participante na assembleia paritária ACP/CEE, na qualidade de deputado europeu, manifestou-se ontem «chocado e indignado», com as pressões exercidas pelos governos da Indonésia e da Austrália sobre aquela assembleia e sobre as autoridades da Papua Nova Guiné, para que qualquer proposta sobre Timor Leste não fosse de forma alguma discutida, e muito menos votada, em Port Moresby.

Aquele deputado europeu e secretário-geral da UGT portuguesa, manifestou igualmente a sua indignação pelo facto da assembleia ACP/CEE votar resoluções sobre ingerências externas em outros países e aceder depois a pressões de países que cometem essas mesmas ingerências.

No entanto, Torres Couto manifestou a sua intenção de não levantar obstáculos à decisão apresentada pelos primeiros signatários da proposta de compromisso e que representará o adiamento para a reunião de Roma, de 24 a

27 de Setembro, do debate e votação da proposta sobre Timor.

Entretanto, Maria Belo, primeira signatária de uma das quatro propostas iniciais e igualmente signatária do texto de compromisso, afirmou que os signatários não estão a adiar a discussão da questão por sujeição às pressões da Indonésia, mas sim por respeito ao governo da Papua Nova Guiné, no que foi apoiada pelos restantes subscritores.

A proposta previa, no âmbito da assembleia paritária, a constituição de um grupo ad-hoc para proceder a uma análise, o mais exaustiva possível, sobre Timor Leste, através da sua deslocação ao local ou, caso tal não seja possível, mediante contacto com o maior número possível de organizações e personalidades representativas do povo maubere.

Nos termos da proposta, o grupo ad-hoc deveria ter o seu relatório pronto antes da próxima reunião da assembleia paritária de Setembro, em Roma, para que o mesmo fosse discutido nesse encontro.

INTERNACIONAL

Weizsaecker em vésperas de visitar Portugal

Europa do Sul não será prejudicada pela unificação alemã

Dos nossos enviados especiais a Bona

Recebendo ontem, na sua residência oficial, a Villa Hammer-schmidt, em Bona, um grupo de jornalistas portugueses, o presidente da RFA, Richard von Weizsaecker, afirmou que o grande e actual interesse da CEE e da RFA pelo que se passa no Leste europeu, em geral e, em particular na RDA, não significa de modo algum um prejuízo para os países da Europa do Sul, mas sim um aumento das possibilidades de riqueza para todos.

Weizsaecker que chega na próxima segunda-feira a Portugal, em visita oficial, acrescentou que precisamente por os meios de Comunicação Social tratarem agora a questão alemã como se fosse o único grande problema do mundo - por isso importa realçar que a visita presidencial alemã a Portugal, assinala que para a RFA a questão alemã é apenas um problema entre muitos outros.

O chefe de Estado alemão disse: «Os nossos interesses e as nossas responsabilidades, tanto a nível da CEE, como no âmbito mais geral da vida internacional, não diminuirão com a unificação alemã. Pelo contrário, irão aumentar.»

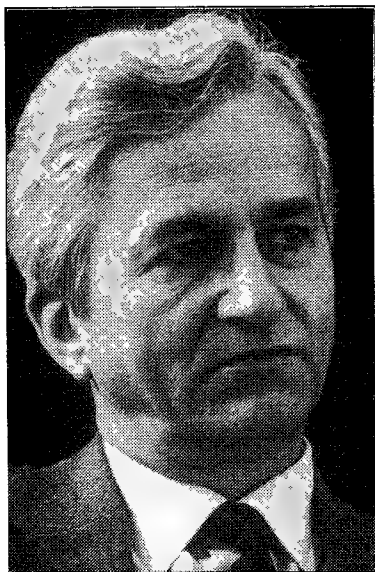
Depois de mencionar que a RFA foi, em 1988, o maior exportador para Portugal e o segundo maior importador de produtos portugueses. Weizsaecker afirmou que a RFA «não tem a menor intenção de alterar esta situação nem doutro modo poderia ser».

Ainda sobre a sua próxima visita a Portugal, o presidente alemão recordou com prazer os seus anteriores encontros com Mário Soares e mostrou-se agradado com a ida a Coimbra, cujas seculares tradições universitárias não deixou de mencionar. Note-se que, com a modestia que lhe é particular, não se referiu ao grau de doutor «Honoris Causa» que ali lhe vai ser conferido.

Surpreendido com a surpresa

Embora o encontro com os jornalistas portugueses fosse, por princípio, dedicado à visita de Weizsaecker a Portugal, a questão alemã acabou, inevitavelmente, por dominar as perguntas e as respostas.

Interrogado sobre se a França e a Inglaterra se sentiriam «felizes» com o processo de unificação alemã em curso, o presidente alemão respondeu: «Compete-nos a nós, alemães, proceder de modo a que os nossos parceiros europeus não sintam qualquer preocupação com a unifi-



Richard von Weizsaecker, presidente da RFAO

cação da Alemanha». Depois de pequena pausa e com um sorriso, Weizsaecker acrescentou: «Nós, os alemães, devemos portar-nos bem.»

Olhando um pouco para além da Mancha, o presidente sempre lembrou que «a Grã-Bretanha nunca foi muito entusiasticamente em favor da grande União Europeia e, menos ainda, da União Monetária, tal como agora não mostra grande entusi-

asmo pela unificação alemã. Ora - acrescentou Weizsaecker - está tudo intimamente ligado e o processo de unificação alemã é impensável sem que se alcance uma plena integração europeia».

Weizsaecker disse: «A unificação alemã exige que a relação entre os dois grandes blocos mundiais deixe de ser de confrontação e passe à cooperação.»

Sobre as recentes eleições na RDA e, sobretudo, sobre os seus resultados, o presidente comentou: «Fiquei surpreendido e mais surpreendido ainda com a surpresa». Chamou a atenção para o pragmatismo que terá governado a escolha de quase metade do eleitorado alemão oriental.

A sombra da culpabilidade

O «Le Monde» escreveu recentemente que a opinião alemã ocidental estava dividida em dois grandes grupos: aqueles que querem a unificação para amanhã e aqueles que a querem para depois de amanhã. Ora ficou claro, pelas declarações de Weizsaecker, que ele a deseja para «depois de amanhã».

Considera o processo muito demorado e, para essa demora, deu o exemplo do enorme trabalho que espera os políticos e os juristas ale-

mães dos dois lados, na tarefa comum de conseguirem harmonizar e fundir num só os actuais dois sistemas jurídicos. Há também a questão igualmente complexa da legislação comunitária que já está integrada nas leis alemãs ocidentais e cuja transferência para a RDA só poderá ser feita com grandes cautelas.

Uma das perguntas finais foi mais delicada do que as outras: «Poderá dizer-se que ainda paira sobre o povo alemão uma sombra de culpabilidade?»

O presidente Weizsaecker, respondeu pausadamente: «Se conversarmos com jovens de hoje vemos que eles têm um ponto de vista que, na minha ideia, é perfeitamente compreensível e legítimo. Estão abertos à compreensão do que aconteceu no passado. Não podem, no entanto, aceitar algo de parecido com uma culpabilidade pessoal sobre o que se passou numa época em que eles não eram sequer vivos. Mas aceitam responsabilidade pelo que ficou na História, fazendo-o com o seu conhecimento e a sua inteligência. Isto parece-me ser a única maneira, aberta e justa, de enfrentar um passado difícil.»

Paulo David e Cristina Krippahl

Uma visita sem precedentes

Secretário-geral da NATO vai brevemente a Moscovo

O secretário-geral da NATO, Manfred Woerner, efectuará uma visita, sem precedentes, a Moscovo nos próximos meses, anunciou hoje um porta-voz da aliança.

Woerner, antigo ministro da Defesa da República Federal da Alemanha, será o primeiro secretário-geral a fazer uma visita oficial a uma capital do Pacto de Varsóvia desde que a Organização do Tratado do Atlântico Norte foi fundada em 1949.

O porta-voz acrescentou que Woerner foi convidado pelo ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, que realizou também uma deslocação sem precedentes, em Dezembro, ao quartel-general da NATO.

«O secretário-geral aceitou, tendo concordado visitar Moscovo nos próximos meses, em data a marcar», adiantou.

Fontes da NATO referiram que Woerner também aceitou convites para visitar Praga e Varsóvia nos próximos meses.

«Isto faz parte da decisão da NATO de se empenhar em consultas políticas mais frequentes, agora que acabou a guerra fria na Europa», disse um diplomata da NATO.

Nunca houve contactos a nível tão elevado desde a constituição das duas alianças opositoras. A NATO foi fundada em 1949 e a aliança encabeçada pela União Soviética, formalmente constituída em 1955.

A visita de Shevardnadze à NATO foi a primeira de uma série de deslocações de ministros dos sete países do Pacto de Varsóvia ao quartel-general da Aliança Atlântica.

Ontem o ministro polaco dos Negócios Estrangeiros, Krzysztof Skubiszewski, manteve conversações com Woerner e embaixadores da NATO.

Skubiszewski considerou que a existência da NATO, nas actuais circunstâncias, constitui um factor de estabilidade para a Europa.

O ministro checoslovaco dos Negócios Estrangeiros, Jiri Dientbier, também esteve no quartel, general da NATO.

Redacção «DL»/Lusa

Num encontro com o primeiro-ministro Mazowiecki, na Casa Branca

Bush reafirmou apoio às actuais fronteiras polacas

O Presidente norte-americano, George Bush, ao receber ontem na Casa Branca o primeiro-ministro polaco, Tadeusz Mazowiecki, reafirmou o apoio dos EUA às actuais fronteiras da Polónia e assegurou que Varsóvia terá uma palavra a dizer sobre o processo da unificação alemã.

Mas antes do encontro, a administração Bush tinha revelado que as discussões «dois mais quatro» sobre a questão da unificação alemã não deviam transformar-se em negociações «dois mais cinco», ou seja, que a Polónia não era um membro de parte inteira.

«Em todas as decisões que afectem o futuro da Polónia, a Polónia terá que ter uma palavra a dizer», disse Bush durante uma cerimónia de boas vindas ao primeiro-ministro Mazowiecki.

Bush reiterou igualmente o apoio do seu país às actuais fronteiras polacas, prometendo trabalhar para «uma nova Europa na qual a segurança de todos os países europeus e os seus direitos fundamentais à existência e preservação das actuais fron-

teiras sejam totalmente asseguradas».

Mais ajuda económica

O Presidente norte-americano também prometeu a Mazowiecki continuar com a ajuda económica à Polónia, para que esta possa manter os seus esforços de mudança para um sistema de economia de mercado.

Bush procurou acalmar os receios do chefe do executivo polaco quanto à unificação alemã, facto que continua a suscitar temores nos meios polacos.

O porta-voz da Casa Branca, Marlin Fitzwater, frisou no entanto que os Estados Unidos continuam a opor-se à participação da Polónia nas conversações «dois mais quatro» sobre a unificação, que incluirá, além dos Estados alemães, as quatro potências aliadas vencedoras da II Guerra Mundial - Estados Unidos, União Soviética, Grã-Bretanha e França.

«Pensamos que a presente estrutura é a mais correcta. Deve por isso manter-se, sem incluir mais países», acentou Fitzwater.



George Bush, ao receber ontem o primeiro-ministro Tadeusz Mazowiecki



A Polónia tem insistido em participar nas negociações por considerar que estas vão afectar directamente o seu destino. As autoridades de Varsóvia não estão satisfeitas com as promessas do chanceler alemão federal, Helmut Kohl, de respeitar as actuais fronteiras.

Na sua intervenção, o primeiro-ministro polaco não se pronunciou sobre o problema das fronteiras ou da unificação alemã, preferindo enaltecer o triunfo da liberdade

no Leste europeu.

Mazowiecki sublinhou o facto de que a sua presença na Casa Branca teria sido imaginável há um ano atrás.

O dirigente polaco fez questão de salientar que o seu país foi o primeiro do bloco de Leste a realizar eleições livres, ao mesmo tempo que a Polónia caminha irreversivelmente para a democracia plena e para uma economia livre.

Redacção «DL»/Lusa

INTERNACIONAL

Acusações romenas sobem de tom

Bucareste diz que a Hungria instigou confrontos étnicos

O Governo romeno subiu de tom contra a Hungria ao acusar as autoridades magiares de «sabotarem» os seus esforços para restabelecer «a calma e a segurança pública». Numa declaração oficial distribuída à Imprensa ontem à noite, o Governo de Bucareste denuncia «as acções de propaganda tomadas pelo Estado vizinho que apresenta a Transilvânia como uma componente húngara».

Segundo o primeiro-ministro da Roménia, Petre Roman, os confrontos entre nacionalistas romenos e membros da comunidade magiar em Tirgu Mures resultaram, na passada terça-feira, em três mortes e não em seis, como anteriormente indicava o primeiro balanço oficial.

Presidente magiar acusado

O comunicado acusa ainda o Presidente interino magiar, Matyas Szuros, de fomentar os confrontos ao endereçar um apelo aos húngaros da Roménia para se organizarem segundo a ideia de que a Transilvânia é «uma terra magiar ancestral».

Petre Roman, numa conferência de Imprensa decorrida ontem à noite, afirmou ainda que «há fortes probabilidades» de hoje falar telefonicamente com o primeiro-ministro húngaro, Miklos Nemeth, e precisou que lhe vai exigir que Budapeste «se abstenha de qualquer comentário que possa degenerar em actos extremistas e em ressentimentos por parte da população romena».

«O Governo romeno, conclui o texto, apela ao Governo húngaro para que convide os seus próprios cidadãos à calma e à razão».

Fascistas responsabilizados

As autoridades da Roménia expulsaram ontem três cidadãos canadianos de origem romena acusados de possuírem elementos de propaganda fascista e o vice-presidente do país, Cazimir Ionescu, responsabilizou a organização fascista «Guarda de Ferro» pelos confrontos sangrentos dos últimos dias em Tirgu Mures.

Os EUA, entretanto, já expressaram a sua preocupação pela situação na Roménia e Richard Boucher, porta-voz do Departamento de Estado, exortou as autoridades de Bucareste a rejeitarem os grupos extremistas e a porem fim à violência.

No quadro do estado de emergência instaurado ontem de manhã em Tirgu Mures, cidade de 155 mil habitantes (55 por cento dos quais de origem húngara), o Exército e a Polícia patrulharam toda a noite as ruas da cidade para evitar a ocorrência de incidentes isolados. Mesmo assim, novos recontros foram registados ontem à tarde e algumas dezenas de pessoas ficaram feridas.

Manifestantes armados de bastões

Os cerca de quatro mil manifestantes que, apenas armados com bastões, desafiavam as patrulhas de pára-quedistas e os tanques no centro de Tirgu Mures foram finalmente dispersados graças às discussões que o vice-primeiro-ministro, Gelu Voiccan, manteve com representantes dos manifestantes, constatou no local um correspondente da France Presse.

«A Transilvânia é nossa», gritavam milhares de romenos, hostis à vontade dos húngaros de obter uma maior autonomia cultural e o ensino de húngaro nas escolas e nas universidades da região.

«Os húngaros exigem demasiado. Antes de tudo, estamos na Roménia», sublinhou um jovem que passou o dia no centro da cidade com uma grossa barra de ferro na mão.

Do outro lado do cordão formado pelos tanques e pelos pára-quedistas do Exército romeno, os húngaros clamavam: «Agora ou nunca», e aludiam constantemente às suas reivindicações.

AFP/Reuter

Plano Collor confunde o Brasil

Quando a direita vai para esquerda

Da nossa correspondente no Rio de Janeiro

Na entrada de um velho cinema do centro da cidade - depois de gentilmente pedir aos cavalheiros que não cuspiem no chão - uma placa esmaltada fazia a grande pergunta:

«O que dirão os estrangeiros que nos visitam?»

O cinema foi demolido há muitos e muitos anos, a placa desapareceu na poeira dos tempos, mas a pergunta continua no ar, mais actual do que nunca. Realmente: o que dirão os estrangeiros que nos visitam? Se o Brasil já era um país mais ou menos indecifrável para o chamado mundo civilizado, agora mesmo é que perdeu qualquer sentido. Como explicar para um turista desavisado que, nesta nação aparentemente pouco instruída, todo mundo sabe o que quer dizer «titularidade do activo circulante»? Como explicar a existência paralela de duas moedas, e a simultânea ausência de ambas? Como explicar que é impossível trocar os dólares porque - imaginem! - todos preferem cruzeiros?!

Quase tão difícil quanto explicar tudo isso para alguém de fora, contudo, é aprender a conviver, aqui dentro, com o quotidiano absolutamente surrealista do Plano Collor. Os mendigos sumiram das ruas. É porque há mais dinheiro? Não, pelo contrário, é porque há menos. Tão menos, de facto, que nem vale a pena mendigar. O banqueiro Ronaldo César Coelho, deputado do PSDB (partido opositorista do senador Mário Covas), perdeu qualquer coisa como 112 milhões de dólares, mas declarou ao «Jornal do Brasil» que está feliz.

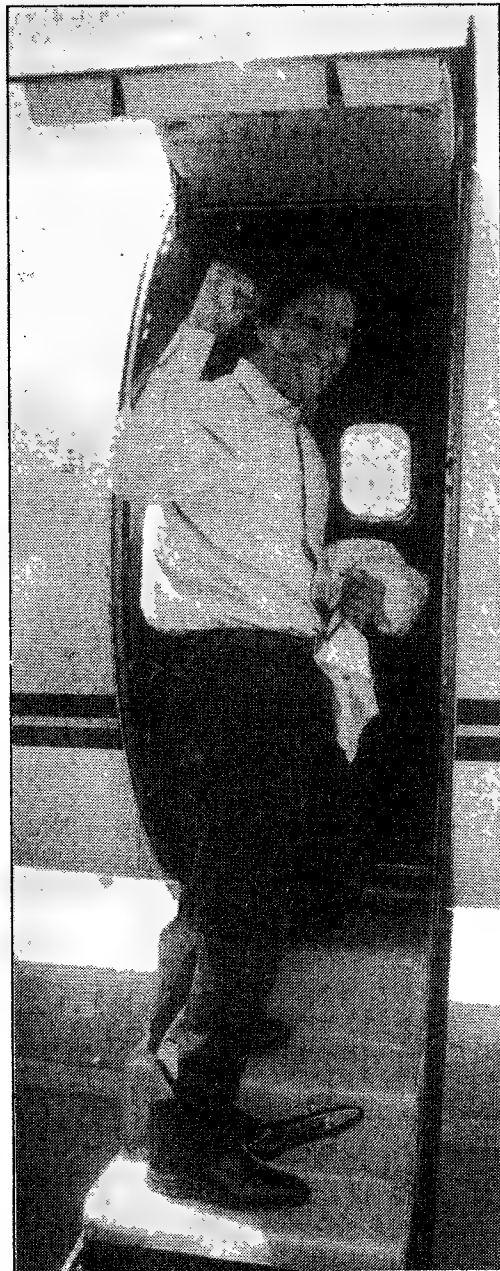
- Ter uma grande fortuna num país tão miserável quanto o Brasil é um conceito económica e eticamente muito relativo.

Põe relatividade nisso! A maior parte dos bancos tem feito o que pode e o que não pode para sabotar o Plano: esconde o dinheiro para que os correntistas não possam sacar sequer o pouco que o Governo lhes permite, recusa-se a esclarecer dúvidas, trata a clientela a pontapés. Foi preciso que a ministra da Economia tivesse ontem uma reunião de três horas com os banqueiros, e que a Polícia Federal ameaçasse os gerentes e superintendentes de prisão, para que um mínimo de calma voltasse às agências.

Nos bares do Baixo Leblon, reduto da esquerda etflica, que votou maciçamente em Lula, o clima é de completo estupor. Como apoiar um plano do Presidente Collor? E como condenar um conjunto de medidas que afectou de tal maneira os grandes especuladores, e que, logo na primeira semana, derrubou a cotação do dólar a metade? Sobre tudo, como conciliar o apoio (teórico) às classes menos favorecidas com a dura perda (real) do whisky escocês?

Dilema pior vivem os deputados e senadores encastelados em Brasília, que sequer podem chiar contra o pior golpe financeiro que já receberam. É uma situação delicadíssima: com a retenção dos depósitos das cadernetas de poupança no Banco Central, eles perderam o lastro económico para a campanha de Outubro. O Plano Collor terá de ser aprovado pelo Congresso, e poderia até, quem sabe? ser derrubado; mas o Plano é altamente popular, e derrubá-lo seria incorrer na ira do eleitorado. Quer dizer: recuperar o dinheiro, só com a antipatia geral. Que fazer? Por enquanto, a única saída à vista é apoiar o Governo, e tentar a reeleição através de trabalho e oratória - o que é perspectiva das mais desagradáveis.

Cora Ronal



Com as suas medidas radicais, Collor partiu para o «tudo ou nada»

Optimismo com Collor explicado em Lisboa

«Neste momento a única liquidez que tenho são algumas garrafas de vinho do Porto, que estou levando para o Brasil». Foi neste tom bem-humorado que o prof. Hélio Jaguaribe comentou o impacto das medidas económicas do Plano Collor sobre as suas poupanças que, tal como outros brasileiros, foram congeladas na sexta-feira passada. Hélio Jaguaribe, decano do Instituto de Estudos Políticos e Sociais do Rio de Janeiro, falava durante uma conferência promovida pelo Instituto de Estudos Estratégicos Internacionais, na terça-feira à noite, no Grémio Literário, intitulada «O Brasil após as eleições presidenciais». Jaguaribe publicou recentemente um livro intitulado «Reforma ou Caos» em que explica, com o auxílio de dados recolhidos pelo seu instituto, como o Brasil, não

obstante a actual crise, pode recuperar totalmente num prazo de 12 a 15 anos, se seguir uma política adequada de reformas do aparelho estatal. Segundo ele o Plano Collor poderá ir «na direcção certa».

O especialista brasileiro confessou o seu entusiasmo pelas medidas adoptadas por Collor, acreditando que o «enxugamento» do excesso de dinheiro em circulação e a contenção dos gastos públicos poderá conduzir a uma vitória sobre a inflação, problema que destaca entre todos os outros. «Senão, o Brasil entrará num túnel escuro de autoritarismos de esquerda e de direita, mau para toda a gente», avisou, acreditando que a sua posição é compartilhada pela maioria dos brasileiros, fartos da ineficácia, insolvência e corrupção do Estado, de que

o Governo Sarney foi o exemplo máximo.

Jaguaribe explicou também como o Plano Collor foi a demonstração cabal que o novo Presidente está «sózinho», ou seja, não é uma alternativa eleitoralmente viável da direita e das elites tradicionais, embora tivesse havido um «smart group» (entre os quais o empresário Roberto Marinho, dono da Rede Globo, e o poderoso grupo Monteiro Aranha) que viu bastante cedo o potencial de Collor e preferiu-o aos outros candidatos conservadores. Segundo Jaguaribe esses smart boys devem estar agora bastante surpreendidos com a radicalidade das medidas do seu candidato, que, se tivessem sido tomadas por Lula, já teriam provocado o pânico entre as classes dominantes e os militares.

Na primeira parte da con-

ferência, que reuniu uma boa assistência que no fim colocou diversas questões, o professor brasileiro traçou um quadro mais geral da situação do Brasil destacando vários problemas estruturais, entre os quais o «cartórios» de interesses instalados nas diversas classes sociais e a péssima distribuição de renda. Mesmo assim reafirmou a capacidade da economia brasileira de superá-los num prazo relativamente curto, se o Estado adoptar medidas correctas que permitam a retomada do crescimento. «Se tal acontecer, acredito que o Brasil chegará ao próximo século finalmente como uma grande potência e o povo poderá ter um nível de bem-estar comparável aquele que actualmente se desfruta em países como a Grécia ou Portugal», concluiu.

Duarte Calvão

INTERNACIONAL

O pós-Tiananmen analisado por Chen Lichuan, dirigente da Federação para a Democracia na China

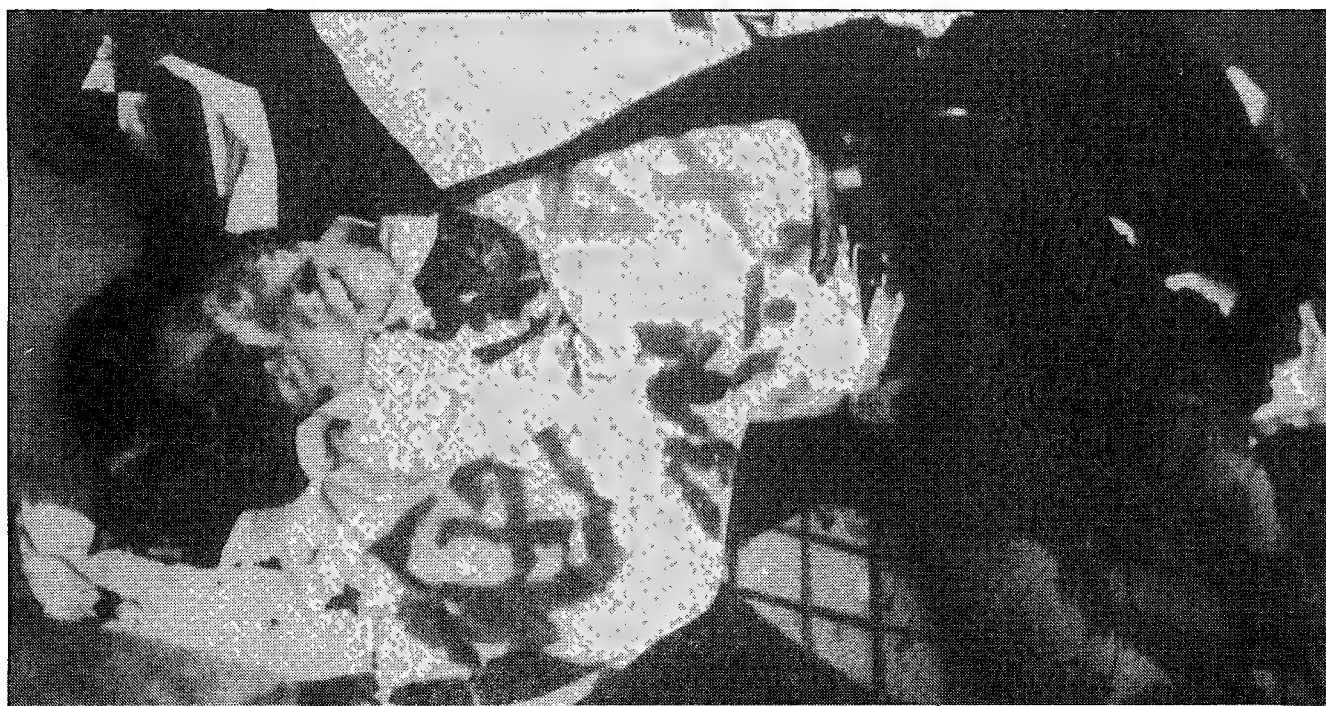
«A Primavera de Pequim não morreu»

P - A maior parte dos observadores políticos ocidentais acha que a crise do comunismo europeu iniciou com o massacre da Praça Tiananmen no dia 4 de Junho de 1989. O senhor é da mesma opinião?

R - «Absolutamente. Todos os democratas chineses participam da felicidade dos povos do Leste europeu que viram, durante o ano de 1989, o desmoronamento do sistema totalitário comunista. Eles estão conscientes, de que o sangue derramado na Praça Tiananmen foi o verdadeiro prelúdio a esta grande revolução. A Primavera de Pequim, portanto, foi um sinal. Aliás, diria antes um exemplo para os chefes do Leste Europeu, que para evitar novos massacres renderam-se à vontade popular. Só assim se consegue explicar o clima pacífico - Roménia à parte - de tais acontecimentos. Tendo o massacre de Tiananmen suscitado indignação em todo o mundo, os governos do Leste europeu nunca voltariam a propor tais horrores à opinião internacional.

P - Quanto a si há analogias entre o massacre de Tiananmen e aquele de Timisoara?

R - «Sim, creio que o tipo de analogia reside mais na própria natureza destes dois regimes políticos - dois regimes totalitários, dois sistemas de poder que procuram ter o monopólio sobre a sociedade sem deixar nenhuma liberdade ao direito civil. Existe todavia uma grande diferença entre esses dois Estados. A China apoia-se ainda sobre um poder ideológico, enquanto a Roménia, até bem pouco tempo, baseava-se num poder exclusivamente familiar. A diferença entre estes



O massacre de Junho do ano passado, na praça Tiananmen, foi o verdadeiro prelúdio da revolução no Leste europeu

dois tipos de poder é exactamente aquela que há entre totalitarismo e a ditadura.

P - Como vê, portanto, o futuro daquilo que é definido «comunismo»? Não acha que é preciso fazer uma distinção entre ideologia e partidos comunistas?

R - «Creio que não se pode falar do fim do comunismo nos países onde ainda não foi feita uma reforma agrária, por outras palavras nos países industrializados, como é o caso da China. Nestes países o comunismo ainda poderia representar um modelo social»

P - Pode esclarecer melhor isso?

R - «Há modelos de análise que funcionaram bem nalgumas sociedades - aquelas

não industrializadas - e durante um determinado período. Nestes países o marxismo poderia ainda sobreviver como corrente de pensamento, como modelo ideológico, mas não como poder político. A questão, portanto, é saber se o marxismo é apenas pura teoria ou se também pode ser aplicado numa sociedade. Todo o problema é portanto estabelecer se há compatibilidade entre a prática e a teoria. Até hoje, porém, a experiência demonstrou que o marxismo, ou melhor o comunismo, desembocou apenas em regimes totalitários ou, na melhor das hipóteses, autoritários».

P - Como se põe na China, depois do massacre de Tiananmen, o problema do comunismo?

R - «Não acredito que haja actualmente, na China, alguém que se declare abertamente não comunista. A perseguição é quotidiana; é uma falsa calma aquela que reina em Pequim como nas províncias. Depois da Primavera de Pequim assistimos sobretudo a um regresso à economia planificada, aos movimentos anti-burgueses e liberais, aos movimentos anti-culturais. Quando falo em falsa calma quero dizer que a Primavera de Pequim não morreu já que o povo não foi vencido nem convencido».

P - Quais são, na sua opinião, os principais problemas que o actual governo chinês deve enfrentar?

R - «São principalmente

quatro. Antes de mais a economia que está à beira da falência - depois dos acontecimentos de Tiananmen, o Estado suprimiu as empresas privadas, cortando completamente os subsídios.

A segunda preocupação é aquela do descontentamento social: o povo é muito pobre. Para obter créditos e divisas do estrangeiro o governo chinês viu-se obrigado até a vender parte das suas reservas em ouro. O terceiro problema são os vários dissidentes chineses que se encontram no estrangeiro, entre os quais estamos nós, inseridos numa estrutura eficaz e moderna, chamada «Federação para a Democracia na China». Desta fazem parte dois mil membros espalhados pelo

mundo. Pela primeira vez desde que existe, o partido comunista chinês tem que enfrentar um movimento concreto de oposição. O quarto problema consiste nas sanções políticas e económicas por parte dos países ocidentais».

P - Mas acha que estas sanções foram realmente actuadas ou não passaram de pura demagogia?

R - «Sim, desde que foi abolida a lei marcial, em Janeiro as sanções foram enfraquecidas. Quer o governo japonês quer o americano condicionaram os seus créditos a esse preciso evento. É preciso todavia não deixar-se enganar, já que o governo central já transformou alguns sectores militares em corpos de polícia».

P - Como definiria, hoje, o contexto socio-político chinês?

R - «O governo chinês tem um discurso duplo: por um lado procura dar segurança ao Ocidente abrindo-se economicamente e por outro lado bloqueou a reforma económica iniciada por Zao Ziyang. Do ponto de vista político, a regressão é total».

P - Quais são os objectivos principais da «Federação»?

R - Temos quatro princípios básicos. A garantia da justiça social, a protecção dos direitos fundamentais do homem, a promoção da economia privada e de mercado e o fim do partido único. Quanto aos princípios de acção defendemos o pacifismo e a razão».

Daniel Salvatore Schiffer
«Corriere della Sera»/
«DL»

Trad: Alessandra Balsamo

Primeiro dia da Namíbia independente

Intenções moderadas e ballet diplomático

Duas das mais importantes pastas do novo Governo da Namíbia, a da Agricultura e a das Finanças, terão como titulares homens de negócios brancos, respectivamente, o afrikaner Gerhard Hanekom e o alemão Otto Herrigel. É a melhor demonstração que a SWAPO, agora no Poder após anos de luta, pretende adoptar uma política pragmática, como aliás o discurso de Sam Nujoma demonstrou ao fazer apelo ao investimento estrangeiro e preconizando uma economia mista, deixando para trás os princípios marxistas antes defendidos.

O primeiro dia de independência do novo estado africano foi dominado por um verdadeiro ballet diplomático entre os dirigentes estrangeiros ali presentes.

Houve dois encontros que podem ser considerados históricos: o do Presidente sul-africano De Klerk com o ministro soviético dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze e o de Nelson Mandela com o Secretário de Estado norte-americano James Baker.

Durou 90 minutos o primeiro encontro a alto nível entre a URSS e a África do Sul desde os anos 50 (quando cortaram relações diplomáticas) e acredita-se que a questão angolana dominou a conversa. Nada foi revelado.

Entre Mandela e Baker as coisas foram diferentes, com o primeiro a criticar publicamente o chefe da diplomacia dos EUA por hoje se encontrar em Pretória com De Klerk. Baker, o primeiro dirigente dos EUA a encontrar-se com o líder do ANC, disse compreender as críticas mas explicou que o seu país considera importante «tentar encorajar» as reformas na África do Sul.

Redacção «DL»/AFP/Lusa

Segundo Durão Barroso, que efectuou contactos em Windhoek

Cessar-fogo à vista em Angola

Angola ficou esta semana «talvez mais perto do cessar-fogo e do diálogo directo» entre o MPLA e a UNITA, disse ontem o Secretário de Estado português dos Negócios Estrangeiros, Durão Barroso, que se encontra na Namíbia para as cerimónias de independência. Durão Barroso teve contactos em Windhoek com o Presidente angolano, José Eduardo dos Santos, o Secretário de Estado norte-americano, James Baker, o Presidente sul-africano, Frederik de Klerk, e com outras personalidades envolvidas no processo de pacificação de Angola.

Em conversa informal, De Klerk agradeceu ao Secretário de Estado português a posição mantida por Portugal na fase de indefinição da política sul-africana, antes do afastamento do então Presidente Pieter Botha e da sua substituição pelo actual Presidente. De Klerk deverá incluir Lisboa na sua deslocação à Europa,

a fazer brevemente, inicialmente por convite do Governo britânico. O processo angolano foi desbloqueado recentemente depois da aceitação por Jonas Savimbi do princípio de integração dos dois exércitos, as FAPLA e as FALA, durante um encontro com Cavaco Silva, em Lisboa. Depois da aceitação desse princípio, disse Durão Barroso, tornaram-se possíveis as conversações políticas entre as duas partes em conflito.

Savimbi e Baker

Em Windhoek, o chefe de Estado-Maior das FAPLA, general António dos Santos «Ndlu», manteve ontem conversações com a delegação norte-americana sobre os termos do cessar-fogo. James Baker, reúne-se com Jonas Savimbi, provavelmente em Kinshasa, no seu regresso da visita à Namíbia e África do Sul. Com participação ainda obscura no processo está a União Soviética, cujo minis-

tro dos Negócios Estrangeiros, Eduard Shevardnadze, esteve domingo em Luanda e faz actualmente em Windhoek uma série de contactos.

A URSS defendia a «opção zero» de armamentos e apoios aos dois exércitos - o termo dos fornecimentos norte-americanos à UNITA a troco da suspensão do seu apoio a Luanda. A posição soviética estará mais próxima da defendida actualmente por Washington e Lisboa, de criação de condições para o cessar-fogo e diálogo directo, transferindo para a esfera diplomática o esforço actualmente assente no campo militar.

Washington não concordou com a «opção zero» e a URSS terá fornecido massivamente as FAPLA, durante a fase de preparação da ofensiva em curso contra a UNITA, desde meados de Dezembro e em paralelo à retirada cubana de Angola, iniciada na Primavera do ano passado.

Os EUA estão, por seu lado,

prontos a fazer concessões ao Governo do MPLA, que não reconhecem. Fala-se da eventual instalação de uma representação em Luanda, logo após a instauração do cessar-fogo, disseram fontes diplomáticas. Essa posição terá sido expressa durante as conversações de terça-feira entre Baker e o Presidente angolano num encontro de hora e meia na capital namibiana.

Segundo fonte diplomática local, para essa revisão das posições norte-americanas contou tanto o esforço diplomático lisboeta, quanto a recente aproximação entre Angola e a África do Sul, até ao ano passado envolvidas em confrontação militar.

Um funcionário superior do departamento de Estado disse há dois dias em Windhoek que o que mudou foi o nível do diálogo entre as partes envolvidas, depois do fracasso do processo de Gbadolite mediado por Mobutu.

Luísa Ribeiro/Lusa

Fim do apartheid chega à economia?

Depois das reformas políticas, será que a África do Sul também estará disposta a pôr fim ao apartheid no sector da economia?

Nacionalizações: não há dúvida de que a palavra deriva mal-estar nos meios de negócios. Mal foi pronunciada por Nelson Mandela, à saída da prisão, fez cair as cotações na Bolsa e gerou alvoroço entre os empresários, que, no entanto, há muito conheciam as reivindicações do Congresso Nacional Africano (ANC). A menos que esperassem que as mudanças na Europa de Leste tivessem dissipado (ou actualizado) as velhas aspirações do movimento nacionalista.

«Onde encontraremos os recursos necessários para aliviar a miséria dos nossos compatriotas negros se não recorreremos às nacionalizações?» - interrogara-se Nelson Mandela. Vozes discordantes fizeram-se logo ouvir, no seio do próprio ANC, para travar os ímpetus e apaziguar os homens de negócios, cujo pânico era evidente. E o próprio Mandela fez marcha atrás: «Não queremos tomar decisões sem um autêntico debate com os sectores interessados» - declarou ao diário económico «Business Day».

Mas os empresários estão inquietos. «Não será mais fácil negociar uma alteração da Constituição do que uma alteração do sistema económico» - considera Johann Liebenberg, director-geral da Câmara das Minas. Por outras palavras: a comunidade branca não se oporá demasiado em ceder o Poder aos negros se tiver, em contrapartida, a garantia de preservar quase intacto o seu poder económico.

«Não vemos como o sistema existente, no qual se verifica uma concentração de riquezas nas mãos de alguns, poderá eliminar a pobreza em que vivem os negros» - sublinhava, por seu turno, um comunicado recente da Frente Democrática Unida (UDF), o ramo legalizado do ANC.

Segundo um raciocínio algo

simplista, *apartheid* e capitalismo estão associados, pelo que a solução passaria, inevitavelmente, pelo socialismo. A verdade é que o sistema económico estabelecido pelo Partido Nacional (no Poder desde 1948) está, sobretudo, assente numa máquina burocrática, com fortes conotações raciais. Desde que conseguiram penetrar nos meios de negócios, os africanos manipularam a seu bel-prazer o sector estatal, aí colocando agentes de confiança, estando o sector privado dominado pelos anglofonos. Todavia, não nacionalizaram os bancos e as minas de ouro, como era, inicialmente, sua intenção.

Este sistema, imoral e insensato, no qual a comunidade africana se encerrava para preservar os seus privilégios, sai caro ao país, na medida em que foi preciso criar uma gestão própria para cada grupo étnico, manter em ordem os bantustões (onde os negros foram encurralados), subvencionar o transporte de mão-de-obra para as zonas brancas, e sobrevalorizar os salários dos raros quadros administrativos e técnicos. Feitas as contas, o que se poupa em mão-de-obra, devido ao sistema do *apartheid*, acaba por equivaler ao défice orçamental da África do Sul.

Agora, fala-se na privatização dos meios de transporte - é como se os africanos, sentindo fugir-lhes as rédeas do poder, se empenhassem, assim, em salvar pelo menos uma parte do seu património. E, por mais que o Poder queira fazer crer que os lucros das vendas irão melhorar o nível de vida dos mais desfavorecidos, a comunidade negra mantém-se céptica.

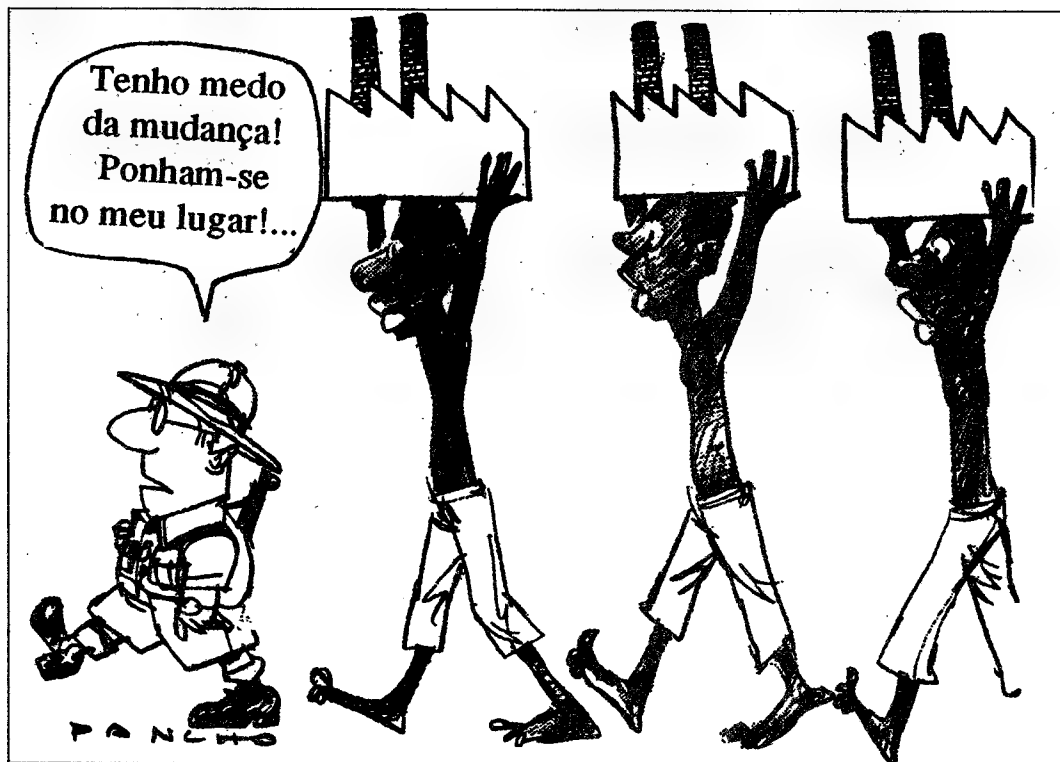
«Estas privatizações foram prematuras, pois os negros ainda não têm meios para adquirir bens públicos» - observa Natato Motlana,

proprietário de uma clínica cirúrgica no Soweto e presidente da fundação «Get Ahead» («Em Frente»), criada, há oito anos, com auxílio norte-americano e destinada a encorajar o aparecimento de uma classe de pequenos empresários negros. Os autóctones sentem-se prejudicados por estas medidas, tanto mais que implicam um reajustamento dos salários e um aumento do pessoal.

Seja como for, será necessário, de uma maneira ou de outra, corrigir as gritantes injustiças que vêm de há muito. E isto certamente não se conseguirá - como alguns fingem crer - com a nova política de despesas públicas do Governo, ao efectuar cortes no orçamento da Defesa em benefício da Educação. Nem com acções, do género «progressista», como as promovidas pela «Anglo-American» - que emprega 300 mil pessoas e oferece bolsas de estudo, subsídios para a construção de escolas multirraciais, etc. -, em iniciativas que se assemelham demasiado a «obras de caridade social»...

«Um homem, um emprego»

Os meios de negócios estão preparados para dias difíceis, com a abertura do período de negociações salariais. Enquanto que o crescimento económico beneficiou de uma mão-de-obra barata e dócil, o poder dos sindicatos, legalizados em 1979, traduziu-se num aumento das greves. As organizações profissionais querem aprovar leis de circunstâncias para endear o tom, e os acontecimentos das últimas



semanas fazem prever que, mais cedo ou mais tarde, as reformas das estruturas virão a impôr-se no sector económico, como consequência lógica das que se preparam no domínio político. Não só «um homem, um voto», mas, também, «um homem, um emprego». Ou seja, por outras palavras, uma verdadeira «democracia industrial».

Por enquanto, os negros dispõem das suas energias na única direcção que lhes é verdadeiramente acessível: os pequenos «tachos». E foi, assim, que se viu multiplicar, nas zonas urbanas e periféricas, a pequena iniciativa: «ateliers» de confecção, oficinas de automóveis, companhias de táxis, venda ambulante... «Joanesburgo começa a parecer-se com uma verdadeira cidade africana» - comenta Ntato Motlana.

Estas empresas artesanais têm que sobreviver numa paisagem económica singular, onde emergem grupos industriais tentaculares,

nomeadamente os oligopólios. «É preciso evitar os monopólios, que passaram de moda até nos Estados Unidos» - sublinha o presidente da «Get Ahead». Mas o que se torna evidente - obviamente em consequência do *apartheid* - é a falta de quadros negros competentes. Basta considerar que foi só em 1988 que a profissão de arteiro se tornou acessível aos mineiros negros!

As necessidades de formação profissional são enormes, e os negros demorarão muito tempo a estarem em condições de responder às ofertas de emprego... O Governo atribuiu-se o objectivo de desmantelar o *apartheid*, mas ainda não possui meios para aplicar a sua política. Falava-se, nos discursos oficiais de 1986-87, em «reservas de espaço para o crescimento». Nos mesmos meios, evoca-se, hoje, mais prosaicamente, a necessidade de uma «aterragem lenta da economia»...

A partilha do «bolo»

Também aqui, a África do Sul está a pagar o preço de um sistema iníquo, que lhe valeu ser isolada pela comunidade internacional. Mesmo que não o confesse, é evidente que as sanções económicas pesaram na decisão de Frederick De Klerk no sentido de mudar o curso dos acontecimentos.

E isto apesar das sanções comerciais terem tido pouco impacto: os sul-africanos não têm dificuldade em encontrar compradores para o carvão, o aço, as armas (em segundo lugar, logo após as exportações de ouro), ou em contornar o embargo petrolífero.

«O que nos atingiu foi termos que reembolsar, mais

depressa que o previsto, a nossa dívida externa, de cerca de 21 mil milhões de dólares» - afirma Jim Buys, economista da «Anglo-American». Mas três «arrangements», negociados pelas autoridades, permitiram «aliviar» os reembolsos, apesar das pressões das organizações anti-*apartheid*. Mais grave é o facto de o país ter sido colocado em «quarentena» por numerosos investidores estrangeiros, os quais partiram definitivamente ou se recusam a voltar.

Em consequência desta agitação, ao longo da última década, a taxa de crescimento média da economia não ultrapassou 1,5 por cento (contra 2,6 por cento da taxa de crescimento da população). Será preciso atingir um crescimento de, pelo menos, 5 ou 6 por cento para que o nível de vida da população possa subir e o desemprego diminuir. E isto sem contar com, pelo menos, um milhão de deslocados. Onde encontrar, pois, o dinheiro para ultrapassar esta difícil situação? Uns contam com as nacionalizações, outros com as privatizações, estado para encher os cofres do Estado. Alguns querem uma reforma do sistema fiscal, que não lhes parece suficientemente dura. Outros preferem contar com um hipotético auxílio da comunidade internacional, na sequência da normalização da vida política e do levantamento das sanções.

Qualquer que seja a solução, o urgente é reduzir o abismo entre «aqueles que têm» e «aqueles que nada têm». Ou seja: qual será a duração de qualquer reforma política sem que haja uma «partilha do bolo»?

Exclusivo
«Le Monde»/DL

Tradução e adaptação
de Isabel Joyce

Caso dos jesuítas assassinados embaraça Governo salvadorenho

O parlamento de El Salvador concordou em discutir um projecto de amnistia para militares que tenham praticado actos de delito comum, incluindo crimes de sangue. Este projecto foi apresentado por militares reformados e o seu objectivo prioritário é amnistiar os presumíveis assassinos dos seis padres jesuítas e de uma empregada. O crime foi cometido em Novembro do ano passado, quando os guerrilheiros lançavam uma ofensiva sobre a capital salvadorenha.

Sabe-se que o juiz que tinha o processo destes crimes nas mãos, declarou que já

existiam provas suficientes para incriminar uma das mais altas autoridades militares do país, o coronel Benavidez, chefe-militar da região de São Salvador. Aliás, o juiz recebia ameaças de morte de grupos paramilitares de extrema-direita que espalharam panfletos clandestinos por toda a parte.

Neste contexto, o Governo, estando pressionado pelos militares, procurará que os parlamentares que o apoiam, do partido da extrema-direita ARENA, votem favoravelmente, caso se apresente o pedido de amnistia.

Se isto for para a frente, acabará um

problema para o Governo, mas outro começará. A nível nacional será um escândalo que a guerrilha poderá aproveitar. Internacionalmente, assumirá ainda maiores proporções, podendo afectar decisivamente as relações entre El Salvador e a Espanha (os jesuítas eram todos cidadãos espanhóis) e, por reflexo, a CEE, a Internacional Socialista e os próprios EUA, um dos esteios do apoio a El Salvador. Seria um preço demasiado alto, que deixa o Governo salvadorenho entre a espada e a parede.

André Martin

QUOTIDIANO

Produtores de leite protestam contra preços

Nas Caldas da Rainha, os tractores voltaram hoje à rua. Os agricultores não vêem com bons olhos o leite importado da CEE

Os produtores de leite da Região Oeste estão concentrados desde esta manhã nas Caldas da Rainha como forma de protesto contra a compra de leite aos países da CEE e contra a diminuição do preço pago ao produtor, proposta pela Fenelac - Federação Nacional das Uniões de Cooperativas de Leite e Lactíceos. Aquela entidade pretende que o litro de leite passe a custar menos cinco escudos do que actualmente, o que os produtores consideram incomportável, sobretudo porque essa baixa não irá reflectir-se no montante pago pelo consumidor.

«No passado domingo, a Cooperativa de Produtores de Leite da Região Oeste propôs aos seus associados uma descida de 3 escudos no preço do leite o que, juntamente com o decréscimo de dois escudos que a cooperativa já está a suportar, dá os cinco escudos propostos pela Fenelac. Não podemos é descer mais», explicou ao DL José da Silva Félix, um dos produtores da zona.

O problema da descida de preços prende-se com o excedente pouco habitual que se está a verificar e que se traduz já numa dimi-

nuição de 35 por cento nas vendas, comparativamente com igual período do ano passado. Na realidade, só aquela cooperativa - que tem mais de três mil associados - já tem em armazém cerca de um milhão de litros e a situação tende a agravar-se pois durante o mês de Maio a produção costuma aumentar ainda mais.

Para José Félix, este decréscimo da procura deve-se, em parte, à propaganda nefasta que alguns órgãos de comunicação social e a própria Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) tem feito ultimamente em relação àquele produto. «Fala-se muito de leite a martelo e isso está-nos a prejudicar», afirma, referindo-se às notícias vindas a público sobre o chamado leite vegetal.

Produzido a partir de leite seco e gordura vegetal, aquele produto não é prejudicial à saúde humana mas não deve ser comercializado. «Estamos convencidos de que o leite vegetal está apenas a ser utilizado para a fabricação de iogurtes, queijos e outros produtos lácteos, e não para consumo directo», sublinhou o produtor das Caldas, consider-

ando, todavia, que isso interfere negativamente na procura.

Para contrariar esta tendência, José Félix propõe que o preço do leite junto do consumidor diminua, pois enquanto neste momento o leite do escalão mais alto está a ser pago ao produtor a sessenta escudos o litro, o consumidor paga-o a mais de cem escudos.

Por seu turno, a CAP declarou já o seu apoio à acção dos produtores. O secretário-geral daquela organização, José Manuel Casqueiro, considerou que «é importante que os produtores de leite defendam os seus direitos assegurando o combate à substituição do leite produzido pelas suas vacas por outras formas de obter produtos lácteos».

A concentração iniciou-se cerca das sete horas da manhã. Os produtores fizeram-se acompanhar dos seus veículos de trabalho, o que está a afectar o trânsito na cidade. Se esta forma de luta não obtiver resultados, os produtores tencionam promover outras concentrações em conjunto com cooperativas do resto do País.

Controladores aéreos iniciam paralisação

A greve que os controladores aéreos iniciaram esta manhã não irá provocar grande confusão no tráfego aéreo - prevêem os responsáveis da TAP. Segundo uma fonte da transportadora aérea, esta companhia optou por reformular os horários dos voos de forma a efectuarem as aterragens e descolagens nas horas de serviço, em vez de cancelarem os voos.

Trata-se de uma greve parcial de quatro horas diárias, das 10 às 14, que se prolongará até dia 27. Os 330 controladores estão a assegurar os serviços mínimos, que se limitam aos voos inter-ilhas, do continente para as regiões autónomas e os voos de emergência e diplomáticos.

Na origem desta paralisação estão sobretudo reivindicações de ordem salarial, já que o SINCTA exige aumentos de 22 por cento e a ANA oferece apenas 12,5 por cento.

Por seu turno, os pilotos dos portos e barras do continente entram hoje no último dia de uma greve parcial que se prolonga já desde 12 de Março.

Também os inspectores-examinadores e técnicos de viação atingiram hoje o segundo dos seis dias de greve com uma adesão da ordem dos 95 por cento.

Por fim, o Sindicato dos Maquinistas, anunciou considerar que a resolução do conflito na CP, ocorrida ontem após 59 dias de greve, «só pode ocorrer com outro Conselho de Gerência e um outro presidente».

Passageiro caiu à linha no túnel do Rossio

Um passageiro do comboio de Sintra caiu esta manhã à linha, no túnel do Rossio, sendo levado em estado grave para o Hospital de S. José, por uma ambulância da Polícia de Segurança Pública.

O acidente ocorreu às 8.47 horas, quando faltava apenas um minuto para concluir o percurso e obrigou à interrupção da circulação durante 24 minutos, com anulação de seis composições nos dois sentidos.

Até ao fim da manhã a vítima não tinha ainda sido identificada e encontrava-se no serviço dos cuidados intensivos daquele hospital.

Sindicato dos Correios teme despedimentos

O Sindicato dos Correios e Telecomunicações (SNTCT) afirmou hoje, em conferência de Imprensa, que a administração dos CTT pretende «reduzir drasticamente» o pessoal de diversos serviços. Um dirigente do SNTCT referiu que «as informações de que o sindicato dispõe» deixam entender uma redução de mil para cem trabalhadores nos Serviços Centrais, Obras Sociais, Saúde Ocupacional, Centro de Documentação e Informação e Museu.

Ponte flutuante em Faro montada por militares

Uma equipa de militares da Escola Prática de Engenharia de Tancos montou, ontem, uma ponte flutuante na Ilha de Faro destinada à passagem de veículos pesados.

Essas viaturas vão transportar materiais de grande porte para reparar os estragos causados pelo mar na zona nascente da ilha.

A operação foi realizada por 20 militares, incluindo oficiais e praças. O «trem de navegação», composto por duas rampas e dois batelões ficou pronto a ser utilizado antes do fim do dia.

O recurso à instalação do equipamento deve-se ao facto da actual ponte de betão, de acesso à ilha não oferecer condições de segurança para a passagem de viaturas pesadas mesmo sem carga.

Além dos materiais pesados para reparar os estragos na praia de Faro, vão ser transportadas pedras de grande porte que serão lançadas ao mar no local onde se receia a abertura de uma barra. Esta eventualidade levou as autoridades a tomarem medidas de emergência para enfrentar a «ofensiva» das marés vivas previstas para os três primeiros dias da próxima semana.



Aspecto de uma das quatro balsas instaladas para permitir o acesso à ilha de Faro de veículos pesados

Aumento «rápido e forte» de salários

CGTP impulsiona lutas a partir de Abril

A dinâmica da «luta reivindicativa» vai intensificar-se a partir da primeira semana de Abril, através de greves e protestos, atingindo o «seu ponto alto» no 1º de Maio, anunciou, ontem, o líder da CGTP, no final do plenário dos sindicatos filiados naquela central, que decorreu em Lisboa.

Carvalho da Silva salientou a necessidade de impedir a aprovação de um novo pacote laboral que «limite drasticamente os direitos dos trabalhadores e os impeça de lutar, nas empresas e sectores, contra as tentativas patronais de desregulamentar as relações de trabalho».

A resolução político-sindi-

cal aprovada pelos representantes de 102 sindicatos presentes no plenário prevê a convergência de acção de todas as estruturas sindicais do país e define os objectivos de luta prioritários.

Um aumento «mais rápido e forte» dos salários, de acordo com a perspectiva da CGTP (entre 16 e 18 por cento), a redução da duração semanal de trabalho para um máximo de 40 horas, a defesa dos direitos dos trabalhadores e seu efectivo exercício e a melhoria da protecção social constituem os principais objectivos da Intersindical para o corrente ano.

A revisão, intercalar, das pensões e a alteração da sua

fórmula de cálculo, o aumento do abono de família e uma lei de bases de saúde «que respeite os princípios constitucionais», são outros dos objectivos reivindicativos aprovados.

Em relação às negociações com o Conselho Nacional das Empresas Portuguesas (CMEP), os sindicatos da Inter fizeram um balanço positivo, pois «demonstrou-se à sociedade portuguesa que as reivindicações do grupo trabalhador do Conselho Permanente de Concertação Social são justas».

As propostas apresentadas no documento conjunto da CGTP e UGT estavam concebidas para permitirem uma

«significativa melhoria das condições de vida e laborais dos trabalhadores, e para incentivar a modernização e o aumento da produtividade das empresas», disse o coordenador da central.

Nos documentos aprovados considera-se ainda que a recusa em aceitar, como objecto de negociação, a alteração da legislação laboral «dificultou a possibilidade de o Governo poder intervir novamente neste domínio».

«Esta convergência de posições entre as duas centrais é factor favorável ao desenvolvimento da unidade na acção dos trabalhadores», refere a resolução adoptada no plenário.

INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM

ESCOLA SUPERIOR AGRÁRIA

— AVISO —

A Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Santarém torna público, nos termos do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro, que se encontra aberto concurso externo de ingresso para admissão de pessoal, em regime de contrato administrativo de provimento para preenchimento da seguinte vaga:

1. Terceiro Oficial: Exige-se o Curso Geral (9.º ano de escolaridade) e conhecimentos e prática de dactilografia.

O contrato será celebrado nos termos da alínea a) do n.º 2 do art.º 15.º, art.º 16 e n.º 4 do art.º 17.º do Decreto-Lei n.º 427/89 de 7 de Dezembro.

A remuneração a atribuir à categoria para que é aberto concurso é a que se encontra fixada no estatuto remuneratório dos funcionários e agentes da Administração Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 353-A/89 de 16 de Outubro.

Foi consultada a Direcção-Geral da Administração Pública que comunicou a não existência de excedentes para a vaga a concurso e foi autorizado o concurso externo pelo Despacho Conjunto da Presidência do Conselho de Ministros e Ministério das Finanças publicado no D.R. n.º 290 II Série de 19.12.89 e Desp. n.º 146/SEES/89 publicado no D.R. n.º 8 II Série de 10.01.90 que fixa as quotas de descongelamento para esta Instituição em 1989.

As candidaturas devem ser dirigidas ao Presidente da Comissão Instaladora da Escola Superior Agrária, S. Pedro — 2000 SANTARÉM, até ao próximo dia 30/03/1990.

Santarém, 14/03/1990

O PRESIDENTE DA COMISSÃO INSTALADORA DO I.P.A.S. (assinatura ilegível)

Terra dos latifúndios, da Reforma Agrária, dos cantares dolentes e das planícies ensolaradas. Território que é, ainda, um imenso vazio no mapa nacional, onde as carências são grandes.

Zona de imensas potencialidades, à espera de oportunidade. Razão pela qual os promotores da Ovibeja dizem:

Alentejo merece atenção durante todo o ano

«Não gostaríamos que se falasse só do Alentejo e de Beja por altura desta feira», já que os problemas são muitos, existem durante o ano todo e há a sensação nítida de terem sido esquecidos não só pela população local, como pelo resto do país e, nomeadamente, pelos centros de decisão e de poder. Foi assim, em forma de queixa-recado, que terminou o encontro com Manuel Castro e Brito, presidente da Associação de Criadores de Ovinos do Sul, entidade promotora de Ovibeja, este ano na sua sétima edição.

É uma mostra não só da ovinicultura e capricultura, pois tem igualmente uma componente industrial, quer transformadora, quer de equipamentos para a agro-pecuária. Desde que abriu, a 18 de Março, até ontem, recebeu cerca de 10 mil visitantes, muitos deles alunos de escolas da região, que percorrem interessados o recinto, muitos encantados por montarem alguns «poneys».

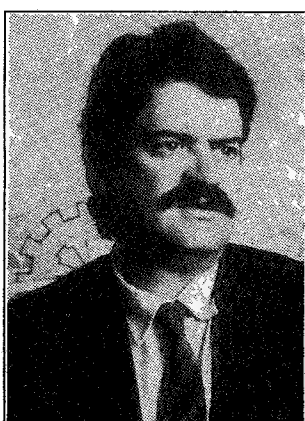
«As pessoas começam a olhar para dentro, para a terra onde vivem», afirmou Castro e Brito ao DL, para acrescentar haver grande participação de criadores e não só. Positivas são, acres-

centou, as visitas dos alunos. São crianças que, conforme disse, «só costumam ver televisão e, o facto de virem aqui, travarem contacto e conhecimento com outras realidades, é bom». A justificação está no desejo de continuar.

«Se se pensar que queremos continuar com a agricultura, não nos podemos esquecer que a preparação dos futuros agricultores deve começar já, na infância. Com estas visitas, os miúdos apercebem-se do que se passa na região em que estão inseridos», são ainda palavras de Castro e Brito, que é também vice-presidente da Federação das Associações Portuguesas de Ovinicultores e Caprinicultores.

Se os primeiros contactos de muitos jovens são feitos em certames como a Ovibeja, se forem motivados precisarão de estruturas de ensino apropriado. O Alentejo, em geral, e a região de Beja, em especial, embora já com algumas, não as têm em número suficiente e, tudo o que for feito, deverá ser dimensionado para a realidade futura.

Sempre que se fala de qualquer sector económico, em Portugal, encontra-se



Castro e Brito

presente o já por demais usado «desafio de 1993». Também este ponto foi referido por Castro e Brito, um homem que, na conversa com o DL, se mostrou inicialmente super-comedido nas afirmações que fez, justificadas com o cansaço resultante de erguer a exposição. Mas com o decorrer da conversa as afirmações foram cada vez mais objectivas, dirigidas para as questões certas.

Como dado de introdução, há que dizer que o sector de ovinos e caprinos teve, segundo o presidente da ACOS, uma transição clássica, aquando da entrada no Mercado Comum, sendo de supor que estaria prepar-

ado para uma concorrência aberta, com uma política coerente e concertada e uma organização forte e agressiva.

Mas tal não existia, o que preocupou os produtores que, em curto período, passaram a desenvolver esforços na criação de uma estrutura de produção que lhes permitisse ultrapassar as falhas e carências existentes. Foi assim que nasceram as associações de criadores de ovinos e caprinos, cobrindo hoje quase todo o país, com o objectivo de definir uma política que permita alcançar o nível dos outros países comunitários.

«O objectivo é difícil, uma vez que esses países beneficiaram de programas nacionais de desenvolvimento que incentivaram a modernização e fortaleza do sector, planos esses agora inibidos pela política comunitária que pretende evitar desnivelamentos na concorrência de mercado», segundo Castro e Brito.

O desenvolvimento do sector e o aumento do seu contributo para a economia nacional passam por diversos vectores, sendo necessária uma política com base no aumento dos produtos, em quantidade e

qualidade, o aumento dos agrupamentos de defesa sanitária, o melhoramento genético, a ordenação da produção, a intensificação progressiva das explorações, a promoção do consumo interno, a concertação da oferta e a obtenção de produtos de alta qualidade.

O que há e o que falta

Ponto assente é que a preparação para a CEE está em curso, «embora ainda haja muito para fazer», disse Castro e Brito. Em funcionamento há programas de defesa sanitária e de melhoramento de raças regionais, mediante o cruzamento com raças exóticas. «Tudo isto não pode parar, sob risco de se perder o que já foi feito», acrescentou o presidente da ACOS.

Indispensável é a criação de infraestruturas para a ovinicultura e condições de bem estar social, num território que constitui frequentemente um vazio no todo nacional e onde são grandes as carências em bens básicos como a electricidade, escolas, saneamento e assistência médica. «Caso isso se não verifique, as pessoas vão-se todas embora», acrescentou Castro e Brito. O Alentejo, depreende-se das conversas

de pessoas ligadas a diversas áreas, ainda é visto como «um outro mundo». Fantasmas ideológicos e sociais ainda têm força suficiente para evitar que o diálogo seja franco, o que redundaria em inevitável prejuízo global.

Se a brucelose está limitada, continuam, mesmo assim, a faltar pessoas e meios para a defesa sanitária. «Nos concelhos onde as estruturas estão criadas, as coisas avançam, mas nos outros há que criar núcleos de produtores para se defenderem, nesta área e noutras».

Um factor a ter em conta é o melhoramento de raças locais, mediante o cruzamento com outras exóticas, a fim de ser conseguida a produção de car-



A qualidade não tem idade

A iniciativa mora ao la

De norte a sul de Portugal, sempre que se fala do que há de muito por fazer, para o desenvolvimento, Espanha é constante ponto de referência. Ali é que é, eles é que sabem, são experts. Em suma, a iniciativa é ponto assente no dia-a-dia espanhol. Em Beja não se escapa a tal comparação.

Na conversa tida com Castro e Brito essa comparação surgiu por diversas vezes. Dois exemplos a que o presidente da ACOS é sensível estão logo na zona raiana: o bom serviço prestado em restaurantes de pousadas e as coutadas de caça. Visitante luso ou de outra nacionalidade, tirantes

que são os naturais da «outra parte» da Península, se sabe-dores do que é bom, é com gosto que se deliciam com saborosas fatias de presunto de «pata negra» acompanhado de um copo de «manzanilla». Acontece, porém, que esse famoso presunto é feito de porco alentejano e, segundo Castro e Brito, quanto a «manzanilla», há vinhos transtaganos que se comparam ou são mesmo iguais. A diferença está na qualidade do serviço, no fomento do consumo desses produtos e no seu preço.

Ideia defendida: podemos fazer o mesmo, há é que ter pessoas preparadas e motivadas para o fazer, com a

certeza de que haverá sempre clientes que não se importam de pagar caro por algo que lhes dê prazer.

Outro assunto é a caça, actividade cara aos alentejanos. Depois de terem sido aproveitados para outros fins, milhares de hectares de terreno anteriormente reservados a coutadas para grupos restritos daram uns tiros de vez em quando, chegou a altura de, mais uma vez, olhar para Espanha.

Solução possível será o repovoamento de alguns coutos, com serviço de alta qualidade e preços a corresponder. Seriam pólos atractivos de uns quantos

TUDO O ATENDIMENTO!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

TODAS AS OFERTAS!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

TODOS OS CRÉDITOS!
Banix / HONDA
MOTOCICLOS
☎ 23159 / 22194

No melhorar é que está o ganho

O melhoramento do gado ovino e caprino é indispensável para que seja alcançada a produtividade da espécie, pelo que é dada especial atenção à escolha de reprodutores masculinos e femininos do rebanho, sendo privilegiados caracteres com valor económico relativo, quer objectivos, quer subjectivos.

Por tal motivo os criadores da zona de Beja estão, cada vez mais, a procurar as raças exóticas que, cruzadas com as locais, possibilitem esse rendimento, de forma a que os custos de produção não tornem incomportável a manutenção dos rebanhos.

Merina, campanha, serpentina, charnequeira são raças que, cruzadas com outras experimentadas nos países de origem, podem gerar novos animais altamente rentáveis, quer na produção de carcaça, quer na de leite.

Queijo Serpa

O queijo Serpa é um dos mais apreciados em Portugal e não só. É caro, mas tudo o que rodeia a sua produção justifica os preços. Feito de leite de ovelha criada nos montados alentejanos, luta pela sua tipificação, certificado de origem e garantia de qualidade.

Se é caro, a razão encontra-se, essencialmente, no tipo de leite utilizado. A ovelha local alentejana, apesar da sua classificação de animal leiteiro, produz, diariamente, não mais que um a dois decilitros de leite. Tal classificação penaliza o criador em 30 por cento do «prémio» estabelecido.

Refira-se que o regime de exploração limita a ordenha das ovelhas a um curto período, depois da desmama dos borregos, nos meses de Fevereiro e Março. As condições climáticas da região reduzem igualmente a produção.

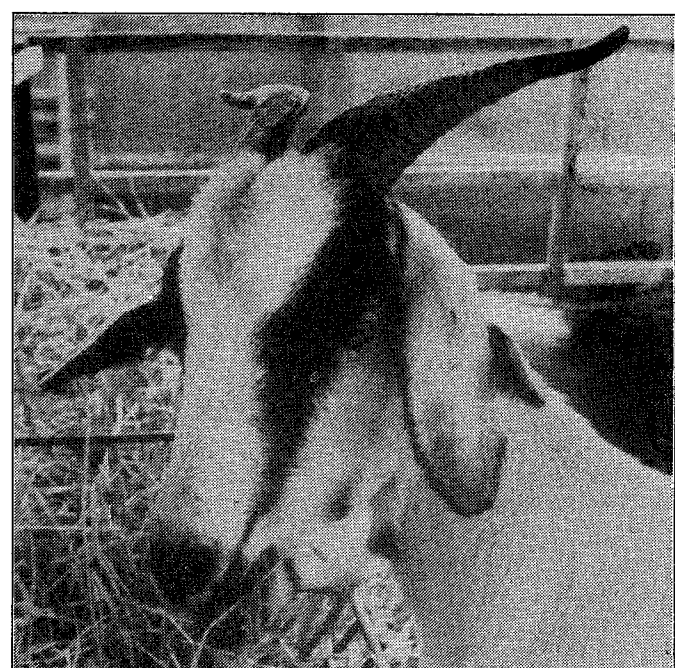
Mostrar o que há

A Ovibeja/90 é a mostra da realidade regional e, ao mesmo tempo, o incentivo a produtores e empreendedores. No amplo terreno aberto e no pavilhão, ali estão em exposição não só ovinos e caprinos, como gado cavalor e bovino, desde o animal local recolhido em rebanhos, até aos seleccionados para exposições e leilões.

Mas a feira é muito mais. Colóquios, debates e arte convivem com «stands» onde estão patentes produtos e serviços complementares ou subsidiários da agro-pecuária, desde os organismos oficiais, à empresa fornecedora de equipamentos, tal como está patente a produção de derivados animais, de que os enchidos, os queijos e o mel são exemplos.

Também estão ali em exposição máquinas e equipamentos para a lavoura. É um mundo ainda pouco explorado na agricultura local, que, segundo as empresas e marcas presentes, é um forte mercado potencial.

A. H.



Gado de qualidade, numa feira de qualidade

Almeida Henriques

Crianças: para muitas, o primeiro contacto com «outra realidade»

caça uniformizada, mais pesada e bem conformada, para exportação, «já que vamos trabalhar para um mercado que sabe o que quer e paga por isso».

Conforme foi dito ao DL por Luis Silva Sobral, veterinário da Associação, as raças exóticas são exuberantes, bem tratadas, «comem à mesa», enquanto as locais comem o que há, muitas vezes o restolho, e mesmo assim produzem, se não com a qualidade e na quantidade desejadas, mesmo assim de forma a abastecer o mercado. E acrescentou que Espanha tem sido grande compradora de borregos locais, que são muito bons.

Para já, Beja tem o segundo maior matadouro do país,

habilitado e autorizado a exportar carcaças para os países da Comunidade, mas muito mais falta fazer, nomeadamente leilões sistemáticos que permitam não só o encontro entre criadores, como a dinamização e melhoramento de uma actividade vital.

Sectores a activar

As queixas sobre o abandono-desprezo foi a classificação mais ouvida - a que o Alentejo se sente votado são constantes. É o preço da interioridade, «justificação» para muito que não é feito. É a imagem do sul de um país, conhecido pelos salários em atraso ou pelo desenvolvimento em curso na área de Setúbal, pelo litoral ameaçado, a que se segue, depois de um imenso vazio, um território chamado Algarve.

É Alentejo onde já não há muita coragem para se falar de reforma agrária, tal como ainda não há coragem para se falar do relançamento económico noutros moldes. É a zona onde a actividade secundária praticamente não existe. Essencialmente voltada para a actividade primária, com um terciário mínimo necessário e suficiente, esta é uma região onde a indústria, no interior, está para chegar.

E isso é sentido na agro-pecuária e, já que é de ovelhas e cabras que se fala, no caso vertente. Segundo os responsáveis da Associação, os produtos derivados desta actividade, com excepção do queijo Serpa, não são trans-

formados localmente, pelo que não trazem mais-valia. De mosmo modo é sentida a falta de acções de promoção do produto, como sendo de qualidade, para que seja possível passar, a curto prazo, para o fornecimento em qualidade e quantidade.

Castro e Brito considera ser indispensável saber apresentar o produto, de forma a motivar o consumidor. Dá como exemplo o que se passa nas zonas urbanas, onde se torna difícil, em lares onde o casal trabalha fora, chegar e confeccionar pratos à base de carneiro ou borrego. Fritar um bife ou descongelar um prato pré-cozinhado é muito mais rápido e fácil. «É preciso encurtar o circuito entre a oferta e a procura», acrescenta o presidente da ACOS.

No seu entender, é preciso ter mais agressividade para aumentar a produção e a qualidade, para os mercados interno e externo e não se mostra preocupado com importações de carcaças congeladas de países terceiros, já que serão para consumo em mercados restritos e específicos, sendo os outros passíveis de serem conquistados depois de uma apropriada acção de «marketing».

Compensação

Uma questão abordada foi a dos chamados «prémios à ovelha». Castro e Brito fez questão de lembrar que não se trata de um prémio, mas sim «a compensação por perda de rendimento, isto é, a reposição do que se perdeu

com a entrada num mercado muito mais vasto».

Actualmente num valor que não chega aos 2.700 escudos por cabeça, tem sido recebido praticamente por todos os produtores da região, junto de quem a Associação desenvolve campanhas de elucidação. Mas a motivação e o empenhamento dos criadores passa, também, pela participação em certames como a Ovibeja, que tem como finalidade ser didáctica para os criadores e entidades envolvidas, particulares e oficiais. Um trabalho gigantesco, que se destina igualmente, segundo os seus promotores, a chamar a atenção para «uma zona deprimida de um país que é, ele próprio, deprimido no contexto da Comunidade».

Importante, pois, «mostrarmos o que temos e encontrarmos pistas para a reestruturação, que começa cá dentro das nossas cabeças», segundo as palavras de Castro e Brito. Compreende-se, em certa medida, um certo ressentimento em relação à comunicação social. Tirando alguns (poucos) jornais de âmbito nacional e as rádios locais, pouco tem sido divulgado sobre esta acção. Até agora os promotores da Ovibeja continuam à espera desse grande meio que é a televisão, unicamente presente na figura de Sousa Veloso, decano dos programas sobre a agricultura. O Alentejo continua a ser, para muitos, só paisagem.

Almeida Henriques

lado

caçadores que, hoje, se deslocam para o outro lado da fronteira. E, como perdizes, coelhos e lebres não conhecem arames, alastrar-se-iam pelos terrenos próximos, o que levaria até lá muitos que, por enquanto, desistiram de actividades cinegéticas. Como complemento, a tal iniciativa. Tudo seria possível desde que ela existisse. Zonas de caça trariam pessoas, pessoas que precisam de pousadas, de restaurantes, de estabelecimentos de apoio. Seria uma forma de atrair mais dinheiro, mais gente e reduzir um pouco o isolamento de que o Alentejo se queixa.

A. H.



CONCESSIONÁRIOS

AUTOMÓVEIS • FURGONETAS • PEÇAS • SERVIÇOS • OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 — Telef. 894185/6/7/8 — Telex 63 403 AMACAR — 1000 LISBOA

Alto do Lumiar vai ser renegociado

A cidade de Abecasis agrada pouco à nova Câmara socialista

Muitos dos projectos de lineados para Lisboa por Krus Abecasis vão ser revistos pela nova Câmara, confirmou o vereador socialista do pelouro da Habitação da CML, Vasco Franco, ao quinzenário especializado «U&C» (Urbanismo e Construção).

«Em relação ao Alto do Lumiar, temos a intenção de renegociar o projecto com os promotores», afirmou. Abrange um vasto campo e sempre defendemos que essa área deveria ser tratada por mais do que um projecto e entidades que permitissem que a evolução das obras não se arrastassem (não queremos que o Alto do Lumiar se transforme num projecto tipo Chelas que se arrasta há dezenas de anos, sempre em obras...)

«No caso do Martim Moniz, a participação da Câmara é muito grande nesse empreendimento: tem-se defendido muito a realização de empreendimentos em zonas da cidade através de concursos de ideias, chamando bons arquitectos para participar nos mesmos. E um dos primeiros a ser realizado foi o do Martim Moniz».

Outro problema não menor

é o da recuperação dos inúmeros imóveis degradados que são precisamente propriedade da Câmara.

«Vamos dar absoluta prioridade — disse Vasco Franco — a duas intervenções: uma visando reforçar o programa RECREIA (um programa de financiamento aos particulares que querem fazer voluntariamente essas obras de recuperação); outra, que consiste em lançar um programa que terá o seu ponto mais alto no princípio do próximo ano e que representará uma forma de recuperação sistemática dos bairros municipais. A Câmara é um grande proprietário, mas enfrenta problemas nos bairros municipais, onde se notam sinais de uma acentuada degradação. E isto devido a três factores: o primeiro é a existência de bairros já com razoável idade e que já deviam ter sofrido obras de conservação, o que nunca aconteceu; o segundo, a existência de alguns edifícios importantes em bairros (nomeadamente em Chelas) onde deficiências de construção não detectadas estão agora a trazer problemas graves aos moradores; e um

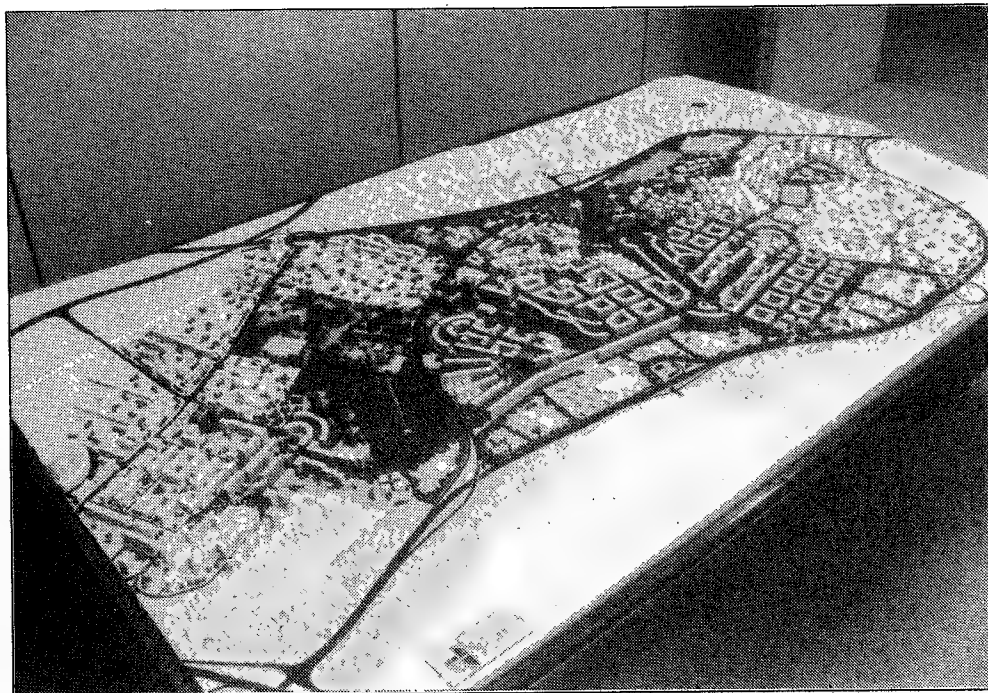
terceiro, que respeita a bairros que foram objecto de realojamento apressado e que levantam problemas de natureza social razoavelmente graves.

«A par disso, a Câmara é proprietária de inúmeras casas com o objectivo de criar futuras urbanizações. Há o caso típico da Rua de S. Bento, onde a edilidade adquiriu praticamente metade da artéria, porque, há dezenas de anos, houve a intenção de alargar a rua. Como as casas eram para demolir, a situação foi-se protelando e os prédios ameaçaram ruir. Já os começamos a recuperar».

Urbanismo caótico

Para o jornal «U&C» o panorama urbanístico de Lisboa é hoje caótico, com edifícios pós-modernistas de arrojada arquitectura, lado a lado com bairros de barracas. Vasco Franco reconhece o problema, mas acrescenta:

«Penso que essa situação aconteceu porque, por um lado, a gestão urbanística era feita pontualmente em função de cada projecto; por outro lado, Lisboa sofreu nos últimos anos (com particular



Este era o projecto Abecasis para o Alto do Lumiar: 2,5 milhões de contos, agora postos em causa pela nova vereação

incidência no final da década de setenta) uma pressão muito grande de pessoas que afluíram à cidade e se instalaram em bairros de barracas.

A isto há que acrescentar situações muito antigas de bairros cujos moradores já lá tinham nascido. Houve esforços no sentido de alojar essas pessoas, mas as barracas acabaram por ser reocupadas, tendo também surgido novos núcleos que não foi possível controlar com base

em pessoas vindas da ex-colónias. Estes dois fenómenos provocaram esse contraste. Há que fazer um grande esforço para controlar o aparecimento de novas barracas, o que nos obriga a tratar esses casos com alguma inflexibilidade».

Para o problema das barracas, o vereador socialista propõe:

«Defendemos a criação de uma Área Metropolitana de Lisboa que possa gerir de

forma integrada o território. Mas enquanto isso não for possível, teremos de efectuar um grande controlo nos bairros existentes, substituindo as barracas das famílias que foram realojadas por edifícios (estamos a fazer isso na Horta Nova). A questão das barracas, juntamente com o apoio ao movimento cooperativo e a recuperação do parque habitacional, são as três frentes onde nos vamos empenhar muito fortemente.»



MUNICÍPIO DE LISBOA

EDITAL
N.º 23/90

REPARAÇÃO DAS CANALIZAÇÕES

Faço saber que correm éditos de 30 dias, contados da data da segunda publicação deste edital intimando nos termos do artigo 12.º do Regulamento Geral das Edificações Urbanas e por despacho do Exm.º Vereador de 26 de Dezembro de 1989 e por delegação de competência de Sua Ex.ª o Presidente (Despacho 62/P de 10 de Janeiro de 1986), LAURINDA SIMÕES, na qualidade de proprietário do 2.º andar do prédio situado na Rua Senhora da Glória, n.º 99/101, em Lisboa, a proceder à reparação de todas as canalizações de esgoto que servem o prédio, desobstruindo-as e substituindo todas as peças partidas ou em mau estado, de modo a que fiquem funcionando em boas condições.

As obras deverão ser iniciadas no prazo de 8 dias, findo o dos éditos e concluídas nas 15 dias seguintes.

NOTA: Obras isentas de licença nos termos de alínea a) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 166/70.

Paços do Concelho de Lisboa, em 28 de Fevereiro 1990.

O Vereador
VASCO FRANCO

O leite era mesmo a martelo

A CAP confirma: há, pelo menos, cinco empresas implicadas, num ano em que até havia leite a mais em Portugal

O problema do leite vegetal vendido como leite animal, que alguns semanários levantaram já há algumas semanas, e que fora negado pelos principais produtores e distribuidores, foi, ontem, objecto de uma comunicação da CAP. Segundo aquela corporação, «quantidades substanciais de leite vegetal, destinado em princípio à alimentação animal, foram importadas no terceiro tri-

mestre de 1989 por empresas portuguesas e comercializadas como leite animal, destinado à alimentação humana».

A CAP não sabe exactamente qual o destino dado aquele leite, mas assegura que tudo indica ter sido aplicado em produtos destinados à alimentação humana. Rosado Fernandes, presidente daquela Confederação, afirmou:

«Embora sejam escassas as informações sobre o sucedido, é já conhecido que 5 empresas portuguesas importaram grandes quantidades de leite vegetal, já apreendido, nomeadamente numa empresa instalada em Aveiro cujos direitos niveladores a pagar ascendem a largos milhares de contos».

O estranho deste chorudo negócio é que, contrariamente ao habitual, ou seja — uma constante situação de carência de leite, a produção de 1989 foi altamente excedentária, assinalando-se, até, algumas exportações. Em consequência, registou-se uma baixa no preço do leite ao produtor e uma diminuição do consumo, da ordem dos 10 por cento, devido à desconfiança dos consumidores face às notícias divulgadas.

O leite vegetal não é perigoso para a saúde humana, mas a sua venda como leite animal não só defrauda o consumidor, como representa uma forma de obter lucros ilícitos, visto que o custo da sua produção é cerca de 40 por cento inferior ao do leite animal.

Em Dezembro do ano passado, uma União de Cooperativas de Produtores de Leite alertou as entidades responsáveis para a situação e o mesmo fez a CAP já em Fevereiro, insistindo em que se tornem públicos os nomes das empresas que importaram leite vegetal no último trimestre de 1989 e quais as empresas destinatárias desse produto.



No tempo em que a recolha e a venda do leite eram artesanais, mixórdias também as havia, mas os lucros não se traduziam em milhares de contos...

QUOTIDIANO

A autarquia da capital criou uma comissão para estudar o estado da cidade. Durante três meses, este grupo de trabalho deverá fazer o levantamento das mazelas e, depois, elaborar um relatório

«Livro Branco» sobre Lisboa

Elaborar um «Livro Branco» sobre o estado da cidade é a tarefa que o Município de Lisboa acaba de entregar a uma comissão composta por Joaquim Augusto de Figueiredo, Jacinto Nunes, Rogério Martins, Vasco Vieira de Almeida e João Mendes, revelou em conferência de Imprensa o presidente da edilidade, Jorge Sampaio.

O trabalho da Comissão deverá incidir sobre as perspectivas financeiras da autarquia, nomeadamente no que se refere à repartição de encargos. Por outro lado, aquele grupo de trabalho vai analisar também, a situação estrutural da edilidade avaliando, por exemplo, as dívidas que a Administração Central tem

para com a Câmara. Além destas duas tarefas, a Comissão estudará o património da capital, os grandes projectos e os desafios para a cidade nos anos 90, que passam pela criação da Área Metropolitana e pelas competências e recursos.

O resultado do trabalho da Comissão, que é «independente dos órgãos municipais», deverá estar pronto num prazo de 90 dias, a contar da data da sua tomada de posse e destina-se a habilitar o município «com um juízo isento e imparcial sobre a caracterização da cidade» no início do mandato de 1990/1993.

Para Jorge Sampaio, as informações recolhidas por este grupo de trabalho constitui-

rão um instrumento essencial que permitirá «sara as principais enfermidades que atingem a cidade».

Chiado: ainda nada de novo

Apesar de se ter mostrado optimista relativamente ao início das obras de recuperação da zona sinistrada do Chiado, Jorge Sampaio reconheceu que é difícil apontar, para já, uma data, visto que o acesso à linha de crédito (5 milhões de contos) do Fundo Especial de Apoio à Recuperação do Chiado tem enfrentado «dificuldades insuperáveis». A reunião de amanhã entre o vereador Luis Simões e o secretário de Estado do Tesouro poderá ser determinante para a resolução do problema.

Recorde-se que a deficiente redacção do decreto-lei que regulamenta a utilização das verbas, pela Câmara e pelos proprietários, é uma das razões apontadas para justificar o atraso. Considerando que a recuperação daquela zona histórica da capital é «uma prioridade manifesta», Sampaio fixou um prazo de 30 dias para a conclusão do Plano de Pormenor, que está atrasado, e decidiu retomar as negociações com os proprietários.

Cidade mais verde e com menos droga

Procurando acabar com as áreas verdes transformadas em terrenos expectantes para a habitação, o presidente da edilidade lisboeta anunciou

que vai indeferir todos os projectos em áreas reservadas para a sua implantação. Além desta medida, o município informou que vai arborizar uma faixa de 30 metros ao longo da Estrada Militar, entre a Pontinha e a Calçada de Carriche e colaborar com a Câmara de Loures para a implantação de um Parque Periférico cujas fronteiras são comuns às duas autarquias.

No âmbito do plano descentralizado de combate à toxicodependência, a Câmara de Lisboa vai desencadear novas acções junto de 12 das 53 freguesias da cidade. Para tal, contará com o apoio de 10 grandes empresas que, no quadro deste mecenato social, ajudarão a combater a droga e a miséria infantil.

Quem tem medo do lobo mau?

Ao contrário dos três porquinhos da fábula, o Governo português não tem medo do lobo mau. Pelo contrário: prepara-se para o defender do seu predador mais perigoso: o homem, tanto mais que o lobo ibérico, hoje classificado entre as espécies ameaçadas de extinção, restarão uns 200 ou 300 animais em Portugal, quase apenas a norte do rio Douro, com algumas outras pequenas manchas na Serra da Estrela, na da Malcata e na região de Viseu.

Para essa defesa, o Conselho de Ministros, numa das suas últimas reuniões, aprovou um decreto-lei a estabelecer as bases essenciais para uma maior protecção daquele animal.

Integrado no desenvolvimento de uma política de conservação da natureza, acentua a Secretaria de Estado do Ambiente, o diploma prevê novas normas relativas ao abate, detenção, transporte, comercialização e exposição do lobo ibérico. O documento estabelece, ainda, as indemnizações a atribuir aos lesados pela acção dos lobos.

O montante mínimo das coimas para os atentados contra esta espécie rara, no caso de pessoa singular, cifra-se em 3 mil escudos, podendo elevar-se até um máximo de 500 contos. Para pessoa colectiva, a coima mínima é de 36 mil escudos e a máxima de 6 mil contos.

Eucaliptização repete erros do salazarismo

A Associação ambientalista Quercus equipara a eucaliptização às monoculturas do trigo e do pinheiro bravo determinadas pelo salazarismo, às quais atribui graves prejuízos para a vida rural portuguesa.

Em comunicado com data de ontem, Dia Mundial da Floresta, a Quercus, a propósito da alegadamente «irracional» plantação de eucaliptos, sustenta que Portugal está a repetir erros do passado, nomeadamente os da campanha do trigo, que, originando o cultivo deste cereal em solo inadequado, provocou a degradação de vastas áreas, arvorando-se em poderoso factor de desertificação e consequentes surtos migratórios; e da florestação descautelada com pinheiro bravo, que terá criado «condições óptimas à progressão do fogo», legando-nos o infalível flagelo dos incêndios de Verão. A semelhança daquelas duas culturas, «a denominada eucaliptização irá conduzir ao seu próprio enterro», sustenta a Quercus, «com prejuízos óbvios para a nossa economia e recursos naturais».

Para tanto contribuirá a proliferação de um insecto originário de Marrocos, que se instala no interior dos troncos dos eucaliptos e os corrói. Segundo a Quercus, esse fenómeno ocorre com maior intensidade em determinadas áreas, onde aliás a árvore regista um crescimento menor. O que multiplicará os efeitos da praga será a plantação indiscriminada, pois há solos onde o eucalipto lhe é mais vulnerável.

Outros óbices apontados são o contributo prestado à propagação dos fogos florestais pela inflamabilidade do eucaliptal e a escassez de emprego de postos de trabalho proporcionados pelo seu cultivo, «uma vez que a mecanização optimiza o lucro».

«As outras espécies florestais gozam de um santo abandono, enquanto o eucalipto lhes conquista o espaço» — denuncia-se no texto. — «Uma interrogação paira sobre todo este processo: Por que será que não se aposta nas espécies indígenas, mas apenas em exóticas?»

Para estes ambientalistas, a eucaliptização acentua as condições geradoras do êxodo rural, pois que a maior parte das receitas reverte para o Estado e os investidores estrangeiros, ficando para as populações «apenas a poluição nauseabunda do ar e da água».

A Quercus acentua este aspecto económico, ao frisar que a pasta de papel fabricada em Portugal é vendida a preços irrisórios a países estrangeiros, aos quais ele tem depois de adquirir o produto final, altamente encarecido durante o processo.

Depois de dizer que a eucaliptização relega Portugal para um papel de «caixote do lixo» alheio, os mesmos ambientalistas advogam o que designam de «floresta de uso múltiplo, que permita a produção de lenho e fruto, uma caça bem gerida, agricultura, pastorícia, turismo de habitação e saúde pública em geral».



Denúncia no Rossio Assinalando o Dia Mundial da Floresta, adeptos do Partido Ecologista «Os Verdes» desceram, na tarde de ontem, ao Rossio, em Lisboa. Os transeuntes puderam assistir a uma exposição e uma teatralização, cuja realização visou, segundo os seus promotores, chamar a atenção de todos para a «queimada cruel que se tem feito às nossas florestas»

Política impura

«A política de saúde mantém impurezas de timbre socializante que se repercutem na prática da medicina», disse o presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos, Bernardo Teixeira Coelho.

Declarações surpreendentes por parte de um médico tão responsável na Ordem, que falava no final de uma reunião daquela secção, durante a qual foi analisada a política de saúde em Portugal, nomeadamente a lei das carreiras médicas.

Teixeira Coelho sublinhou, na altura, que o decreto das carreiras «é catastrófico para os doentes, para os serviços e para os médicos», acrescentando que se trata de «uma autêntica nacionalização da pessoa do médico, na pior das acepções que o termo nacionalização pode ter».

Lembrando que a Ordem dos Médicos sempre esteve frontalmente contra este decreto-lei, não por questões salariais mas pelas desigualdades morais que traz aos jovens médicos internos, obrigando uns ao regime de exclusividade e a outros não, mas mantendo as mesmas horas de trabalho, Bernardo Teixeira Coelho disse que «se o decreto-lei se

cumprir, vamos ter instituições de saúde sem gente que chegue para assegurar todos os serviços, nomeadamente os de urgência».

Considerando que qualquer política que não obedeça aos padrões fundamentais aprovados no Congresso do PSD em Montechoro, que exprimia o pensamento de Sá Carneiro, brigará com as liberdades fundamentais do ser humano, aquele dirigente da Ordem dos Médicos adiantou que os médicos estão, apesar de tudo, «esperançados em que o Grupo Parlamentar do PSD «irá respeitar o que foi decidido no referido Congresso de Montechoro».

Neste contexto, Teixeira Coelho lamentou que Cavaco Silva, a seu tempo informado de todo o processo, «não tenha mostrado vontade política para, como estava na sua mão, suspender a promulgação do decreto, talvez para proteger a imagem do Governo, o que é inaceitável». O presidente da Secção Regional do Norte da Ordem dos Médicos apelou, por último, à vontade política do Governo para «revogar o decreto-lei sobre as carreiras médicas pois, tal como estão, elas tornam o sistema mais caro e com menor rendimento».

TRIBUNAL JUDICIAL DA COMARCA DE ARGANIL

ANÚNCIO

Faz-se saber que no Tribunal Judicial de Arganil corre termos o Processo Comum n.º 33/89 movido à arguida ANABELA SANTANA DO CARMO, solteira, doméstica, filha de Manuel Joaquim Ramos do Carmo e de Maria Teresa da Piedade Santana, nascida a 30.10.1958, natural de Almada, titular do bilhete de identidade n.º 4 833 294 emitido em Lisboa em 12.11.1980, ausente em parte incerta e com última residência conhecida em Bairro Miraloures — Vivenda Maria do Céu — Camarate, e que por despacho de 09 de Março de 1990 foi declarada contumaz nos termos do art.º 336.º do Código de Processo Penal, por haver cometido o crime de emissão de cheque sem provisão P. e P. pelos art.ºs 23.º e 24.º n.º 1 do Decreto 13 004 de 12.01.1927 na redacção dada pelo DL 400/82, de 23 de Setembro.

A declaração de contumácia implica para a arguida, nos termos do art.º 337.º n.º 1 do Cód. Proc. Penal a anulabilidade dos negócios jurídicos de natureza patrimonial celebrados após a declaração, tendo-se decretado ainda a proibição de a arguida obter documentos (nomeadamente a renovação de passaporte e do bilhete de identidade e carta de condução), certidões ou registos junto de autoridades públicas, nos termos do art.º 337.º n.º 3 do Código de Processo Penal.

Arganil, 14 de Março de 1990.

O Juiz de Direito,
Manuel da Silva Freitas
O Escrivão Adjunto,
Alfonso Santos

«DL» 1.ª Pub. — 22/3/90

FUNDAÇÃO CALOUSTE GULBENKIAN • SERVIÇO DE MÚSICA

TEMPORADA DE MÚSICA E DANÇA

ABRIL A JUNHO 1990

A B R I L

2
ALICE GILES, harpa
J.S. Bach Suite n.º 1 em mi menor, BWV 996 □ Hindemith Sonata □ Caplet Dois divertimentos □ Fauré Impromptu, op. 86 □ D. Eberhard «Especialmente...» □ C. Salzedo Cinco prelúdios para harpa solo □ Variações sobre um tema em estilo antigo, op. 30

5/6/7
CORO GULBENKIAN
ORQUESTRA GULBENKIAN
MICHEL CORBOZ, maestro
BRIGITTE POSCHNER-KLEBEL, soprano
LILIANE BIZINECKE, contralto
REINALDO MACIAS, tenor
Baixo a anunciar
Bruckner Missa n.º 3 em fá menor

20
BALLET GULBENKIAN
JORGE SALAVISA, director artístico
Nova coreografia de João Fiadeiro, com música de Meredith Monk *Estreia absoluta* □ Violoncelo não acompanhado em suite de luxo (Olga Roriz/J.S. Bach) □ Arden Court *Estreia em Portugal* (Paul Taylor/William Boyce)

Este programa repete-se nos dias 21, 26, 27 e 28.

22
RUI PAIVA, órgão
Fr. Diogo da Conceição Batalha de 5.º tom □ Meio registo de 2.º tom acidental □ F. Couperin Missa para os Conventos (excertos) □ Buxtehude Tocata em ré menor, BuxW 155 □ J.S. Bach Sonata em trio n.º 5 em dó maior, BWV 529 □ C. Franck Coral n.º 3 em fá menor

23
TANIA ACHOT, piano
Beethoven Sonata em ré menor, op. 31 n.º 2 («A Tempestade») □ Boulez Sonata n.º 1 □ Scriabine Oito prelúdios □ Sonata n.º 3

26/27
ORQUESTRA GULBENKIAN
MAX RABINOVITSH, maestro
PEDRO BURMEISTER, piano
Beethoven Concerto n.º 1 em dó maior para piano e orquestra, op. 15 □ Schubert *Mahler A Morte e a Donzela* D. 810

28
Ciclo «Grandes Orquestras Mundiais»
ORQUESTRA DA RÁDIO-TELEVISÃO SOVIÉTICA
VLADIMIR FEDOSOV, maestro
VLADIMIR OVCHINIKOV, piano
Tchaikovsky Sinfonia n.º 1 em sol menor, op. 13 □ Fantasia em sol maior para piano e orquestra, op. 56 □ Francesca da Rimini, fantasia-abertura, op. 32

30
SHLOMO MINTZ, violino
J.S. Bach Sonata n.º 1 em sol menor, BWV 1001 □ Partita n.º 3 em mi maior, BWV 1006 □ Sonata n.º 3 em dó maior, BWV 1005

M A I O

13
Ciclo «Grandes Orquestras Mundiais»
ORQUESTRA SINFÓNICA DE BUDAPESTE
ANDRAS LIGETI, maestro
DAVID LIVELY, piano
Bartók Suite de danças □ Concerto n.º 3 para piano e orquestra □ O Mandarim Maravilhoso, suite para orquestra, op. 19

14
CLEVELAND QUARTET
William Preucil, violino / Peter Salaff, violino / James Dunham, viola / Paul Katz, violoncelo / PAUL MAYER, clarinete
Haydn Quarteto em ré maior, op. 76 n.º 5 □ Berg Quarteto, op. 3 □ Brahms Quinteto com clarinete em si menor, op. 115

15
JOSÉ OLIVEIRA LOPES, barítono
ADRIANO JORDÃO, piano
Schubert An die Nachtigall □ Der Tod und das Mädchen □ Abenlied □ Erlkönig □ R. Strauss Freundschaft vision □ Traum durch die Dämmerung □ Morgen □ Zueignung □ Fauré Les Berceaux □ Le Secret □ Tristesse □ Poulenc Le Bestiaire □ Ravel Don Quichotte à Dulcinée

17/18
ORQUESTRA GULBENKIAN
IVAN FISCHER, maestro
SEQUEIRA COSTA, piano
Rossini Il Signor Bruschino, abertura da ópera □ Chopin Concerto n.º 1 em mi menor para piano e orquestra, op. 11 □ Haydn March for the Royal Society of Musicians □ Sinfonia n.º 102 em si bemol maior, Hob 1/102

20
YVES CASTAGNET, órgão
J.S. Bach Fantasia em sol maior, BWV 572 □ Prelúdio e fuga em lá menor, BWV 543 □ Schumann Quatro esboços, op. 58 □ Liszt Final em si bemol maior, op. 21 □ J. Alain Litanias

21
SUBROTO ROY CHOWDHURY
«La Musique Classique de l'Inde du Nord»
Conferência ilustrada
Entrada livre

22
SUBROTO ROY CHOWDHURY, sitar
ASIT PAL, tabla
PATRICIA MARTIN, tampura
Música Tradicional Indiana

23
SERGEI BABAYAN, piano
Bach Partita em si bemol menor, BWV 831 □ Olivier Messiaen Duas peças de *Vingt Regards sur l'Enfant Jésus*: Première communion de la Vierge (n.º 11) e Noël (n.º 13) □ Liszt Balada em si bemol menor, op. 2 □ Rachmaninov Études-Tableau, op. 39 n.º 2 e 6 □ Prelúdio em ré maior, op. 23 n.º 4 □ Sonata n.º 2 em si bemol menor, op. 36

24/25
CORO GULBENKIAN
ORQUESTRA GULBENKIAN
CLAUDIO SCIMONE, maestro
Soprano a anunciar
BERNARDA FINK, contralto
BRUCE FORD, tenor
FERRUCCIO FURLANETTO, baixo
Ferdinando Bertoni Miserere □ Rossini Stabat Mater

28
QUARTETO DE CORDAS DE EREVAN
Artashes Mekirtichian, violino / Gerguine Arouthounian, violino / Katchatur Amirkhanian, viola / Varoujan Bartikian, violoncelo
Haydn Quarteto em fá maior, op. 77 n.º 2 □ Mirzoián Tema com variações para quarteto de cordas □ Chostakovich Quarteto n.º 3, op. 73

29
MISHA DICHTER, piano
Bach/Busoni Prelúdio e fuga em ré maior, BWV 532 □ Liszt Vallée d'Obermann □ Valse oubliée n.º 2 □ Funérailles □ Bartók Quinze canções húngaras □ Rachmaninov Transcrições do Prelúdio da partitura para em mi maior e da Gavotta da partitura para violino em mi maior, de Bach; do Scherzo do «Sonho de uma Noite de Verão», de Mendelssohn; e de Liebeslied e Libesfreud, de Kreisler

31
ORQUESTRA CHINESA DE MACAU
WONG KIN WAI, maestro
YIM HOK MAN, percussão
CHEUNG HEUNG WAH, gudi
CHAN YU KWAN, gaohu
Anónimo Barco de Pesca (Dança de Xijiang) □ Chin Siu Hei O Caçador Primitivo □ Lau Man Kam Impressão da Montanha Tai Hang □ Choi Keng Voar □ He Zhan Hao The Butterfly Lovers

J U N H O

3
Ciclo «Grandes Orquestras Mundiais»
ORQUESTRA FILARMÓNICA DE OSLO
MARISS JANSONS, maestro
Stravinsky Petrushka (1947) □ Chostakovich Sinfonia n.º 5 em ré maior, op. 47

4/5/7/8
BALLET FRANKFURT
WILLIAM FORSYTH, director artístico
Dias 4 e 5 — Programa 1
Dias 7 e 8 — Programa 2
Em colaboração com SIEMENS

16
Concerto Extraordinário
CORO GULBENKIAN
ORQUESTRA GULBENKIAN
MICHEL CORBOZ, maestro
Solistas a anunciar
Honneger Le Cri du Monde □ Cantique de Pâques

28
BARBARA HENDRICKS, soprano
MARIA JOÃO PIRES, piano
Mozart Sehnsucht nach dem Frühling, K.596 □ Ich würde auf meinem Pfad, K.340 □ Der Zauberer, K.472 □ Die kleine Spinnerin, K.531 □ Die Verschwiegenheit, K.518 □ Das Lied der Trennung, K.519 □ Die Zufriedenheit, K.473 □ Als Luise die Briefe ihres ungetreuen Liebhabers verbrannte, K.520 □ An die Einsamkeit, K.340 □ Das Veilchen, K.476 □ Abendempfindung, K.523 □ An Chloe, K.524 □ Cantata 'Die ihr des unermesslichen Weltalls', K.619 □ Schubert Versunken, D.715 □ Die Männer sind méchant, D.866 □ Die junge Nonne, D.828 □ Ave Maria, D.839 □ Lied der Delphine, D.857 □ Heimliches Lieben, D.922 □ Suleika I, D.720 □ Suleika II, D.717 □ Der König in Thule, D.367 □ Gretchen am Spinnrade, D.118
Este recital estava originalmente anunciado para 31 de Outubro de 1989, tendo sido adiado por motivo de doença do soprano Barbara Hendricks, mantendo-se válidos os respectivos bilhetes.

LOCAIS: Igreja do Loreto — 7/4
Sé Patriarcal — 22/4 e 20/5
Coliseu dos Recreios — 28/4, 13/5 e 2/6
Claustro do Convento do Beato — 23/4, 30/4 e 1/5
Tivoli — 11/5
Estufa Fria — 12/5
Fundação Gulbenkian — Restantes espectáculos

PROGRAMAS COMPLETOS, COM PREÇÁRIOS, EM DISTRIBUIÇÃO NA RECEPÇÃO E BILHETEIRA DA FUNDAÇÃO GULBENKIAN A PARTIR DO DIA 17 MARÇO 90

CALENDÁRIO DA BILHETEIRA:
19 e 20 Março — venda de assinaturas para os concertos da Orquestra Gulbenkian.
22 Março — início da venda de bilhetes avulso

APOIO NA DIVULGAÇÃO
Rádio Comercial
Rádio

27 de Abril a 12 de Maio de 1990

14.ªS ENCONTROS GULBENKIAN DE MÚSICA CONTEMPORÂNEA

STOCKHAUSEN EM LISBOA
Onze espectáculos com nove programas diferentes, dirigidos por Karlheinz Stockhausen

ABRIL
29 e 30
SIRIUS
MAIO
1
SIRIUS

KLAVIERSTÜCKE VII-VIII, SCHMETTERLINGE UND VIER STERNE, KLAVIERSTÜCKE XIV, IN FREUNDSCHAFT, MONDEVA, EXAMEN

EINGANG UND FORMEL, KLAVIERSTÜCKE III, DER KLEINE HARLEKIN, KLAVIERSTÜCKE IX, NASENFLÜGELTANZ, WOCHENKREIS, GESANG DER JÜNGELINGE, ARIES

ZUGENSPITZENTANZ, OBERLIPPENTANZ, AVE, TIERKREIS

KLAVIERSTÜCKE XI, DRACHENKAMPF UND ARGUMENT, VISION, DONNERSTAGS-ABSCHIED (MICHAELS-ABSCHIED)

HARLEKIN

TRAUM-FORMEL, LUZIFERS TRAUM, KATHINKAS GESANG ALS LUZIFERS TRAUM

INORI

TELEMUSIK, MICHAELS REISE UM DIE ERDE

Interpretes
Vozes: Annette Meriwether, Julian Pike, Nicholas Isherwood
Sopros: Kathinka Pasveer, Susanne Stephens, Ian Stuart
Lesley Schatzberger, Markus Stockhausen, Michael Svoboda
Piano: Ellen Corver
Percussão: Andreas Boettger, Isao Nakamura
Sintetizador: Michael Obst, Simon Stockhausen
Dança e Mímica: Elizabeth Clark, Alain Louafi, Michèle Noiret

Conferências
27 de Abril, 9 e 11 de Maio
Karlheinz Stockhausen
As conferências dos dias 27 e 9 serão ilustradas com música ao vivo

Seminários sobre Interpretação de Música de Stockhausen
30 de Abril a 12 de Maio: FLAUTA (Kathinka Pasveer)
1 a 12 de Maio: CLARINETE (Susanne Stephens)
28 de Abril a 8 de Maio: TROMPETA (Markus Stockhausen)
30 de Abril a 11 de Maio: TROMBONE (Michael Svoboda)
30 de Abril a 9 de Maio: PIANO (Ellen Corver)
30 de Abril a 11 de Maio: PERCUSSÃO (Andreas Boettger)
30 de Abril a 10 de Maio: SINTETIZADOR (Simon Stockhausen e Michael Obst)
30 de Abril a 12 de Maio: CANTO (Julian Pike)
30 de Abril a 12 de Maio: DANÇA E MÍMICA (Michèle Noiret, Elizabeth Clark e Alain Louafi)
(Inscrições até 9 de Abril)

STOCKHAUSEN EM LISBOA tem o apoio da

Lufthansa

Outros acontecimentos
5 a 11 de Maio: «Music in Colourscape», instalação audiovisual apresentada por Simon Desorgher no Parque Gulbenkian.

Com o apoio do BRITISH COUNCIL

Concertos por
Orquestra Gulbenkian
Michel Tabachnik, maestro (11 Maio)
Coro Gulbenkian
Fernando Eldoro, maestro
e Quarteto Capela
Jorge Vaz de Carvalho, barítono (12 Maio)
Programa detalhado a distribuir oportunamente

CULTURA

Rede nacional de bibliotecas públicas: Fundação Gulbenkian e Secretaria de Estado da Cultura assinam acordo

Um universo à medida

Imagine-se o regozijo de Umberto Eco se ontem à tarde estivesse na Gulbenkian. Afinal de contas, o convénio então subscrito pela Secretaria de Estado da Cultura e pela Fundação Calouste Gulbenkian não é mais que o reconhecimento legal do que ele acredita ser uma biblioteca do nosso tempo, «um modelo do Universo à medida do homem».

Pois, o que é uma rede nacional de bibliotecas públicas senão uma tentativa de melhor levar os livros ao encontro dos leitores e das suas disponibilidades?

O acordo ontem assinado visa congregar os esforços da Fundação Calouste Gulbenkian, pioneira neste campo das bibliotecas locais, com os da Secretaria de Estado da Cultura, através do Instituto Português do Livro e da Leitura, com vista ao eficaz estabelecimento de uma rede que cubra realmente a totalidade do território português.

A complementaridade das bibliotecas Gulbenkian face às suas congéneres estatais, reconhecida no primeiro artigo do diploma, implica, no entanto, que a Fundação, de acordo com os interesses das várias edilidades, possa manter ou não as suas instalações, logo que na mesma região seja inaugurada uma biblioteca do IPLL. O objectivo é ainda preencher as lacunas que subsistam após

a concretização do projecto.

De resto, é de sublinhar que o mesmo convénio preveja a partilha de esforços para a dinamização dos espaços a criar, tendo a Fundação Gulbenkian concordado em ceder o recheio das suas instalações que dentro de em pouco passem a funcionar sob responsabilidade estatal. Com uma modesta condição: o alerta aos leitores para a missão de pioneira conduzida durante anos pelos homens da Gulbenkian.

Foi em 1958 que esta entidade, através do serviço de bibliotecas itinerantes, começou a levar o livro a regiões do país que só fortuitamente tomariam contacto com ele. Não sem se debater com inusitadas resistências. A este propósito, Ferrer Correia, administrador da Fundação, recordou casos extremos de povoações alarmadas com estrépido e sinos a rebater porque entretanto a carrinha dos livros aparecera a «propagar a heresia protestante». No Alentejo, a resistência mudou de figurino e os funcionários da Gulbenkian foram, por vezes, identificados com comerciantes de petróleo que, ao aliciarem o povo à leitura nocturna, procuravam melhorar o seu negócio.

A parte estas ocorrências pontuais, as bibliotecas itinerantes obtiveram pronta adesão. Anos depois, a Fundação,

animada pelo sucesso, já estava a inaugurar bibliotecas fixas um pouco por todo o país, consciente, no entanto, de que a ausência de pessoal especializado nessas regiões podia dificultar substancialmente o normal funcionamento destes espaços.

Trinta e dois anos após a criação das primeiras bibliotecas Gulbenkian, esta entidade mantém em funcionamento 59 estabelecimentos fixos e 180 itinerantes que, revelou Ferrer Correia, procurou apresentar ao leitor um leque de obras convergente com as suas motivações específicas de cidadãos da sua localidade.

As experiências bibliotecárias do Instituto Português do Livro e da Leitura são mais recentes. Conforme José Afonso Furtado, presidente desta entidade, declarou na alocução proferida durante a cerimónia de ontem, só em 1986 é que um Grupo de Trabalho de Leitura Pública apresentou as bases de uma política nacional, «em que se sugeriam medidas imediatas de intervenção».

A fase seguinte foi a assinatura de contratos com os municípios interessados. Até à data foram assinados 72 contratos. Cinco bibliotecas estão já a funcionar. Calcula-se que outras trinta serão inauguradas até ao final deste ano.

Tão importante quanto o número de espaços abertos é, no entanto, a qualidade de serviços que eles podem oferecer ao leitor que, entretanto, conscientemente ou não, deseja que a sua biblioteca se aproxime do modelo proposto por Umberto Eco no texto de uma conferência já publicada entre nós.

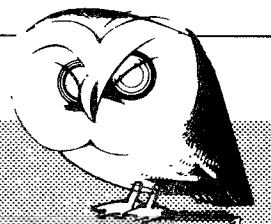
De acordo com o que disse José Afonso Furtado, todas as bibliotecas do IPLL irão possuir fundos documentais que, de algum modo, cubram todas as áreas do conhecimento, a par da vigência duma organização que permita o empréstimo domiciliário de obras e o acesso do leitor à estante.

Afinal, a biblioteca é, na perspectiva de Eco, um lugar onde se pode conceder rédea solta à descoberta de títulos de que até há pouco não se suspeitava a existência ou mesmo de novos instrumentos de trabalho, como o material informático de que as bibliotecas podem ser um excelente divulgador.

Longe vão os tempos em que estas eram templos mortos erguidos ao saber cumulativo.

Hoje, parece-se ter marchado adiante. Resta esperar que o modo do frequentador estar na biblioteca acompanhe as inovações.

Maria João Martins



olhar de mocho

Histórias de submarinos

A série «O Submarino» sacudiou a memória adormecida e recordou aquela reportagem sobre S. Tomé e Príncipe do final da semana passada. Fui obrigado a revê-la: o filme, o jornalismo praticado na escolha dos motivos, a discussão em estúdio - tudo uma quase perfeição. Parecia mesmo uma reportagem da BBC. De facto, os técnicos que realizaram o filme andaram por boas escolas e aprenderam a lição. Repetese: de um ponto de vista técnico, o programa merece altas classificações.

Mas o pior é o aspecto histórico e político. É que, aquela nação independente, S. Tomé e Príncipe, não pode ser encarada por nós, portugueses, como uma qualquer esquecida república dos mares tropicais, de interesse turístico para quem faz férias, de interesse económico, para quem tem dinheiros e pretende investir. Um país paradisíaco mas paupérrimo, foi colónia portuguesa, e os portugueses ainda lá deixaram ficar a língua que os nativos falam. Ora aqui é que bate o ponto da política e da história crítica. Mas então que glória é essa no contexto da nossa história, no contexto dos nossos Descobrimentos? Fomos a S. Tomé, e deixámos lá, o quê? Nós, os portugueses dos Descobrimentos, não teremos mais nada a dozer sobre São Tomé?

«O Submarino», série germânica, tem este predicado de qualidade a excelência: alemães recorrem à arte televisiva e à técnica de cinema para se entenderem a si próprios e se situarem na sua História. Nós, não. Temos na nossa história um problema colonial, com tudo o que há de bem e com tudo o que há de mal, mas armamos em submarinos e passamos debaixo dos problemas críticos, para que esses problemas não venham à tona de água. Aqui está o ponto sensível da reportagem: já que se trata de São Tomé, então, por favor, expliquem as causas daquela miséria toda, miséria deles, pobreza nossa, analisem o facto de a nossa língua ter ficado, mas não a cultura, a civilização e o progresso que um idioma deve representar, e deixem-se de paraísos idílicos, com os pobrezinhos a pedir esmola. E aí está como um vulgar submarino serve para fazer duas histórias: na do submarino alemão, temos o nazismo encafuado, com as mensagens patrióticas do comando geral do Hitler, a psicose de todos contra todos, sugerindo um hospital de doidos, a deslizar irremediavelmente para o fundo; na reportagem portuguesa de São Tomé, vão todos, produtores, realizadores, espectadores, de submarino por debaixo da história do colonialismo nacional, ninguém viu nada, ninguém sabe de nada, todos se salvam, todos foram, são e serão democratas e heróis do mar.



José Sousa Monteiro



Nina Ananiachvili

Estreia é já no sábado

Soviéticos em Lisboa para dançar D. Quixote

Os primeiros bailarinos do Teatro Bolchoi, Nina Ananiachvili e Alexei Fadeietchev, encontram-se já em Lisboa para dançarem no Teatro de S. Carlos, com a Companhia Nacional de Bailado, a peça «Dom Quixote».

Trata-se da primeira produção nacional da obra que tem música de Minkus e cujo argumento original é de Petipa, que se inspirou na criação de Cervantes. A estreia está marcada para o próximo sábado dia 24.

O par dos solistas soviéticos, que conquistou o público e a crítica quando em Setembro último dançou «Giselle» no S. Luís, obterá - espera-se - um novo êxito com a interpretação dos papeis de Kitri e do barbeiro Basílio, nos espectáculos dos dias 24, 28, 30 e 31.

Portugueses actuam no dia 27

No dia 27 cabe aos portugueses Cristina Maciel e Guilherme Dias a recriação das principais personagens do bailado que no dia

29 serão incarnadas pelos franceses Adeline Charpentier e Didier Chazeau.

A companhia dirigida por Armando Jorge apresentará a versão coreográfica de «Dom Quixote» da autoria de Gorski, revista por Erik Volodin.

Este professor da Escola Coreográfica de Moscovo e ex-bailarino do Bolchoi, chegou a Lisboa em Janeiro para cumprir um terceiro contrato de três meses com a Companhia Nacional de Bailado.

«As principais modificações introduzidas por Volodin são alguns cortes; a fim de tornar a peça menos extensa e a modernização da dança» - disse Armando Jorge, que se afirmou seguro de que a próxima produção da companhia de que é director artístico, constituirá um êxito. «Ananiachvili é, entre as bailarinas da nova geração, a que tem mais estilo para este papel», sublinhou o coreógrafo, que a considera a grande figura do ballet dos anos 90.

Elba Ramalho cantou ontem no Porto, e ainda que o Coliseu estivesse a meio soube cativar quantos compareceram ao encontro

Um bicho de palco

O concerto que Elba Ramalho traz a Portugal, passados dois anos, revela-nos o seu amadurecimento e prova que popular não é o oposto de qualidade. É uma artista completa e madura que explora todas as formas de espectáculo, como se de uma homenagem ao próprio espectáculo se tratasse. Durante perto de duas horas, interpretando 24 temas, Elba Ramalho passeia da actriz que canta à cantora que representa e dança, num abrir e fechar de olhos. Enaltece o actor, suas misérias e riquezas, o profissional de circo - e a vida que se joga, todos os dias, numa arena, com o público desejando secretamente que o leão devore o domador para pedir bis.

Foi assim, ontem à noite, no Coliseu do Porto. Mas não se pense que é só este pequeno mundo o (re)apresentado por Elba Ramalho. Ela tem outras preocupações, e a nós as transmite transformadas em luz,

cor, alegria, sentimento. Tudo tem um tempo. Da mesma forma que é utilizado em cena, como parte integrante do cenário, um camarim onde bailarinos, e a própria Elba, mudam aos olhos do público de adereços ou de roupa, sobre o Brasil nada melhor que uma «deixa»: «Estou tão cansada como a Nova República do Brasil!»

Ou ainda a chamada de atenção para um problema de todos nós - a Amazónia. Não se pense que estas alusões são épicas, porque nada têm de panfletárias. São vividas em palco na coreografia, ou por meio de um trabalho instrumental rigoroso, alegre e cheio de energia. E acredita-se mais na sinceridade de Elba Ramalho se se tiver acompanhado, um pouco, a forma de intervenção da nordestina, no dia-a-dia. Elba escreve para propósito deste seu show: «Por um sonho brasileiro de ser feliz, cantar, dançar e fazer, se preciso, uma

revolução, aqui estamos nós.»

No fim do espectáculo, depois de a ouvir cantar a «Saga da Amazónia» e «Nordeste Independente», pedi-lhe que fosse mais clara. Elba respondeu-me: «Chega a hora em que a corda aperta, e ou você morre asfixiada ou você grita. Tem que mudar. Ninguém aguenta tanto sofrimento.» Mas fez questão em acrescentar que «a revolução pode ser feita de muitas maneiras», desejando para o Brasil a mais pacífica possível.

Como «cantriz», e assim a classifica a Comunicação Social brasileira, olhando Elba Ramalho encontra-se uma performer. Ela é, de facto, o espectáculo naquilo que este contém de transmutação. Mas é o no feminino. Nunca por nunca Elba o deixa esquecer, com a sua sensibilidade, com a sua sensualidade. Não é de estranhar, ou não fosse ela um bicho de palco, que durante o teste de som, na tarde de ontem, Elba ensaiasse de facto, com o prazer de quem gosta de estar em cima das tábuas. Como não é de estranhar, também, que o seu filho



de quatro ou cinco anos de idade andasse pelo teatro como se estivesse em casa, sem interromper uma única vez o trabalho da mãe.

No palco ela é todas as mulheres. As várias que em si moram, mas também a apaixonada, a prostituta, a explorada. É o que caracteriza o seu saudável despudor - expõe-se. A forma como canta «Popular Brasileira», ou «De Volta Pró Aconchego», ou ainda «Beatriz». Emocionante. Elba diz que gosta de trocar energias com o público, e o público sabe que é verdade. Ontem, num Coliseu tristemente a meia

casa, Elba Ramalho soube tornar o ambiente acolhedor, íntimo e cúmplice.

É evidente que o espectáculo de Elba Ramalho vive de outras pessoas, tão importantes quanto a artista. Caso dos quatro excelentes bailarinos que a acompanham da salsa para o forró, do forró para a lambada (embora não o subproduto que vamos tomando como verdadeiro), da lambada para o tango, e por aí fora... Caso, igualmente, do grupo de excelentes instrumentistas, daqueles raros, que transformam ou imprimem a sua personalidade às pautas. E mais: um trabalho

de luminotecnia primoroso, um guarda-roupa belo e simples, ou belo porque simples.

Só uma excepção, que por certo não se repetirá nos concertos de sexta e sábado próximos em Lisboa, marcados para o Coliseu dos Recreios. No Porto o técnico de som da equipa brasileira não conseguiu garantir uma boa audição do espectáculo. A voz de Elba ouviu-se mal, os sopros estalavam nas colunas, a voz de apoio perdia-se e o som do grupo estava alto de mais.

Maria José Belo Marques

A Ficha

Concerto de Elba Ramalho; Coliseu do Porto; 21 de Março de 1990.

Músicos: Marcos Faria - teclados; Zepa - guitarra; Elber Bedaque - bateria; João Firmino - percussão; Marcelo Neves - sax e flauta; Moisés - trombone; Paulinho - trompete; Pipiu - baixo; Thadeu Matias - voz.

Bailarinos: Nadia Nardini; Tânia Nardini, Tony Nardini; Carlinhos de Jesus.

Direcção de Jorge Fernando.

Opinião: Um dos mais importantes espectáculos de MPB vistos em Portugal. Uma Elba Ramalho versátil, profissional, madura e talentosa, à frente de um lindíssimo trabalho.

Entre o Castelo e o rio Tejo está o Chapitô

A animação, o espectáculo, o encontro

Com a estreia do café-teatro «Klássikus Kabaret», um espectáculo original de Fernando Gomes, foi ontem à noite inaugurado formalmente um novo espaço cultural, o Chapitô, a funcionar na Costa do Castelo, sob a direcção de Teresa Ricou. Trata-se, evidentemente, da extensão do espaço de animação circense que mantendo a antiga designação de Colectividade Cultural e Recreativa de Santa Catarina, se encontra ali instalado há cerca de três anos.

Na realidade, o Chapitô é um espaço privilegiado, entre o Castelo e o Tejo, outrora a Porta da Alfama, na muralha medieval. Até há pouco tempo mais conhecido pela Escola de Circo da Tê-Tê, a mulher-palhaço.

Integram o Chapitô o Circo Luciano (onde às quintas, sextas e sábados é apresentado o novo espectáculo de Fernando Gomes), o Centro de Documentação (com uma exposição sobre temas relacionados com teatro musical e cabaret, patente entre segunda e sábado das 14 às 22 horas), o estúdio «Intolerância» (onde se pode ver, a partir de Abril, de quarta a sábado às 22 horas, o ciclo «Cinema Alemão dos Anos 20») e ainda restaurante, bar, esplanadas, um quiosque e outros pontos de encontro. Sobre o espectáculo «Klássikus Kabaret», publicaremos, numa das próximas edições, a crítica do nosso especialista Carlos Porto. Sobre o novo espaço, bem como acerca do «projecto global» - digamos assim - conversámos com Teresa Ricou.

- O que representa para si esta noite?

«É mais uma viagem, mais uma etapa do projecto. Neste momento nós abrimos a casa com o espectáculo «Klássikus Kabaret» do Fernando Gomes, com a Elsa Galvão, a Paula Fonseca, a Cristina Castro e o José Fernandes. Neste momento acabámos o curso de formação do Fundo Social Europeu, de três anos, e agora vamos começar a parte dos espectáculos»

- Que género de espectáculos?

«Espectáculos variados, todos eles com uma tónica circense, naturalmente. Está já aberto o Centro de Documentação, com uma exposição sobre musical, café-teatro e cabaret, teremos na sala de vídeo um ciclo de cinema alemão dos anos 20, quer isto dizer que o espaço vai finalmente funcionar em pleno, com uma série de pequenas animações cá fora, com muita vida e muita alegria».

- Tudo isto é para se manter em funcionamento, permanentemente?

«Sem dúvida. Tudo isto é o resultado de vinte e tal anos de trabalho e acho que, a pouco e pouco, fomos conseguindo construir o que está à vista, com o apoio desta malta toda que está aqui a trabalhar, que é uma gente que ainda acredita na vida...».

- Os planos foram cumpridos?

Sim, com um prazo de dez anos, como eu costumava fazer. E agora posso já prevenir o público que estou com outros projectos para os próximos dez anos. Não posso é dizer concretamente, do que se trata. Por enquanto é surpresa».

- Sente-se feliz?

«Muito cansada, mas com um cansaço positivo e claro que muito feliz. Acho que valeu a pena».

A palavra do sociólogo

Falámos a seguir o dr. Orlando Garcia, sociólogo, a quem Teresa Ricou chama de «nosso padrinho». Começámos por lhe perguntar: qual é a sua intervenção em tudo isto?

«Bem, já trabalho nisto há uns dez anos. E neste espaço, desde que existe, ou seja há três anos. O meu trabalho tem sido, sobretudo, o de conceber e controlar as coisas, ou seja o lado metodológico do projecto, que tem uma quantidade de vertentes. Geralmente trabalhamos em formação, ao mesmo tempo em animação, animar este espaço que pretende ser um espaço público, para isso temos estúdio, centro de documentação,

restaurante, locais para convívio e para espectáculos. Temos também um ATL para miudos aqui do bairro e em contrapartida disto tudo temos um protocolo com o Ministério da Justiça - que foi quem nos cedeu estas instalações - ou seja, temos uma equipa de animadores a trabalhar no Centro de Observação e Acção Social do Tribunal de Menores, com miudos que estão à sua guarda. Trabalhamos em várias frentes: jovens em risco, formação para espectáculo e animação urbana. Para isto é necessária uma equipa de pessoas que estão constantemente a pensar e a fazer um super visionamento técnico e metodológico do projecto, até porque temos compromissos com o Fundo Social Europeu e agora vamos ter com o Ministério da Educação, porque isto vai ser uma escola profissional de artes e ofícios do espectáculo com dois cursos, um curso artístico para circo e outro para técnicos de montagem cenográfica, correspondentes aos 10º, 11º e 12º anos do ensino secundário. Bom, posso afirmar que é na realidade um projecto com várias vertentes».

- E está tudo a funcionar segundo o projecto inicial?

«Claro que está, apesar de ser uma coisa difícil de pôr em prática. Por vezes surgem complicações e mesmo dificuldades, problemas, mas posso adiantar que está a funcionar com êxito. Não ficaremos por aqui, isto é só uma etapa, ainda estamos na pré-história do projecto, ainda não começámos a história».

Entretanto, continuava a entrar gente, muita gente. Daí a nada, com a tenda do «Circo Luciano» de lotação prestes a esgotar, começaria o «Klássikus Kabaret». Missão cumprida, tempo ainda para um olhar mais sobre o Terreiro do Paço, sobre o Tejo. Para trás fica o «Chapitô»: um espaço novo, uma história nova de criações simultâneas. Um lugar de encontros.

R. B.

ASSOCIAÇÃO DOS LARES FERROVIÁRIOS

INSTITUIÇÃO DE UTILIDADE PÚBLICA
FUNDADA EM 25 DE JULHO DE 1973
SEDE: Calçada da Glória, 12, 4.º piso
1200 LISBOA

CONVOCATÓRIA

Nos termos dos Art.ºs 24.º e 25.º e da alínea c) do Art.º 21.º do nosso Estatuto, convoco a Assembleia Geral Ordinária da Associação dos Lares Ferroviários, com Sede na Calçada da Glória, 12 — Edifício da Cantina de Lisboa — R. 1.º piso, 1200 Lisboa, pelas 13.00 horas do dia 28 de Março com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

— Discutir e Votar o Relatório e Contas de Gerência do Ano de 1989 e respectivo Parecer do Conselho Fiscal.

— Assuntos Diversos.

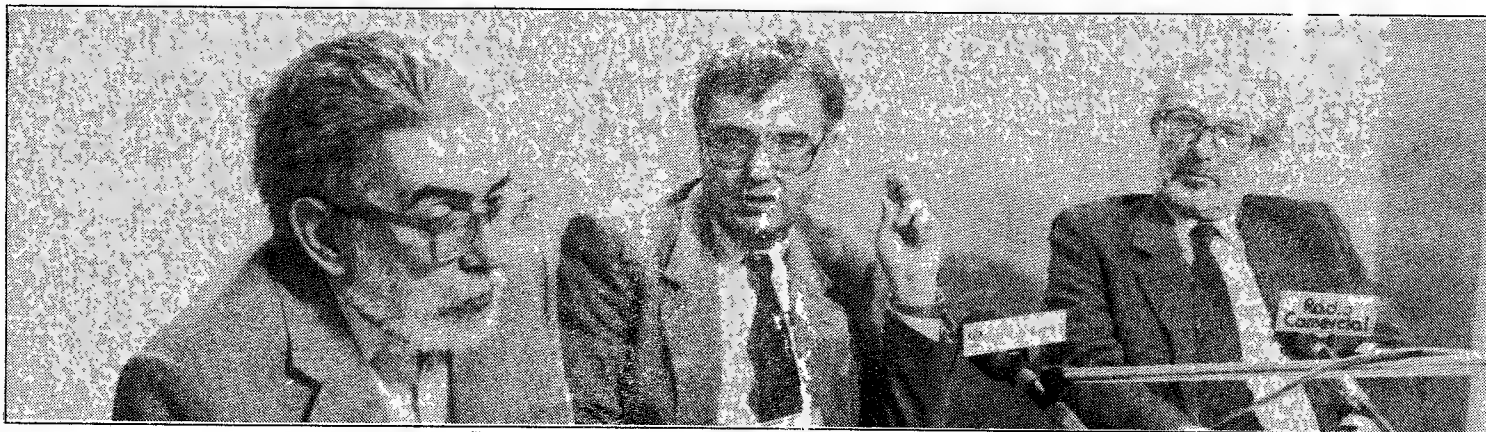
Se na hora marcada não estiver presente a maioria dos sócios, a Assembleia funcionará e deliberará com qualquer número de sócios presentes, uma hora depois, pelas 14.00 horas no mesmo dia e local e com a mesma Ordem de Trabalhos.

Lisboa, 28 de Fevereiro de 1990.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral,
Oscar José Ferreira Amorim

CULTURA E ESPECTÁCULOS

Ontem, «Marcia» apresentou a poesia portuguesa n'«Os Anos 50». Depois da condição humana, legada por Malraux, foi a descoberta da condição individual do poeta à procura da voz inicial



Ramos Rosa, Fernando Martinho e Pedro Tamen

Não podemos adiar o coração

Ontem, na Assírio & Alvim, o Grupo de Teatro da Graça leu poesia d'«Os Anos 50»: Mário Cesariny, Alexandre O'Neill, Egito Gonçalves, António Ramos Rosa, David Mourão Ferreira, Pedro Tamen, Fernando Echevarria e Fernando Guimarães. Certos poemas surgem-nos dos tempos como nostalgia do que há muito procurávamos. Versos ouvidos na adolescência, palavras soltas. Como a boa música, harmoniosa, sem se saber como. No percurso das sílabas, das vozes, corre lesto o marulhar dos sentidos. E voltamos a ouvir os mesmos tempos, o mesmo respirar. Nos anos 50, na poesia, foi o retorno a essa voz encantada da sereia, esse mesmo pasmo perante os ritmos da voz inicial.

Todos os caminhos eram bons. O antes, o depois. Na saudade, no amor, na revolta. O retorno era só um, a poesia era uma vez mais uma só. O poeta voltava a expor-se. "Não posso adiar o coração", diria então Ramos Rosa. Não, não seria mais possível calar a voz que sente. Os poetas não permitiriam esquecer o instante da hora que passa.

"Há praças onde esculpir um lírio, zonas subitas de propagação do azul, gestos sem dono, barcos sob flores, uma canção para ouvir-te chegar", diz Cesariny. E O'Neill: "Dá-me um beijo ou a morte... Mar e montes, teus beijos, meu amor..." "A quem entregamos este poema? Nele começaram os gestos mais simples, as casas desabitadas, o esquecimento, a ruína de cada flor", perguntava Fernando Guimarães. "Com sílabas se fazem versos", dizia Ramos Rosa. Presentes na sessão estavam os poetas. António Ramos Rosa e Pedro Tamen. Falaram deles e dessa poesia "viva e rica", "sem revoluções estéticas", mas onde a "condição

poética" era essencial.

Para o professor Fernando J. B. Martinho, que trouxe o percurso da década, a história da moderna poesia portuguesa, até meados dos anos 60, pode fazer-se a partir das muitas revistas publicadas, quase todas de condição efémera. Foram a «Távola Redonda», vinte folhas de poesia, de 50 a 54, a «Árvore», com quatro números, de 51 a 53, «Casiopeia», uma única edição, em 1955, «Gaal», dois números, em 56 e 57, os «Cadernos do Meio Dia», de Faro, publicados até 1960, o «Cancioneiro Geral», até 1958, a «Serpente», do Porto, com três números, a «Notícias do Bloqueio», três edições entre 57 e 61.

Nelas ficaram inscritas diversas tendências, diferentes objectivos. No entanto, como reparou Pedro Tamen, as revistas e os poetas não existiram de modo estanque. Muito aprenderam entre eles e muito reaprenderam na novidade dos poetas estrangeiros. Nas concepções poéticas dos anos 50, construídas sobre a reacção ao neo-realismo moribundo, o que se procurou foi, a um tempo, a autenticidade e a técnica da palavra. No fundo, "a conciliação entre a tradição e a realidade".

O desabrochar dos meados do século levou ao surrealismo (adiado proposadamente pelos oradores de ontem para o debate que terá lugar hoje, às 18 e 30), levou à «Távola Redonda», "voz do lirismo" reencontrado, à «Árvore», ainda a tentativa de vanguarda, à segunda geração neo-realista no «Cancioneiro Geral», e ainda a muitas outras tendências, como em António Gedeão, que não se integram nestes percursos.

A «Árvore», de que Ramos Rosa foi co-fundador, serviu

também como ponto de partida para muitas trajetórias. Não deixou de manifestar preocupações de carácter social, como recordou Fernando Martinho. "Mas marca uma diferença muito clara em relação ao neo-realismo". É que "estes poetas não prescindiam da sua condição individual". Face à condição humana das décadas anteriores, depois do pós-guerra, em tempo de guerra fria, na longa noite da ditadura, a possibilidade de "um mundo melhor" ruía à sua frente. Antes, explicou o professor, "havia a urgência da transformação social que levava o poeta a adiar coisas como o amor, como o coração".

Mas a década de 50 primou, sobretudo, pelo erguer de pontes poéticas. Desde «Notícias do Bloqueio», poema de Egito Gonçalves, inicialmente publicado na «Árvore», visto depois como bandeira antifascista: "Aproveito a tua neutralidade, o teu rosto oval, a tua beleza clara para mandar notícias do bloqueio aos que no continente esperam ansiosos". À densidade imagética e metafórica do surrealismo. Às tendências "neo-barrocas" de Pedro Tamen, "velha querela" para este, onde a preocupação da palavra era primordial. Em 50, coexistiram ainda Victorino Nemésio, reaparecido, Jorge de Sena, no seu melhor, Eugénio de Andrade, Sophia, as primeiras colaborações do grupo «Poesia 61», e os últimos versos de Pascoaes...

António Ramos Rosa confienciava a sorte que fora conhecer outros poetas, em Lisboa, em 1947. Raúl de Carvalho, Luís Moita, José Terra, Luís Amaro, Egito Gonçalves. Foram eles que lhe deram a confiança para acreditar no que escrevia. Foi com eles que entrou na aventura da «Árvore». Dos seus

versos, supunha que fossem "uma brincadeira". Na «Árvore», segundo o poeta, era sobretudo a condição humana o tema ou a raiz da sua poesia. "Mas, ao mesmo tempo", admite, "já não era a condição humana que prevalecia mas sim a condição poética". Por via do verso encantatório do «Orpheu», tão criticado pelas fracções neo-realistas, todos os poetas da década sentiam-se modernistas. Rejeitavam o não-moderno. Porém, de acordo com Fernando Martinho, já não tinham que lutar pelo modernismo. Essa era uma luta já vencida.

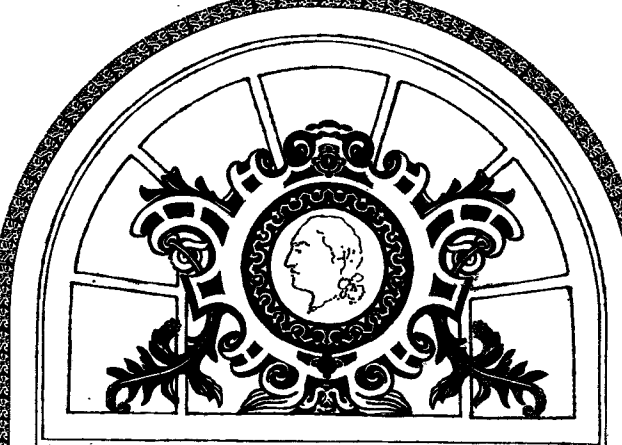
Pedro Tamen definiu

aqueles anos como "uma época de revisões". "Foi um tempo de recuperação de coisas do passado, mesmo quando se reagia contra ele". Havia, e sobretudo para quem, adolescente, lia avidamente a «Árvore», como confessou (já nesse tempo tentara, frustradamente *imprimir* um poema à revista), uma "valorização dessa condição poética, que tinha algo de messiânico". "A poesia era uma condição de salvação do género humano", disse Pedro Tamen. "Era o diálogo com o universo", dizia, nos anos 50, Ramos Rosa.

Foi também o tempo de

reflexão. De existencialismos, do inconsciente, da morte, da palavra, do nada. "Tempo disfórico", disse Fernando Martinho, era "a angústia, a esperança céptica, a esperança trágica". De tudo um pouco, da poesia desta nossa memória ainda curta. Ficam, contudo, inesquecíveis os versos de Ramos Rosa: "Não posso adiar ainda que a noite pese séculos sobre as costas e a aurora indecisa demore, não posso adiar para outro século a minha vida nem o meu amor nem o meu grito de libertação. Não posso adiar o coração".

Manuela Baptista



SALÃO NOBRE
do
TEATRO NACIONAL
DE SÃO CARLOS

perspectivas da Música de Câmara

Concertos Instrumentais

Concerto Extraordinário
(24 de Março, às 12H30)

Carta Branca
a
Anabela Chaves

Obras de:
Lopes Graça • Malcolm Arnold • Astor Piazzola
Quinteto "A TRUTA" de Schubert.

Apoio da Fundação de Mecenato Cultural do TNSC

B R E V E S

TSF transmite em directo entrega dos Óscares

A TSF transmitirá em directo a cerimónia de atribuição dos Óscares a partir de uma hora da madrugada da próxima segunda-feira. A cobertura será feita por Miguel Monteiro que, assim, se torna no primeiro jornalista da rádio portuguesa a obter uma credencial para o Dorothy Chandler Pavilion onde decorrerá a cerimónia. Em estúdio, estarão João Lopes do «Expresso» e M.S.

Fonseca da Cinemateca Portuguesa.

Música ao vivo no Centro Comercial Fonte Nova

O grupo Ficções actua hoje, às 21.30, no Centro Comercial Fonte Nova. O concerto integra-se nas comemorações do quinto aniversário daquele espaço que se prolongará até 11 de Maio. De referir ainda que a 19 de Abril decorrerá ali um concerto do grupo Madredeus.

Um olhar sobre Óbidos

Em Lisboa foi lançado, esta tarde, um livro de fotografia, «Óbidos - um convite ao olhar», da autoria de Rui Cunha, volume que inaugura uma colecção de albuns intitulada «Portugal à Vista».

Mais do que um olhar sobre a vida, as fotos de Rui Cunha são um olhar sobre a arquitectura, as luzes e as sombras que ela projecta sobre a vila, as suas calçadas e os seus telhados. Tarefa difícil esta de fotografar o já tão fotografado, o objecto privilegiado da indústria do postal ilustrado. Nem sempre Rui Cunha terá fugido ao lugar comum, salva-o a maestria da luz, aqui e ali a descoberta de um ângulo novo, a descoberta de uma perspectiva diferente. Óbidos está mais do que descoberta, e não vale a pena disfarçar o legítimo intuito comercial nos termos em que o faz o prefácio: «seria grave esquecê-lo só porque mil vezes foi visto na TV, outras tantas nos guias de viagem e ainda mais, talvez, nos prospectos turísticos».

Falta ao olhar de Rui Cunha alguma emoção, somos nós que a temos de encontrar, segundo a memória que temos do lugar. Vindo de uma longa experiência de fotógrafo da Natureza, ligada a uma sentida militância ecológica, que constitui o melhor, o mais original e insubstituível da sua obra, Rui Cunha nunca conseguiu fazer entrar o elemento humano na sua fotografia.

Esse descarnamento, mais compreensível na fotografia da Natureza, capaz de palpar por si, independente e, por vezes, contrária à presença do Homem, tal opção é empobrecedora quando se fotografa um espaço urbano, que vive essencialmente da relação com o habitante.

Rui Cunha ganhou o gabarito internacional em publicações que vão do «National Geographic» às da UNESCO e do Conselho da Europa, como fotógrafo da Natureza. Arquivista da memória do nosso património natural, este grande escritor da nossa luz, vai com certeza aperfeiçoar a sua arte do registo do nosso património cultural construído.

Adelino Cardoso



Joana Providência estreia esta noite no Centro de Arte Moderna

Entre «novíssima» e «divina»

A pretérita segunda-feira marcou a apresentação pública da nova associação cultural Forum Dança, recentemente criada em Lisboa e que já havia promovido no ano transacto a realização do trabalho *Mecanismos* da jovem coreógrafa portuguesa Joana Providência, que hoje estreia na sala polivalente do Centro de Arte Moderna, com um espectáculo que estará em cena até sábado.

Só por si, o facto de uma instituição sem fins lucrativos - dirigida pelos professores Gil Mendo e Madalena Vitorino e pelo produtor teatral Miguel Abreu - se propor editar uma revista especializada na «paisagem do esquecimento» que é a literatura sobre dança no nosso país, já justificaria a sua existência. Mas o Forum Dança pretende também investir na chamada «nova dança portuguesa» através da produção de eventos teatrais e videográficos, da organização de palestras, seminários e cursos destinados à formação e actualização nas diversas áreas das «artes do corpo» e naturalmente da edição de publicações de



carácter não regular, de acordo com um calendário já delimitado até aos finais do corrente ano.

Segundo as palavras de um dos directores do Forum, é sua «intenção estabelecer contactos estreitos não só com instituições artísticas nacionais como estrangeiras, tentando simultaneamente dar a conhecer a arte de estrangeiros que nunca visitaram Portugal e oferecer, por outro lado, a hipótese de lançar coreógrafos portugueses nos circuitos internacionais de dança».

Projecto ambicioso, sem dúvida, mas no qual certamente se deverá depositar esperança, sendo desde já de saudar o seu aparecimento.

Um par de obras

Ora, coincidindo com o início de uma série de actividades oportunamente noticiadas, Madalena Vitorino começou por trazer Marion Gough ao Instituto de Inovação Educacional para dialogar com alguns convidados de ocasião sobre o tema ainda tão verde entre nós do «desenvolvimento da dança educativa e da dança na comunidade». De qualquer modo, o primeiro trabalho de fôlego do Forum Dança prende-se com a produção (e promoção) de um nome praticamente desconhecido do nosso meio terpsicoreano: Joana Providência, precisamente.

«In Tensão» e «Mecanismos» são o par de obras que o Acarte apresentará a partir desta noite, e até ao serão de sábado, no CAM, concluindo um interessantíssimo (e se não memorável pelo menos emblemático) segundo ciclo de Dança Portuguesa Contemporânea, ainda idealizado por essa figura carismática e omnipresente na Praça de Espanha que parece continuar a olhar pelos destinos da maior parte da dança feita em Portugal.

O trajecto artístico de Joana Providência, como ela própria o define, é não só muito curto como «baseado em métodos de experimentação, respon-

dendo sobretudo a desejos de composição coreográfica lançados na Escola Superior de Dança», escola em que é actualmente aluna finalista.

Além disso, «o acesso a todos os espectáculos do CAM e aos diversos workshops» permitiram à coreógrafa um contacto «com novas técnicas e metodologias de composição», essenciais a uma prática que surgiu em forma de resposta a pistas lançadas por outrem ou por ela mesma.

Com assiduidade

Houve uma série de trabalhos que marcou o mundo coreográfico de Joana Providência, nomeadamente os de Pina Bausch, Anne Teresa de Keersmaecker ou Stephen Petronio. A relação da jovem artista com o serviço Acarte aproxima-se de um estatuto quase doméstico. Joana confessa ter «encontrado vários amigos (amigo no sentido de alguém que de alguma forma comunga dos mesmos ideais e opções estéticas) que não conhecia e descobriu graças à programação do CAM», que frequenta com assiduidade.

Depois deste seu primeiro projecto de vulto ter passado pela Reitoria da Universidade de Lisboa, pelo Teatro Carlos Alberto do Porto e por Coimbra, surgiu pois a possibilidade de voltar à capital dentro dos domínios do próprio Centro de Arte Moderna. «Fiquei completamente aterrorizada», disse a coreógrafa ao «DL».

Num trabalho continuado de revisão e produção fez face aos inúmeros problemas que se destacam de um projecto desta natureza, com os quais afirma não se ter preocupado anteriormente, assim atenuando o peso da responsabilidade. O tempo passou e hoje, apesar de estar consciente da enorme expectativa que foi criada à volta destes «Mecanismos» - houve quem já lhe chamasse «Divina Providência» e «Novíssima J. P.» - não quer pensar nisso.

Bastante diferente de um seu trabalho anterior - «um projecto para médicos, empregados de balcão, advoga-

dos, professores, etc., pessoas cuja relação com o corpo não tem muito a ver com uma situação de profissionalismo» -, a obra hoje em estreia integra «apenas» cinco bailarinas: Carlota Lagido, Conceição Abreu, Cristina Santos, Filipa Pais e Ofélia Cardoso.

Asas brancas

A experiência de trabalhar com todas elas (algumas também saídas da mesma instituição escolar) foi, disse-nos Joana Providência, «espantosa no que toca ao empenhamento demonstrado». De facto, os desempenhos das bailarinas não foi suportado monetariamente no início, o que não as impediu de investir e acreditar num projecto em que o coreógrafo aprendeu com os executantes e vice-versa.

As duas partes do espectáculo são aparentemente diferentes na forma e no ambiente. Enquanto em «Mecanismos» os cinco corpos, economicamente envolvidos em batidas de trabalho azuis das quais pendem umas inesperadas asas brancas, «são reduzidos a movimentos igualizados (mecânicos, rigorosos e sistematizados), em «In Tensões» procurei ir ao encontro de cada uma delas», adianta. A intenção é clara: «Da igualdade deverá ressaltar a diferença, pois que este trabalho é cronologicamente posterior ao que se apresenta em primeiro lugar. Parti para um jogo de diversidades em que é possível reconhecer cada corpo de per si.»

Nestes dois apontamentos, ligados por uma construção coreográfica que já apresenta um rigor e um domínio bastante apreciáveis, Joana Providência abandonou as suas cúmplices a um espaço cru mas habilmente manipulado por poderosas linhas de força ou simples adereços que o desmembram e quantas vezes o tentam sacralizar. Entre «novíssima» e «divina» o diabo que escolha...

António Laginha

TEATRO NACIONAL DE SÃO CARLOS

Dom Quixote

Bailado em 3 actos

COMPANHIA NACIONAL DE BAILADO do TNSC
Direcção Artística: Armando Jorge

Dias 24, 27, 28, 29, 30 (21H00)
e 31 (16H00)
no TNSC

Coreografia: E. Volodine
segundo A. Gorsky

Música: A. L. Minkus

Argumento inspirado em
M. Petipa e Cervantes

Cenografia e Figurinos:
A. Vassiliev

Luzes: Richard Caswel

Artistas Convidados:

N. Ananiachvili e A. Fadeychev
(dias 24, 28, 30 e 31)

Artistas Residentes:

C. Maciel e G. Dias (dia 27)
A. Charpentier e D. Chazeau (Dia 29)

ORQUESTRA SINFÓNICA DO TNSC
Direcção Musical: A. Stonikov

Bilhetes à venda
na bilheteira do TNSC
e agências ABELSA, NOVAFAP

Patrocínio da Fundação de Mecenato Cultural do TNSC

ARQUIOS RTP antena 1 RDP COMPTON INDEPENDENTE

DESPORTO

Taça dos Campeões: Dniepr, 0-Benfica, 3

Dois golos para Elba Ramalho aclaram horizonte benfiquista

— *Exacto, pode escrever: dedico os meus dois golos a Elba Ramalho. Há pouco tempo, tentei oferecer um tento à Fafá de Belém, mas não tive sorte. Agora, para outra minha amiga, vai inteirinho este par de golos. Sexta-feira vou ver o recital da Elba e quero que ela já saiba que lhe ofereço uma das mais bonitas recordações da minha carreira.*

O cidadão brasileiro Adesvaldo José de Lima, nado e criado em Camapuã, fala para os jornalistas mas continua dando toques no penteado, com um grande pente preto de madeira. Eusébio passa por ele:

— *Oh Lima: ainda estás muito despenteado...*

Nos seus 26 anos, um dos artilheiros menos utilizado esta época por Eriksson, abre-se num sorriso de rasgar a boca:

— *Em plena consciência, julgo que já podia ter conquistado a titularidade há muito tempo. Mas, como respeito sempre a opção dos técnicos...*

Por detrás do palco

Lima foi (realmente) uma das apostas ganhas por Eriksson no pano verde da Ucrânia, dessa adormecida república de 59 milhões onde a Perestroika ainda nem sequer bateu ao postigo. Mas isso é outra história. Fiquemos apenas contemplando o belíssimo êxito do Benfica sobre um campeão soviético que ninguém, por estas bandas, tem qualquer culpa em apenas ter disputado três jogos do seu torneio nacional, deixar sair para outras paragens os melhores intérpretes, ter sido obrigado ao grande percalço de confronto com uma equipa que, por um punhado de razões, não podia perder a etapa ufeira: travagem na Taça de Portugal, futuro na luta pelo trono caseiro com bastantes espinhos, proximidade de importante assembleia geral, muitos compromissos financeiros que oscilam em curto prazo de tempo. Especialmente (até) por-

que se desenha já o ramal de forças que, um dia destes, se pode apresentar para uma eventual rendição de João Santos, o que seria apressado (ninguém tenha dúvidas) se o emblema da águia tivesse saído ferido da 2.ª deslocação de uma qualquer embaixada estrangeira a essa estranha e acinzentada cidade de Dnepropetrovsk, onde as paredes não eram de vidro até há cerca de ano e meio. Uma cidade que estava completamente cerrada a olhos de forasteiros de outra língua mas que ontem, depois de ter admirado um Benfica afoito e determinado, com a «força e o coração que (segundo Eriksson) tantas vezes tem esquecido quando entra no palco» concordou com uma verdade primária: o futebol soviético voltou a não ser qualquer papão, a diluir os seus astros por dezena e meia de países onde o profissionalismo no futebol (apenas há pouco introduzido na maior nação europeia por um Dniepr que tenta escapulir-se à tutela do Partido) é uma realidade convertível em milhares de divisas que estão contemplando que se esgueiram a um tipo de jogo monocórdico, atleticamente possante, mas sem alegria, carecido de vivacidade, raramente capaz de um golpe de imaginação para além das básicas vinte maneiras de cozinhar futebol.

Serenidade na hora do triunfo

Dai que volte a um ponto prévio: calma, amigos! Nada de demasiada excitação, cuide-se de aplaudir (como merece) um feito, uma proeza, um pulo magnífico dentro da moldura europeia sem (todavia) se abdicar de muita prudência na apreciação da vitória. Simultaneamente: endereçar palmas e parabéns a vedetas de alto gabarito, muito justamente retribuídas pelo preço do seu talento mas também contemplar que, em caso de sucesso, cada futebolista soviético rece-



Magnusson: furacão sueco em acção

beria a «fortuna» de 100 dólares (cerca de 15 contos) enquanto, em situação paralela, o «team» da Luz já tinha prometido um prémio milionário, depois de concretizado o sucesso ainda mais ampliado, já que garantia a 8.ª presença em meias-finais ufeiras.

Com os pés bem assentes no chão: honre-se e louve-se o Benfica, sem alguém esquecer que só agora ficam na peneira da Taça dos Campeões os legítimos candidatos ao trono de ouro.

O Dniepr foi (apenas e só) circunstante que pediu a palavra, mas rapidamente foi despedido com indiferença no grande conclave ufeiro.

Sabe-se que a tática engendrada por Eriksson teria de resultar em pleno se os jogadores a soubessem interpretar. E foi o que aconteceu: com toda a garra, a defesa respondeu à chamada, com o maior profissionalismo o meio campo cumpriu a função, sem perda de uma molécula do que pode entender-se por trabalho firme a dianteira fez o que lhe competia.

Em troca disso, censure-se a presunção do técnico soviético Kutcherovski, bem expressa quando na tarde de 3.ª feira garantia que «preferia perder o jogo na secretaria a ser batido em campo». Ruiu estrondosamente pela base e o clube soviético fica agora a braços com a mais delicada situação de uma história

com 54 anos de vida. Apenas isto: a utilização de Tichenko, que teria de cumprir 2.º jogo de castigo imposto pela UEFA, foi uma asneira de tal tamanho que bastaria para o Benfica, em caso de derrota, apresentar o protesto que já tinha elaborado ontem de manhã e vencer (na tal secretaria) a eliminatória. Depois, aconteceu aquele inenarrável (incrível ou insólito) caso de um espectador saltar a barreira policial que estava reforçada por se tratar de «um jogo de alto risco» e correr desenfreadamente para, dentro do relvado e com o jogo em circulação, ir cumprimentar a seu modo um dos fiscais de linha: ficou reduzido a cisco, mas o delegado ao jogo (um turco que se afirma de pulso duro) é obrigado a incluir o incidente no seu relatório. A consequência virá imediatamente a seguir: o Dniepr, que já estava debaixo de olho pela petulância do treinador, pode ficar obrigado a erguer uma rede no seu estádio, pagar uma elevada multa em francos suíços e ainda morar arredado, larga temporada, de sonhadores percursos europeus, para além de tudo, quando enchia o peito de vento, deu um estoiro perante o Benfica. Realmente, uma desgraça nunca vem sozinha.

A não esquecer

Claro, que, em dilatados 90 minutos, de bola, vai, bola vem, aconteceram momentos

relevantes. O golpe de cabeça com que Hernâni fez a esfera esbarrar na trave, o tiro de Bagmut que Silvino afastou até ao arco da sua toca, o fogueito que Lima colocou nos céus de malha do Dniepr, o mérito com que Magnusson decididamente contribuiu para o 2.º golo do colega, aquele tenaz esforço que permitiu a Veloso colmatar uma saída menos boa de Silvino e, depois várias perdas do «team» da águia, mais aquele fascinante pontapé à meia volta com que Ricardo selou a noite dos atiradores brasileiros em território soviético.

Entremeando tudo isto, vieram os destaques: suplantando claramente um opositor que viveu apenas de individualidades em part-time (Bagmut, Tchervoni), ficando completamente por explicar para que raio serviu desrespeitar a UEFA fazendo alinhar um Tichenko que só deu nas vistas quando amarrotou Valdo e o fez regressar a Lisboa

com o braço direito ao peito e a clavícula negra como carvão e marcada por um piton, ao mesmo tempo que o Dniepr tombava em absoluta vulgaridade, o Benfica iluminava o estádio com o brilho de pedras em alto nível (Valdo, Hernâni, Veloso, Magnusson, Lima, Thern, Ricardo, Silvino), todos contribuindo para os automatismos de um clã que saiu de garra em riste e mangas arregaçadas para não cumprir apenas o horário de trabalho.

Amanhã, na Suíça

Agora, que poderá suceder? Em véspera de andar à roda genebriana, Eriksson espelha o pensamento de atletas e dirigentes:

— *Marselha é que era bom. O Milão é muito perigoso e o Bayern está cheio de força. Italianos e alemães que se batam: para nós, o passaporte para a final passa muito melhor pelos franceses.*

É evidente: Eusébio foi o rei na viagem à URSS dos muito diferentes matizes. Sporting, Boavista, Fafe, Olivais e Moscavide mandaram telegramas a encorajar o Benfica: Cavaco Silva resguardou-se para depois do brilharete rubro. Hoje, digerindo o banquete, os encarnados pensam já no compromisso para domingo:

— *E, se eu garantir, que o Benfica, se vencer o Sporting, ainda será campeão português?*

Gaspar Ramos ganhou ontem nova energia. Ainda não é desta que um naipe de gerência benfiquista fica com a corda na garganta. Ah, grande Lima!

Neves de Sousa

Lima: bis nas malhas

Magnífica arbitragem de John Blankenstein (Holanda) que foi optimamente acompanhado por Frans Houben e Van der Niet.

Dniepr: Gorodov; Guerachenko, Benko, Cidelnikov e Iudin; Kudrinski, Tichenko e Bagmut; Tchervoni, Yarovenko (Plotnikov, aos 64 minutos) e Gidnov (Kulish, 77).

Benfica: Silvino; José Carlos, Aldair, Ricardo e Veloso; Hernâni, Vítor Paneira, Thern e Valdo (Pacheco, 87); Lima (Diamantino, 85) e Mats Magnusson.

Golos: Lima (55 e 60) e Ricardo (86). Cartão amarelo para José Carlos.

TORRES da BELA VISTA

(Planalto S. António dos Cavaleiros) Lisboa Informações: 988 0646/0489

TORRES do SADO

Setúbal Informações: 065 721144

Compre o seu apartamento de 2, 3 ou 4 assoalhadas
Preços baixos e entradas facilitadas. Empréstimo tratado por nós junto C.G.D.



DESPORTO

B R E V E S

Marítimo: Oliveira rescinde

O futebolista internacional Oliveira pediu inesperadamente a rescisão do contrato que tinha com o Marítimo, da Primeira Divisão Nacional, o que foi aceite pela direcção do clube madeirense.

Oliveira, que estava ausente da formação principal há já algum tempo devido a lesão, recusou explicitar as razões que motivaram a rescisão, encarada com naturalidade pelos dirigentes do Marítimo que consideraram tratar-se de «uma rescisão normal, dada a ausência prolongada do futebolista dos relvados».

Carlos Manuel: amarelo num treino

O centro-campista Carlos Manuel foi admoestado com o cartão amarelo no final de um jogo-treino de futebol entre o Sporting e a selecção de esperanças, que terminou empatado a um golo, no Estádio Nacional.

Carlos Manuel foi admoestado pelo árbitro João Moraes, aos 89 minutos, depois de ter contestado com veemência a validação do golo que deu o empate (1-1) à selecção de esperanças.

3.ª Divisão: acerto

O Anadia derrotou em casa o Valcambrense por 3-0, em encontro em atraso da 22.ª jornada do Campeonato Nacional de Futebol da Terceira Divisão (Série «C»).

Funchal: árbitros vencem «batalha»

A Associação de Futebol do Funchal chegou a acordo com os árbitros quanto à questão do aumento das tabelas de prémios e subsídios de refeição, em reunião efectuada na sede daquele organismo desportivo.

A única excepção no acordo residiu na tabela dos transportes, que se manterá, já que os árbitros consideraram que os aumentos verificados nas outras tabelas compensam aquela.

Quatro jogos no sábado

A jornada n.º 25 do Campeonato Nacional da divisão principal, será repartida entre sábado e domingo, tendo sido autorizadas as seguintes antecipações: Chaves - Belenenses (15 horas); Marítimo - Portimonense (16); Tirsense - Nacional (16 e 30); e Estrela - Vitória de Setúbal (21 e 30, com transmissão directa pela RTP-2) no caso da FPF não aceder ao pedido do Feirense para antecipar o jogo com o Penafiel.

Quanto à 2.ª Divisão, jogam Maia - Infesta e Seixal - Alverca (ambos a partir das 16 horas) e para a Divisão 3 teremos: Valonguense - Ermesinde; União de Santarém - Mirandense; União de Montemor - Montijo (todos marcados para as 15 horas).

Yashine: remate sem defesa

O ex-guarda-redes da selecção soviética de futebol Lev Yashine, que perdeu com Portugal por 2-1 no jogo para o terceiro lugar do mundial de 1966, em Inglaterra, morreu ontem em Moscovo com 60 anos, vítima de cancro no estômago.

Yashine, nascido em Moscovo a 2 de Outubro de 1929, tornou-se uma das mais prestigiadas figuras do desporto do seu país, após ter defendido as balizas da selecção soviética e do Dínamo de Moscovo, durante mais de duas décadas.

Conhecido como «aranha negra», «aranha voadora», «bom gigante» ou «gato voador», Lev Yashine conquistou todos os títulos possíveis pela selecção soviética, excepto o de campeão mundial, e foi por muitos considerado o melhor guarda-redes do Mundo da sua época.

Mas, mesmo sendo um dos melhores guarda-redes da época, Yashine não conseguiu evitar a derrota da sua equipa frente aos «magriços» portugueses, por 2-1, no encontro do Estádio de Wembley para atribuição dos terceiro e quarto lugares do mundial de

1966, sendo batido por Eusébio, de grande penalidade, e José Torres.

A «aranha negra» soviética, assim conhecida por equipar totalmente de preto, foi o único guarda-redes a ganhar uma «Bola de Ouro», atribuída anualmente ao melhor futebolista europeu, em 1963.

No início deste mês, já com o cancro no estômago em fase irreversível, Yashine, que era coronel do Exército soviético, tornou-se o primeiro desportista a receber do governo soviético o título de «Herói do Trabalho Socialista», juntando-o à «Ordem de Lenine» e à «Bandeira Vermelha», as máximas condecorações da URSS.

Yashine abandonou o futebol de alta competição em 1972, tendo feito 78 jogos pela selecção soviética, pela qual conseguiu um título de campeão olímpico (1956) e outro de campeão europeu (1960), além de ter disputado quatro fases finais consecutivas de mundiais (1958, 1962, 1966 e 1970).

Além destes feitos, Yashine vestiu ainda por três vezes a camisola da selecção da FIFA e defendeu mais de uma cen-



Julho de 1989: «Ordem de Mérito» ao peito e cravos nas mãos, Yashine escuta os derradeiros aplausos de uma carreira notável

tena de grandes penalidades, em 15 anos como titular do «onze» soviético (1955-1970) e 20 épocas do Dínamo de Moscovo (1952-1972), pelo qual disputou 326 jogos.

A década de 1980 coincidiu com a decadência física do mito, uma vez que o cancro no estômago deu o seu primeiro sinal em 1982, através de uma hemorragia cerebral que lhe produziu uma paralisia facial temporária.

A doença de Yashine seguiria, no entanto, a sua marcha implacável e, pouco tempo depois, obrigou à amputação de uma perna, um dos piores golpes físicos e psíquicos para um desportista.

Em Março de 1990, depois de uma carreira construída com muitas e grandes defesas, Yashine passou a ter o estatuto de lenda, ao ser incapaz de defender a última grande penalidade da sua vida.

UEFA: peneira para Genebra

Para além da decisão (a ser tomada hoje em Zurique) entre o Grasshoppers e o Sampdoria para se saber quem será o quarto parceiro na Taça das Taças, estão encontrados já os restantes 11 «magníficos» entre os quais o (nosso) Benfica que, de forma categórica, afastou os soviéticos do Dniepr da prova maior do calendário da UEFA.

Milão, Bayern ou Marselha qual deles será o parceiro do Benfica na meia-final de 4 e 18 de Abril, é questão que será conhecida pelas 11 horas de amanhã durante o sorteio que ocorrerá em Genebra. Vejamos como ficaram as «coisas»:

Taça dos Campeões

Dnepr (URSS)-Benfica (Portugal)	0-1	0-3
Marselha (França)-CSKA Sredets (Bulgária)	1-0	3-1
PSV Eindhoven (Holanda)-FC Bayern Munique (RFA)	1-2	0-1
Milão (Itália)-FC Malines (Bélgica)	(a) 0-0	2-0

Apurados: Benfica, Marselha, Bayern Munique e Milão.

a) após prolongamento.

Taça das Taças

Mónaco (França)-Valladolid (Espanha)	0-0	0-0
Admira Wacker (Áustria)-Anderlecht (Bélgica)	0-2	1-1
Partizan (Jugoslávia)-Dinamo Bucareste (Roménia)	1-2	0-2
Grasshoppers (Suíça)-Sampdoria (Itália)	0-2	hoje

Apurados: Mónaco (no desempate por grandes penalidades, ganhou por 3-1), Anderlecht e Dinamo de Bucareste.

Taça UEFA

FC Antuérpia (Bélgica)-FC Colónia (RFA)	0-2	0-0
Juventus (Itália)-Hamburguer (RFA)	2-0	1-2
Auxerre (França)-Fiorentina (Itália)	0-1	0-1
Werder Bremen (RFA)-FC Liège (Bélgica)	4-1	0-2

Apurados: Colónia, Fiorentina, Werder Bremen e Juventus.

TOTOBOLA

A chave

Dniepr-Benfica	2
AC Milão-Malines	X
Marselha-CFKA Sófia	1

PSV Eindhoven-Bayern	2
Grasshoppers-Sampdoria	(a)
Mónaco-Valladolid	X

Partizan-D. Bucareste	2
Admira-Anderlecht	X
Auxerre-Fiorentina	2

Antuérpia-Colónia	X
W. Bremen-FC Liège	2
Juventus-Hamburgo	2
A. Bilbao-Real Madrid	X

a) hoje

assim vai o

totobola

Penalti: 212 111 1X1 X222; O Algarve: X12 X11 111 22X2; Jornal de Amarante: 212 XX1 111 XXXX; Jornal da Beira: 212 XX1 111 X222; Cardeal Saraiva: 212 1X1 1X1 222X; O Comércio de Leixões: 212 X11 111 2X12; De Tudo Um Pouco: 212 1X1 1X1 X2X2; Algarve Desporto: X12 1X1 111 1X22; Ronda Desportiva: X1X 111 1X1 XX22; Correio de Coimbra: X12 1X1 1XX 2X2X; Correio do Vouga: 11X 111 1X1 1X21; A Defesa: 21X 1X1 1X1 1XXX; Defesa de Espinho: X1X 111 111 22X2; Diário de Coimbra: X1X 1X1 111 X121; O Diário: 212 X11 111 22XX; Diário de Lisboa: 212 1X1 121 1222; Diário de Viseu: X1X XX1 1X1 2222; Nova Antena: X12 2X1 12X 2X12; Folha do Domingo: 21X 111 1X1 22X2; Ecos de Cacia: 212 X11 X11 122X; Eu Sei Tudo: 212 1X1 1X1 22X2; O Jornal de Felgueiras: 212 XX1 111 XXXX; Jornal do Fundão: X1X XX1 111 XX22; Jornal de Gaia: X12 XX1 111 1X2X; Gazeta das Caldas: 212 111 111 12X2; O Almonda: 2X2 XX1 XX1 2X2X; Rádio Guarda: 211 XX1 XXX X11X; Jornal da Graça: 2XX 1X1 XXX 1222; Rádio Totobola: 212 XX1 111 X222; Linhas de Elvas: 111 11X 1X1 X112; Litoral: 212 1X1 111 X222; O Jornal da Lixa: 212 XX1 1X1 XX12; Maria da Fonte: 21X X11 1X1 X222; O Mensageiro: 212 11X 1X2 1X2X; No Estúdio e no Estádio: X12 1X1 1X1 1222; Notícias de Felgueiras: 212 XX1 111 XXXX; Notícias de Guimarães: 212 1X1 X2X X222; Notícias de Viseu: 211 XX1

1X1 1222; A Ordem: X12 XX1 1X1 22X2; Reconquista: 2X2 1X1 1X1 2XX2; Semanário da Região Bairrada: 212 121 121 1122; Informação Desportiva/Rádio Alitude: 21X XX1 111 1X22; Bom Dia: 212 21X X11 2XX1; RR/Desporto: 111 11X 11X 1121; Bola Branca: 111 11X 11X 112X; Frente Desportiva: 111 112 X12 XX21; Diário de Aveiro: X1X 1X1 111 1122; A Voz do Domingo: 21X 1X1 1X1 22X2; Voz de Lamego: 2X2 XX1 121 122X; A Voz dos Ridículos: X11 111 111 1XXX; Desporto/Rádio Guarda: 21X 111 X11 1X21; Contacto/Rádio Guarda: 211 X21 111 X2X1; Encontro Com a Manhã: 212 2XX XXX X21X; Meia Tarde: 21X 211 111 1X12; Convidamos Para Lanche: 211 122 2X2 11XX; Disco & Daquilo:

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 12/90 DE 25 DE MARÇO DE 1990

	RESUMO			BOLAS (º)		
	1	X	2	1	X	2
1. Braga - Porto	6	19	51	1	3	8
2. Benfica - Sporting	65	11	0	10	2	1
3. U. Madeira - Guimarães	12	23	41	2	4	6
4. Chaves - Belenenses	44	27	5	7	4	1
5. E. Amadora - Setúbal	31	40	5	5	6	1
6. Boavista - Beira Mar	64	10	2	10	1	1
7. Tirsense - Nacional	60	13	3	9	2	1
8. Feirense - Penafiel	37	32	7	6	5	1
9. Marítimo - Portimon.	56	16	4	9	2	1
10. Bragança - Freamunde	30	26	20	5	4	3
11. Vianense - G. Vicente	12	29	35	2	4	6
12. Caldas - Académica	10	28	38	2	4	6
13. Atlético - Farense	10	22	44	1	3	8

(a) Nos termos do Art.º 14º do Regulamento Geral dos Concursos, se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A «CHAVE» LÓGICA SERÁ:
212 1X1 111 1222

212 X11 X11 X122; Tarde Desportiva: XXX X21 11X 1XX2; Livre e Directo: 212 111 1X1 X222; Um Caso Por Semana: 212 1X1 XXX 2222; Foi Notícia: XX2 21X 1222; Desporto e Música/Rádio Covilhã: 2X2 X1X 1X1 22X2; Cultura e Recreio: XXX 111 112 1XXX; De Tudo Um Pouco/Rádio Covilhã: 212

111 11X 1XX2; Jornal de Notícias: 212 X11 1X1 X2X2; Quadrante Norte: 212 111 1X1 12X2; Tempo e Resultados: 212 1X1 1XX X2XX; Secção Desportiva/Rádio Comercial: 2X2 111 111 2222; Tempo de Desporto: 212 1X1 1XX X222; Resenha Desportiva: 21X XX1 11X 2X12; Pano-

rama: 21X 11X 11X 11X2; Placard Desportivo: 2X1 1X1 211 X122; Alvo Desportivo: 111 1X1 111 1122; Rádio Alvo: X1X X11 XX1 XX11; Alvo: 2X1 121 12X 2XXX; Alvo Suplemento: X1X XX1 X11 11XX; Música e Desporto/Rádio Placard: 21X 11X 211 1X21.

AGENDA

I Série N.º 68
Dia 22 de Março

DIÁRIO DA REPÚBLICA



SUMÁRIO

Presidência do Conselho de Ministros

Resolução do Conselho de Ministros n.º 10/90:
Obriga a que todas as obras e infra-estruturas financiadas pelo Estado e que se relacionem com a temática dos Descobrimentos afixem o emblema próprio das comemorações, previsto no Decreto-Lei n.º 322/89, de 26 de Setembro.

Ministério da Agricultura, Pescas e Alimentação

Decreto-Lei n.º 103/90:
Desenvolve as bases gerais do regime de emparcelamento e fraccionamento de prédios rústicos.

Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações

Portaria n.º 211/90:
Lança em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, uma emissão de selos com tarja fosforescente alusiva às «Datas da História de Portugal».

Portaria n.º 212/90:
Cria e põe em circulação bilhetes-postais simples para o serviço nacional.

Portaria n.º 213/90:
Lança em circulação, cumulativamente com as que estão em vigor, o primeiro grupo da emissão de selos base com tarja fosforescente alusiva aos «Navegadores portugueses».

Região Autónoma dos Açores

Governo Regional

Decreto Regulamentar Regional n.º 13/90/A:
Altera o quadro de pessoal da Junta Autónoma do Porto da Horta.

PESSOAS & FACTOS

«Boletim-Magazine do Porto de Lisboa»

No seu número 286, acaba de ser distribuído o «Boletim-Magazine do Porto de Lisboa», publicação trimestral da Administração do Porto de Lisboa.

Como habitualmente, reúne vasta informação técnica sobre a actividade do maior porto português, o seu equipamento e os seus quadros. De salientar também as referências ao projecto de desenvolvimento que propõe dotar as instalações portuárias de muito maior capacidade e de modernização compatível com as suas tradições.



Swissair: mais espaço para os passageiros

Arrumar as pernas numa posição minimamente confortável é o problema que se põe a muitos dos passageiros de estatura mais elevada, no espaço irrisório que muitas companhias põem ao seu dispor nas classes económicas dos seus aviões.



É, por isso, uma decisão que agradará particularmente aos mais altos a que tomou a Swissair no sentido de aumentar em cinco centímetros o espaço entre as filas da «Business Class» de toda a frota, suprimindo lugares na primeira classe, e de oferecer, além disso, nos aviões de longo curso, mais espaço transversal, reduzindo de oito para sete o número de lugares por fila. Esta medida coincide com a renovação da decoração de interiores da frota, que passará, além disso, a dispor de modernos aparelhos MD-11, em substituição dos DC-10.

HOJE

CONTINENTE

Em todo o território: - Céu geralmente muito nublado. Vento fraco ou moderado de Noroeste e aguaceiros fracos, em especial durante a tarde.

Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 1 a 2 metros na Costa Ocidental e de pequena vaga com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.

Amanhã: - Céu pouco nublado, temporariamente muito nublado nas regiões do Norte, com possibilidade de aguaceiros fracos pela manhã. Vento fraco a moderado.

Depois de amanhã: - Céu pouco nublado ou limpo e vento fraco a moderado de Norte. Pequena descida da temperatura.

AÇORES

Grupo Ocidental: - Períodos de céu muito nublado e vento Leste fraco a moderado. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 a 3 metros.

Grupo Central: - Períodos de céu muito nublado e vento Nordeste moderado, rodando para Leste. Mar de pequena vaga com ondulação Noroeste de dois a três metros.

Grupo Oriental: - Períodos de céu muito nublado e vento Nordeste moderado, tornando-se de Leste, por vezes forte.

Amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento Leste fraco a moderado, por vezes forte no Grupo Oriental.

Depois de amanhã: - Períodos de céu muito nublado e vento Leste moderado, por vezes com rajadas.

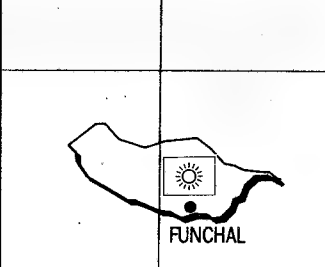
MADEIRA

Céu geralmente muito nublado, em especial por nuvens médias e altas. Vento Nordeste fraco a moderado e possibilidade de aguaceiros. Mar cavado a de pequena vaga com ondulação Noroeste de 2 metros na Costa Norte e mar encrespado com ondulação Sueste de 1 metro na Costa Sul.

No Funchal: - Céu geralmente muito nublado, em especial de nuvens médias e altas. Vento fraco.

* Informação do Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica

MADEIRA

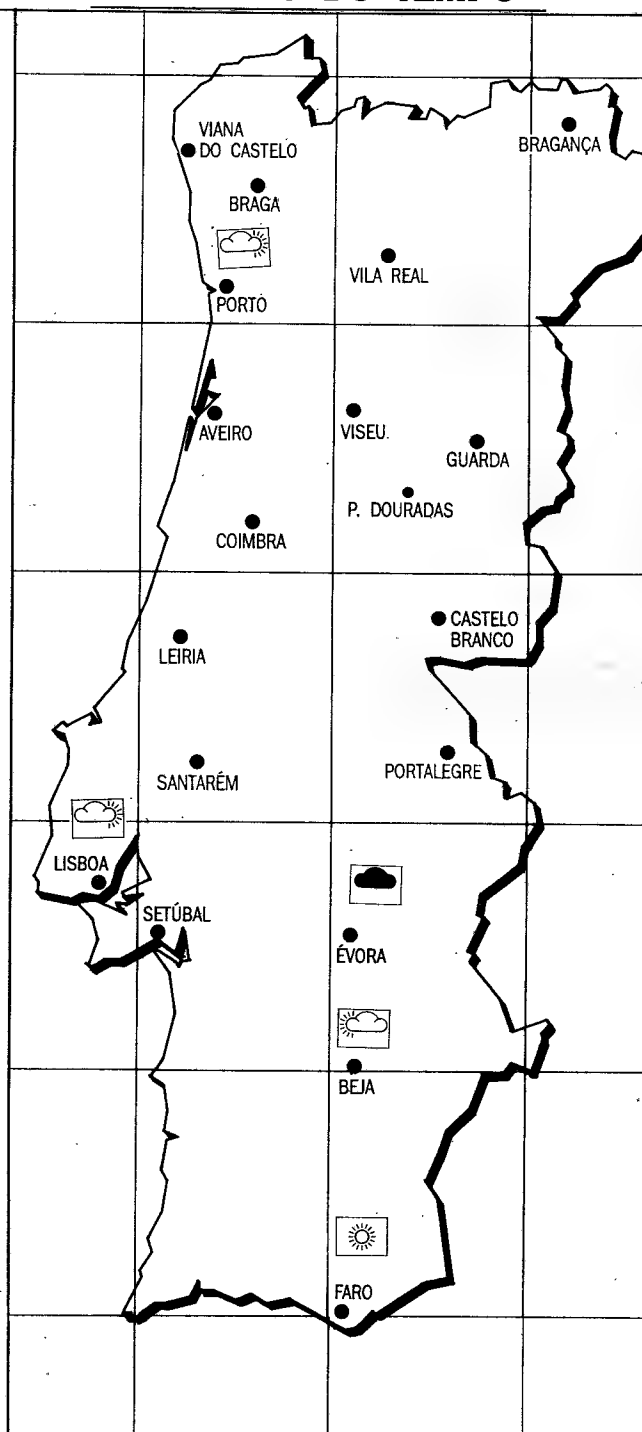


	Céu limpo
	Céu pouco nublado
	Céu muito nublado
	Chuva
	Trovoada
	Neve
	Vento
	Mar calmo
	Mar encrespado

MARÉS

Hoje			
PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
—	—	05.28	1,4m
12.13	2,9m	17.48	1,4m
Amanhã			
00.26	3,1m	06.19	1,1m
12.59	3,2m	18.35	1,1m

O ESTADO DO TEMPO



PORTUGAL

	Min.	T. 6 h	Às 18 h	
Bragança.....	6	7	M. nub.	
V. Castelo.....	10	10	Nebulim	
Vila Real.....	9	9	M. nub.	
Porto.....	9	10	Nebulim	
P. Douradas.....	-	-	-	
Coimbra.....	10	10	M. nub.	
C. Carvoeiro.....	15	15	P. nub.	
C. Branco.....	12	13	P. nub.	
Portalegre.....	17	18	Limpo	
Lisboa.....	13	13	Nebulim	
Évora.....	15	16	M. nub.	
Beja.....	11	12	P. nub.	
Sines.....	14	17	M. nub.	
Faro.....	11	16	Limpo	
Sagres.....	10	12	M. nub.	
P. Delgada.....	13	13	M. nub.	
Horta.....	11	12	P. nub.	
Funchal.....	20	20	Limpo	

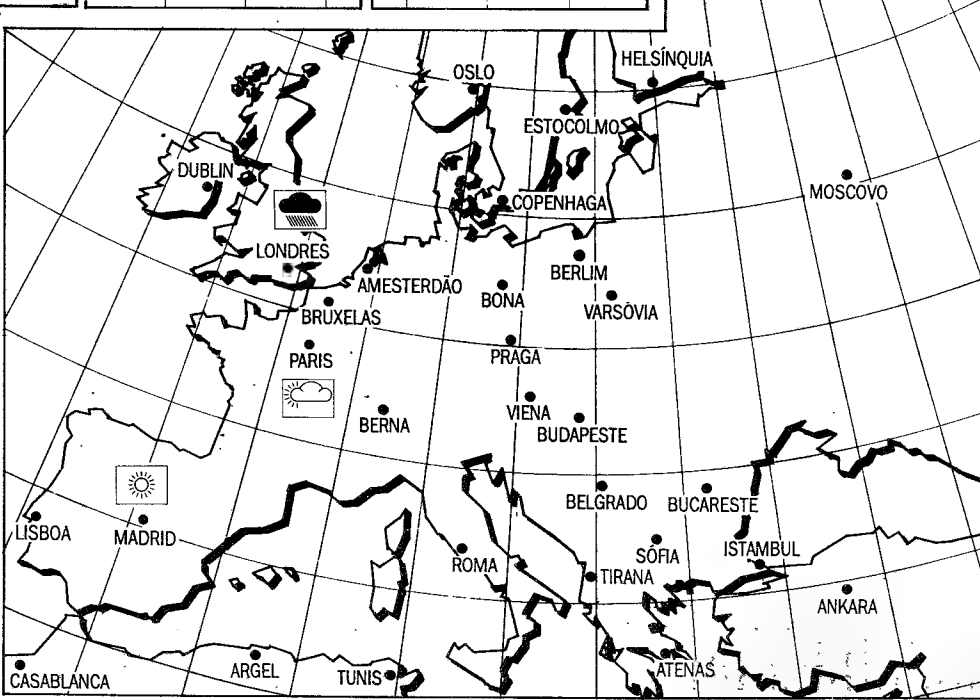
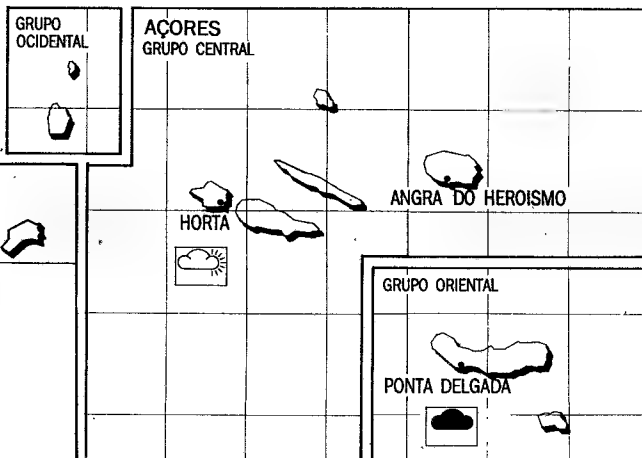
Tem. máx. prevista para hoje: Lisboa, 22; Porto, 21; Faro, 21; P. Delgada, 17; Funchal, 26.

EUROPA

	Min.	T. 6 h	Às 18 h	
Madrid.....	5	5	P. nub.	
Londres.....	9	9	Chuva	
Paris.....	9	10	Nebulim	
Bruxelas.....	11	11	Chuva	
Amsterdão.....	10	10	Chuva	
Genebra.....	5	5	Nebulim	
Roma.....	5	10	Nevoeiro	
Oslo.....	5	6	P. nub.	
Copenhaga.....	7	7	Nebulim	
Estocolmo.....	6	6	P. nub.	
Berlim.....	12	12	Bruma	
Viena.....	10	11	P. nub.	
Varsóvia.....	10	11	M. nub.	
Atenas.....	9	12	P. nub.	
Moscovo.....	1	1	Neve	

MUNDO

	Min.	Máx.	Às 13 h	
Chicago.....	4	12	Aguaceiros	
Houston.....	13	27	P. nub.	
Los Angeles.....	14	28	M. nub.	
Montreal.....	-2	5	P. nub.	
Nova Iorque.....	4	16	Limpo	
S. Francisco.....	11	20	M. nub.	
Toronto.....	2	12	Aguaceiros	
Vancouver.....	7	13	P. nub.	
Washington.....	2	18	Limpo	
Hong Kong.....	14	20	Chuva	
Melbourne.....	11	24	Limpo	
Pequim.....	4	11	M. nub.	
Perth.....	16	27	Limpo	
Singapura.....	26	32	Aguaceiros	
Sydney.....	15	25	Aguaceiros	
Tóquio.....	6	16	Limpo	
Wellington.....	9	19	Aguaceiros	



AGENDA

FARMÁCIAS

LISBOA

SERVIÇO

PERMANENTE

Bairro América: Costa Ferreira, Rua Fernão Magalhães, 33, Tel. 8149448; **Baixa:** Du-rão, Rua Garrett, 90, Tel. 3476185; **Campo de Ourique:** Condestável, Rua Coelho da Rocha, 119, Tel. 666206; **Chile - Alto São João:** Vitalis, Rua Morais Soares, 69-C, Tel. 8141779; **Estefânia:** Morgado Lourenço, Largo D. Estefânia, 4-5, Tel. 554808; **Estrela:** Martins, Calçada da Estrela, 165-167, Tel. 660823; **João XXI:** Onilda, Av. João XXI, 13-A, Tel. 886848; **Ameixoeira - Lumiar:** Santos, Al. António Sérgio, 8-C - Urb. Quinta Santa Clara; **Marquês Pombal - Picoas:** Correia Almeida, Av. Fontes Pereira de Melo, 21 B-C, Tel. 547385; **Olivais Norte:** Central Olivais, Rua Alferes Barrilero Ruas, 7-C, Tel. 315539; **Palhavã:** Aguiar, Av. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A, Tel. 7260934; **Santo Amaro:** Correia Azevedo, Rua Luís Camões, 42-B, Tel. 3638625; **Carnaxide:** H. Amaral, Praceta António Boto, 11-A, Tel. 4104556; **Moscavide:** Império, Rua 1 de Maio, 48-A, Tel. 2513234; **Odivelas:** Nabais Vicente, Rua A, Lote 19-A - Loja E (Urb. Codivel), Tel. 9816803; **Pontinha:** Pontinha, Estrada Santo Elói, 4 - Lote SE, Tel. 479220.

REFORÇO

Ajuda: Lúcia Almeida, Calçada da Ajuda, 170, Tel. 3637318; **Alvalade:** Cartaxo, Av. da Igreja, 21-C, Tel. 897958; **Avenidas Novas:**

Valle, Av. Visconde Valmor, 60-B, Tel. 773043; **Benfica - Igreja:** Marques, Estrada Benfica, 648, Tel. 700096; **Campolide:** Pátria, Calçada dos Mestres, 30-A, Tel. 680627; **Hosp. São José - Desterro:** Silmar, Rua São Lázaro, 128, Tel. 542829; **Infante Santo - Pampilha:** Infante Santo, Rua Olival, 290, Tel. 661003; **Palácio São Bento:** Micael, Rua São Bento, 380-382, Tel. 662162; **Penha de França:** Central da Penha, Rua da Penha de França, 58-60, Tel. 8149245; **Picheleira:** Marluz, Calçada da Picheleira, 140 B-C, Rua Prof. Mira Fernandes, MAF, Tel. 880703; **Vale Formoso - Poço Bispo:** Barros Gouveia, Rua Vale Formoso de Cima, 79-B, Tel. 8595180; **Brandoa - Amadora:** Tavares Matos, Rua Irene Lisboa, Lote 108, Tel. 993220; **Buraca - Amadora:** Gaspar Pote, Rua das Gaíças, Lote 16 (Bairro Zambujal), Tel. 902221; **Olival Basto:** Nova, Rua Açores, 11-A, Tel. 9810305.

LINHA

DE CASCAIS

Algés: Cabrita, P. Miraflores, Lote 2-B, Tel. 4101486. Permanente; **Linda-a-Velha:** Pinto, R. Antero Quental, 9, Tel. 4190610. Permanente; **Tires:** Guimarães, L. Duartes, Lote A-r/c, Tel. 2441616. Até às 22 h; **Alcabideche:** Carvalho, B.º Padre P. Correia, 4, Tel. 2690363. Até às 22

h; **Porto Salvo:** Ferreira Bastos, R. D. Firmino Rebelo, Tel. 2421015. Até às 22 h; **Carcavilos:** Central, R. 5 de Outubro, 25, Tel. 2470037. Permanente; **S. Dom. Rana:** Godinho Silveira, R. A. Albuquerque, Lote B-Lj. 2, Tel. 2470361. Até às 22 h; **Malveira da Serra:** Luz, Estrada Nacional, Tel. 2850635. Até às 22 h; **Oeiras:** Alcântara Guerreiro, P. Residencial Dr. Augusto Castro, Lote 10, Tel. 4430691. Permanente; **Parede:** Grincho, Av. República, 87-A, Tel. 2471204. Permanente; **Sassoeiros:** Amaral Semblano, Quinta das Encostas, Tel. 2461312. Até às 22 h; **Birre:** Imani, Lote 7-B - Hera, Tel. 2852121; **Madorna:** Madeira, Rua A, Tel. 2476326. Até às 22 h; **Amoreira:** Abrantes, Viv.ª Maria Carlos Anjos, Tel. 2682313. Até às 22 h; **Estoril:** Parque, Arcadas do Parque, 3, Tel. 260191. Até às 22 h; **Cascais:** Misericórdia, R. Regimento, 19, 41, Tel. 280141. Permanente.

LINHA

DE SINTRA

Amadora: Jardim, Av. Conde Oeiras, 120 - Reboleira, Tel. 4953424. Permanente; **Confiança:** Av. D. Nuno Álvares Pereira, 15-A, Tel. 4938149. Até às 22 h; **Damaia:** Lemos, R. Goa, 21-A, Tel. 971121. Permanente; **Queluz:** Azeredo, A. Quinta Mirante, Lote 47-I, Tel. 4350879. Permanente;

Albergaria: L. Prof. Dr. José Mineiro, 42 - Q. Baixo, Tel. 4356487. Até às 22 h; **Cacém:** Guerra Rico, Av. Bombeiros Voluntários, Tel. 9244002. Permanente; **Algueirão:** Vítor Manuel, Est. Algueirão, 123, Tel. 9217814. Até às 22 h; **Mercês:** Claro Russo, R. Abade Faria, 2-A, Tel. 9215275. Até às 22 h; **Rinchoa:** Cargaleiro Lourenço, Calç. Rinchoa, 2, Tel. 9260404. Até às 22 h; **Sintra:** Teresa Garcia, L. D. Afonso, 3-A, Tel. 9232747. Permanente; **Colares:** Abreja, Tel. 9290088; **Loures:** Sálvia, Av. República, 29, Tel. 9831240. Até às 22 h.

OUTRA

BANDA

Almada: Cristo Rei, Av. Cristo Rei, 31-A, Tel. 2766498. Permanente; **Cova da Piedade:** Avelar Silva, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A, Tel. 2750337. Permanente; **Monte de Caparica:** Nova, Q. Trab. Rurais, 82, Tel. 2954436. Até às 19 h; **Costa de Caparica:** Chai, Av. General Humberto Delgado, Tel. 2903218. Até às 19 h; **Laranjeiro:** Moderna, R. Dr. Ant.º Elvas, 8-A, Tel. 2290305. Até às 22 h; **Lavrado:** J. Consolado, Av. Joa. Fernandes, 17-C, Tel. 2043126. Até às 19 h; **Sesimbra:** Leão, Av. Liberdade, 13, Tel. 2233471. Até às 19 h; **Barreiro:** Moderna, R. D. Henriqueta Gomes Araújo, 12, Tel. 2273443. Permanente; **Baixa da Banheira:** Cardoso, R. Liberdade, 59, Tel. 2040144. Até às 19 h; **Corroios:** Universo, Est. Nacional, 10, Tel. 2535484. Até às 19 h; **Amora:** Nobre Guerreiro, R. Dr. Emídio G. Mendes, 34, Tel. 2212923. Permanente; **Arrentela:** Ana Branco, Quinta Murtinheira, Tel. 2215590.

HÁ 20 ANOS



Hanoi acusa a CIA

A Rádio norte-vietnamita, captada em Hong-Kong, declarou ontem que a deposição do chefe do Estado cambodiano, príncipe Norodom Sihanouk, foi um golpe de Estado organizado pelos americanos. Neeste seu primeiro comentário a respeito dos acontecimentos de 18 de Março, Rádio Hanoi cita informações da Imprensa ocidental revelando que a CIA está implicada no caso e sublinha a pressa com que os Estados Unidos e o Vietnã do Sul reconheceram o novo Governo cambodiano (ortografia das décadas de 60/70).

EUA: soldados na greve dos correios

O pessoal dos correios desafiou o Governo e os dirigentes do seu próprio sindicato e propagou a mais cidades a greve ilegal com que procura obter melhores salários. (...) Só na cidade de Nova York estão por distribuir mais de 15 milhões de peças de correio.

Arana Osório presidente da Guatemala

O Congresso elegeu o coronel Carlos Arana Osório, de 51 anos, presidente da República da Guatemala. Arana Osório obteve o maior número de votos entre os três candidatos presidenciais nas eleições gerais de 1 de Março, mas por não ter conseguido a maioria absoluta teve o Congresso de decidir a questão. O novo presidente sucede em Julho próximo a Julio Cesar Mendez de Montenegro.

EFEMÉRIDES

1895

• Os irmãos Lumiere efectuam, em Paris, a primeira demonstração pública do seu cinematógrafo.

1968

• O Governo de Salazar fixa residência, na ilha de S. Tomé, ao dirigente oposicionista Mário Soares.

1981

• Morre o poeta espanhol Pedro Garcia Cabrera, 75 anos, um dos impulsionadores do surrealismo em Espanha.

1982

• O «vaivém» espacial norte-americano Columbia é lançado de cabo Canaveral, Florida, com dois astronautas a bordo, na sua terceira missão espacial.

1985

• O Parlamento português aprova, por unanimidade, a lei dos objectores de consciência.

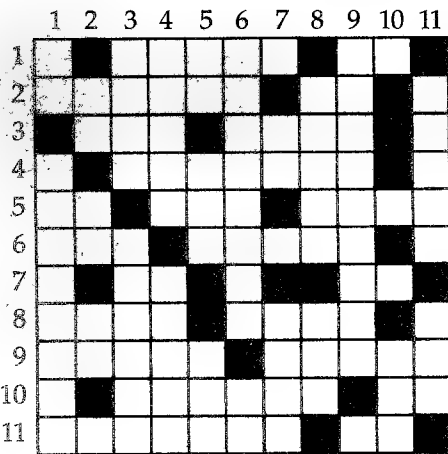
1988

• Realiza-se a cerimónia de gemação de Lisboa e Rabat.

1989

• O secretário de Estado da Administração da Saúde, Costa Freire, anuncia ter pedido a exoneração do cargo que desempenhava no Governo de Cavaco Silva.

PALAVRAS CRUZADAS



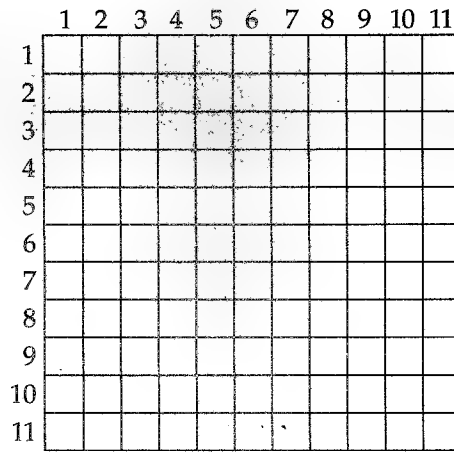
PROBLEMA N.º 17883

HORIZONTAIS:

- 1 - Tempo do verbo ser.
- 2 - Irão para fora. Boro (s.q.).
- 3 - Vai para fora.
- 4 - Parte do engaste que se dobra sobre a pedra preciosa para a prender.
- 5 - Ondas curtas. Ente.
- 6 - Chefe etíope. Consuma.
- 7 - Língua antigamente falada ao sul do rio Loire. Miriare.
- 8 - A voz do lobo e de outras feras. Trepo.
- 9 - Erva rasteira. Sobre.
- 10 - Desmontem. Alumínio (s.q.).
- 11 - Ligarias. Mililitro (abrev.).

VERTICAIS:

- 1 - Pertences. estado da Europa que ocupa parte da orla ocidental da Península Ibérica.
- 2 - Carta de jogar. Centiare.
- 3 - Dar mios.
- 4 - Uma das constelações zodiacais também chamada Carneiro. Defraudar.
- 5 - Sódio (s.q.). Felicidade.
- 6 - Tabela que indica as horas em que se fazem certos serviços. Cálcio (s.q.).
- 7 - Pátria de Abraão.
- 8 - Larvas das feridas dos animais.
- 9 - Domesticar.
- 10 - Bigorna de ourives.
- 11 - Recitar. Calamidade.



PROBLEMA N.º 16693

HORIZONTAIS:

- 1 - Estado da Europa setentrional ao N. da Alemanha.
- 2 - Aventura. Letra grega.
- 3 - O lado do vento. Opulentos.
- 4 - Esquadrão. Antes de Cristo.
- 5 - Ilha e cidade da península de Malaca.
- 6 - Cério (s.q.). Rio do Congo.
- 7 - Prefixo que designa afastamento.
- 8 - Calçado grosseiro (pl.).
- 9 - Gritarias.
- 10 - Duzentos em romano.
- 11 - Oceano. Carta de jogar.

VERTICAIS:

- 1 - Região da Jugoslávia, à beira do Adriático. Cálcio (s.q.).
- 2 - Pronome pessoal.
- 3 - Sódio (s.q.). Carta de jogar.
- 4 - Graveja.
- 5 - Aproximadas.
- 6 - Miriare. O mesmo que ninho.
- 7 - Escachado.
- 8 - Rata.
- 9 - Instrumentos para atirar setas.
- 10 - Imitações. Cobre (s.q.).
- 11 - Prendo. Rio da Sibéria.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 17 882

HORIZONTAIS: 1 - AMIGO. 2 - Vararam. Per. 3 - Ita. Ameigar. 4 - Lidariam. 5 - Ano. Agt. Nas. 6 - Fim. 7 - Trios. Nan. 8 - MLE. Algas. 9 - Depor. Aura. 10 - Olon. Dosear. 11 - Soro. Eu. Mía. VERTICAIS: 1 - Ávila. TO-DOS. 2 - Matinar. Elo. 3 - Irado. Impor. 4 - Ga. Colono. 5 - Orara. Sir. 6 - AMIGO. DE. 7 - Ameai. Na. Ou. 8 - Im. Falas. 9 - Pg. NINGUÉM. 10 - Doavam. Arai. 11 - Erras. Isara.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 16 692

HORIZONTAIS: 1 - Zigoma. Xaca. 2 - Amoras. Aros. 3 - Coitos. Moça. 4 - Ao. Acamar. 5 - Aar. Ale. Ara. 6 - Si. Artur. 7 - Rã. Ra. Anas. 8 - Xareu. As. Mo. 9 - Iriam. Sol. 10 - Amoro. 11 - Oca. Rolas. VERTICAIS: 1 - Zaclas. Xiró. 2 - Imo. Airar. 3 - Gojar. Arica. 4 - Orto. Ea. 5 - Mão. Arrumar. 6 - Assalta. Mo. 7 - Céu. Atol. 8 - Xamã. Ras. Rã. 9 - Aroma. Sós. 10 - Coçariamos. 11 - Asara. Solar.

PROVÉRBIO: AMIGO DE TODOS, AMIGO DE NINGUÉM.

Resolva completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

CARTAZ

CINEMAS

LISBOA

ALFA CLUB

Avenida Almirante Gago Coutinho Tel.806496
OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas.

ALFA 1

NASCIDO A 4 DE JULHO
Filme de Oliver Stone
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.30 e 00.30 horas.

ALFA 2

MISS DAISY
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

ALFA 3

SHIRLEY VALENTINE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

ALFA 4

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Filme de Peter Weir c/Robin Williams
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45, 00.15

AMOREIRAS 1

Shopping Center de Lisboa
Telef. 691275
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 13.30, 16.15, 19.00, 21.45 e 00.30 horas.

AMOREIRAS 2

MISS DAISY
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 3

SHIRLEY VALENTINE
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.30 e 00.15 horas

AMOREIRAS 4

QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 5

OS DEUSES DEVEM ESTAR LOUCOS II
Maiores de 6 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 6

OS FABULOSOS IRMÃOS BAKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas

AMOREIRAS 7

FLORES DE AÇO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 8

NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.45, 15.45, 17.45, 19.45, 21.45 e 00.15 horas.

AMOREIRAS 9

VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e

Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas.

AMOREIRAS 10

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 horas..

APOLO 70

Av. Júlio Dinis, 10-A
Telef. 763319
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

BERNA

Av. Marquês de Tomar, 10
Telef. 776098
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.00, 18.00, 21.30 horas

CINE CAMÕES

R. do Loreto, 15
Telef. 324194
OS MESTRES DO KUNG-FU
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.15, 16.30 e 21.30 horas

CAPITÓLIO

Parque Mayer
INVESTIGAÇÕES SEXUAIS
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos
Sessões às 15, 17, 19, 21 e 23 horas.

CINEBOLSO

R. Actor Taborda, 27
Telef. 573407
O QUE É O VIBRADOR MALTÊS?
Hard-core-1º escalão (porno)
Maiores de 18 anos.
Sessões às 12.30, 14.30, 16.45, 19.00, 21.30 e 23.30.

CINE 222

Av. Praia da Vitória, 37
Telef. 533253
FLORES DE AÇO
Maiores de 16 anos.
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.
SILVERADO
Maiores de 18 anos
Às 24.00 horas.

CINE PORTELA

ESTÚDIO SHEZA
Telefone 9434762
BRIGADA ASSASSINA
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.15 e 21.15 horas

CINEMATECA

PORTUGUESA
R. Barata Salgueiro, 39 - Telef. 546085
WE CAN'T GO HOME AGAIN
Filme de Nicholas Ray, às 18.30 horas.
TABU
Filme de F. W. Murnau e Robert Flaherty, às 21.30 horas.



QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?

PUB

Em exibição

SALA 4

Quarteto

M/16 anos

CITY CINE

R. Tomás Ribeiro, 34
Telef. 549999
NOVE SEMANAS E MEIA
Filme de Adrian Lyne
Maiores de 18 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

CONDES

Av. da Liberdade, 2
Telef. 322523
ROCK DE FOGO
Filme de Sidney Lumet
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

ESTÚDIO

Alameda D. Afonso Henriques, 35
Telef. 555134
CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas.

ESTÚDIO ACS

Av. da Igreja, 17-F
Telef. 8487255
ALVOS HUMANOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

FONTE NOVA 1

Estrada de Benfica 503
Tel 7145088
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 horas

FONTE NOVA 2

NEGÓCIO DE FAMÍLIA
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.30, 18.45 e 21.15

FONTE NOVA 3

QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS

Maiores de 6 anos
Sessões às 14.45, 16.30, 18.45 e 21.15 horas.

FORUM PICOAS

Av. Fontes Pereira de Melo
Telef. 541037
AUDITÓRIO 1
O BANDO DAS QUATRO
Filme de Jacques Rivette
Maiores de 12 anos
Sessões às 13.00, 15.45, 18.30 e 21.30 horas.

FORUM PICOAS

AUDITÓRIO 2
O PROCESSO DO REI
Filme de qualidade de João Mário Grilo
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.00, 16.00, 18.00, 20.00 e 22.00 horas.

IMPÉRIO

Alameda D. Afonso Henriques
Telef. 555134
NASCIDO A 4 DE JULHO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30

KING GEMINI

R. Sousa Lopes
Telef. 8480808
O RIO DA MORTE
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.30, 18.30 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 1

Rua Bulhão Pato, 1-C
Telef. 8480808
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
Maiores de 6 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30 horas.

KING TRIPLEX 2

CLUBE DOS POETAS MORTOS
Maiores de 12 anos
Sessões às 14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

KING TRIPLEX 3

LIMPO E SÓBRIO
Maiores de 16 anos
Sessões às 14.30, 17.00, 19.30 e 21.45 horas.

LAS VEGAS 1

Pingo Doce - Alcântara
Telef. 3631162
ROCK DE FOGO
Maiores de 16 anos
Sessões às 15.15, 18.30 e 21.30 horas.

LAS VEGAS 2

OS FABULOSOS IRMÃOS BACKER
Maiores de 12 anos
Sessões às 15.30, 18.45 e 21.45 horas.

LONDRES

Av. de Roma, 7-A
Telef. 801313
VALMONT
Filme de qualidade de Milos Forman, c/Colin Firth e Annette Bening
Maiores de 16 anos
Sessões às 14, 16.30, 19 e 21.30

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA 1.º JUÍZO ANÚNCIO

Por este Tribunal correm editos de 30 dias, que começarão a contar-se da 2.ª e última publicação do anúncio citando os réus para no prazo de VINTE dias, findo o prazo dos editos, contestarem a acção, sob pena de poderem vir a ser condenados no pedido que em extracto, é o seguinte: ser declarado que o prédio urbano sito em Lisboa na Rua do Salitre, 106, freguesia de S. Mamede, pertence ao autor e aos réus nas proporções indicadas no artigo 9.º da petição inicial, cujo duplicado se encontra na Secretaria deste Juízo à disposição dos citandos ordenando-se a rectificação do que consta do Registo Predial, tudo com as legais consequências. Acção ordinária n.º 4279, 3.ª Secção.

Autor Jaime Júlio Henriques de Menezes e Vasconcelos, residente na Rua Cidade de Nova Lisboa, 61, em Lisboa.

Réus — CARLOS JÚLIO MONTEIRO DE MELO E CASTRO, ausente em parte incerta e com última residência conhecida em Novo Redondo — Angola, FRADIQUE OSCAR HENRIQUES MONTEIRO DE MELO E CASTRO, que foi residente no Largo do Carmo, 18-2.º, Dt.º em Lisboa, e outros.

Lisboa, 14 de Março de 1990.

O Juiz de Direito,
Jorge Paixão Pires
Pel'O Escrivão de Direito,
Vitor Fernandes Dias

DL-2.º Pub — 22/3/90

ANÚNCIO TRIBUNAL JUDICIAL DE LEIRIA

Processo N.º 27/90 1.ª Secção 4.º Juízo

Faz-se saber que no dia vinte seis do mês de Abril, pelas 14 horas, no Tribunal desta Comarca, no processo de carta Precatória extraída dos autos de Inventário Obrigatório n.º 7/87, a correr termos no T. Judicial do Seixal, a que se procede por óbito de António Eduardo Gonçalves e desempenho as funções de cabeça de cabeça de casal Maria Alcina André M. Nunes de Sousa, residente em Rua Sociedade Filarmónica Operária Amorense, Lote 20-4.º Esq.º, na Amadora 2840 SEIXAL, não-de ser postos em praça para serem arrematados ao maior lance oferecido, acima dos respectivos preços anunciados, os seguintes:

— Veículo ligeiro de mercadorias, da marca TOYOTA, DINA DIESEL, de matrícula SP-98-23, de caixa aberta, a qual vai á praça pelo valor de 650 000\$00 (seiscentos e cinquenta mil escudos).

O referido veículo encontra-se em casa de VÍTOR PEDROSA FRIAS, conhecido pelo filho de Maria do Outeiro, residente em Sismaria — Monte Redondo — Leiria.

Leiria, 1 de Março de 1990.

O Juiz de Direito,
António Joaquim Piçarra
A Escrivã Adjunta,
Maria Preciosa Marques Oliveira

DL-22/3/90 — 2.º Pub

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA 2.º ANO
PRAÇA DE ESPANHA — RESERVAS TEL. 726 08 18
NO ESPACO DO CAFE-TEATRO * UM NOVO ÊXITO *
FESTIVAL DA OTITE!
SABADOS AS 24 h * APOIO SAMSUNG

CARTAZ

Telef. 326305
PHOENIX - A GUERREIRA
 Filme de Robert Hayes
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

QUARTETO 1
 R. Flores de Lima, 16
 Telef. 771378
CIÚMES DE MORTE
 Filme de Nicholas Broomfield
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.00, 16.45, 18.30, 20.15, 22.00 e 24.00 horas.

QUARTETO 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 3
FLORES DE AÇO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 17.00, 19.30, 21.45 e 24.00 horas.

QUARTETO 4
QUE FIZ EU PARA MERECER ISTO?
 Filme de Pedro Almodovar
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.15, 18.15, 20.00 e 22.00 horas.

SÃO JORGE 1
 Avenida da Liberdade, 175
 Telef. 579144
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.15, 18.15 e 21.15 horas.



Pauline Collins, em «Shirley Valentine»

SÃO JORGE 2
SHIRLEY VALENTINE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

SÃO JORGE 3
MISS DAISY
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.30, 16.45, 19.15 e 21.45 horas.

7ª ARTE
 Av. da República
 Telef. 730715
QUERIDA EU ENCOLHI OS MIÚDOS
 Maiores de 6 anos
 Sessões às 14.45, 17, 19 e 21.30

STAR
 Av. Guerra Junqueiro, 14-C
 Telef. 804210

FLORES DE AÇO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

TERMINAL
 Estação do Rossio
 Telef. 371573
ESCORPIÃO VERMELHO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 13, 15, 17, 19 e 21.30 horas

TURIM
 Estrada de Benfica, 723-A
 Telef. 706666
CORAÇÕES DE AÇO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.00, 17.30 e 21.30 horas.

XENON
 Av. da Liberdade, 9
 Telef. 3468446
LIMPO E SÓBRIO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 horas

AMADORA
BABILÓNIA
 Centro Comercial Babilónia
 Telef. 4934871
ASSASSINATO SOB CUSTÓDIA
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 horas.

CACÉM
ESTÚDIO FLORES
 Telef. 9247570
OS REIS DA NOITE

Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.00 e 21.30 horas.

QUELUZ
KING D. PEDRO III
 Telef. 4364845
SALA 1
RIO DA MORTE
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.00, 18.00 e 21.15 horas.
SALA 2
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15, 18.15 e 21.30 horas.
SALA 3
CORAÇÕES DE AÇO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.30, 18.30 e 21.45 horas.

CASCAIS
OEIRAS
ALTO DA BARRA 1
 Av. das Descobertas - Telef. 4439759
ROCK DE FOGO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

ALTO DA BARRA 2
COMO O CÉU SE ENGANOU
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

NOVA OEIRAS
CINE PALMEIRAS 1
 Telef. 2479144
CLUBE
DOS POETAS MORTOS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

CINE PALMEIRAS 2
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.30 e 21.45 horas.

CARCAVELOS
ATLÂNTIDA CINE
 Telef. 2465653
PROFISSÃO DURO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

CASCAIS
MIRAMAR 1
 Telef. 2841744
NASCIDO A 4 DE JULHO
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.15 e 21.15 horas.

MIRAMAR 2
FLORES DE AÇO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.15 e 21.30 horas.

OXFORD
 Avb. 25 de Abril - Telef. 2865027
ROCK DE FOGO
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 16.00 e 21.30 horas.

ALMADA

ALMADA
ACADEMIA
ALMADENSE
 Telef. 2752127
MANOBRAS PRIVADAS
 Maiores de 12 anos
 Sessões às 15.30 e 21.30 horas.

COSTA DE CAPARICA
CINEMA PESCADOR
 Telef. 2905350
AS LOUCURAS
DO MEU FANTASMA
 Maiores de 16 anos
 Sessões às 15.30, 21.45 horas.

TEATRO LISBOA

TEATRO DE CARNIDE
 Azinhaga das Freiras - Telef. 7145178
 Sextas e Sábados às 21.30 horas
DIVINAS PALAVRAS
 De Ramón del Valle-Inclán.

TEATRO DA COMUNA
 Praça de Espanha - Telef. 7260818
 De 2ª a Sáb. às 21.30 horas.
 Dom. às 17.00 horas, descanso à 4ªFeira
SALA NOVA
PÉCORA de Natália Correia.
 Em cena até ao final do mês.
CAFÉ TEATRO
FESTIVAL DA OTITE
 De Carlos Paulo
 Em cena aos Sábados às 24 horas.

TEATRO DA CORNUCÓPIA
 R. Tenente Raul Cascais, 1-A - Telef. 661515/669205
 De 5ª a Sáb. às 21.30. Dom. e Feriados às 16.00 horas
SALADA
 De Tristan Rémy.

RITZ CLUBE
 R. da Glória, 57 - Telef. 325140
 De 5ª a Sábado às 21.30. Sá
FECHADO PARA OBRAS

TEATRO ABC
 Parque Mayer - Telef. 3466783
 De 3ª a Domingo às 20.30 e 22.45. Domingos e Feriados às 16 horas
AI CAVAQUINHO
 De Eduardo Damas c/ Camilo de Oliveira, Miguel Simões e Paulo César.

COMUNA
 TEATRO DE PESQUISA

«ESPECTÁCULO DE QUALIDADE»
 D.G.E. / D.A.

DE 5.ª FEIRA A SÁBADO ÀS 21.30 H
 DOMINGO ÀS 17 H

*ultimas!
 *só até ao fim do mês

A PÉCORA

«AUTO DA PAIXÃO DE SANTA MELÂNIA»

TEXTO: NATÁLIA CORREIA
 ENCENAÇÃO: JOÃO MOTA
 MÚSICA: JOSE MARIO BRANCO

«Encenação genial de João Mota... Uma paixão» — «Le Progres» FRANÇA

PRAÇA DE ESPANHA
TELEF. 726 08 18

SUBSÍDIOS: Secretaria de Estado da Cultura e Fundação Calouste Gulbenkian
 APOIOS: Publicações D. Quixote • Cabelleiro City • Rádio Comercial • Antena Um

Diário de Notícias

INATEL
 ACTIVIDADES CULTURAIS

TEATRO DA TRINDADE

AUTO DA INDIA

DE GIL VICENTE
 PELA COMPANHIA VICENTINA

TEATRO DE TODOS OS TEMPOS
 TEATRO • MÚSICA • BAILADO

7 de MARÇO a 29 de ABRIL de 1990

Actores	Bailarinos	
HERMINIA TOJAL	SAMUEL ESTEVES	CELIA CARDOSO
LUIS VICENTE	MARTA LAPA	ANTONIO FONTINHA
ANGELA PINTO	ANA BERGANO	(ACTOR BAILARINO)
JULIO MARTIN	FILIPA FRANCISCO	
JORGE PARENTE	CRISTINA BENEDITA	
	SOFIA LOPES	

ENCENAÇÃO E COREOGRAFIA: AGUEDA SENNA
 CENOGRAFIA E FIGURINOS: JOÃO QUINTÃO
 MÚSICA ORIGINAL: NUNO REBELO
 ASSISTENTE DE ENCENAÇÃO: GRAÇA CORRÊA
 ASSISTENTE DE COREOGRAFIA: JOÃO SENNA

De 5ª Feira a Sábado, às 21.45 horas.
 Domingos às 16 horas.
 Matinés especiais para as escolas.
 Descontos de 50% para os sócios do INATEL, C.C.Ds., Sindicatos e grupos de 10 ou mais pessoas.

TINTAS

A QUALIDADE AO SERVIÇO DAS ARTES GRÁFICAS

REPRESENTANTE EXCLUSIVO EM PORTUGAL

PRINSET
 PRINSET - TINTAS DE IMPRESSÃO, LDA.

MASSAMÁ - QUELUZ
TELEFONE - 4376976

SNOOPY POR SCHULZ



CARTAZ / TELEVISÃO

HOJE

RTP-1

- 16.40 - HOSPITAL CENTRAL
131º episódio
- 17.25 - BRINCA BRINCANDO
- 18.30 - RUA SÉSAMO
99º episódio
- 19.00 - JOGO DE CARTAS
- 19.20 - BOLETIM METEOROLÓGICO
PARA A AGRICULTURA
- 19.30 - TELEJORNAL
- 20.10 - BOLSA DIA A DIA
- 20.15 - O TEMPO
- 20.20 - BOLETIM AGRÁRIO
- 20.25 - VALE TUDO
75º episódio
- 21.10 - VAMOS JOGAR
NO TOTOBOLA
- 21.25 - SOFIA E CONSTANÇA
2º episódio: enquanto Sofia espera,
angustiadíssima, a entrada das tropas
prussianas em Paris, Constança leva
a vida calma e pacata com que
sempre sonhou, partilhando o seu
tempo entre a família e a loja de
fazendas herdada do pai.
- 22.20 - CONVERSAS VADIAS
Agostinho da Silva entrevistado por
Joaquim Letria
- 22.45 - NINA SIMONE
- 23.45 - 24 HORAS
- 00.15 - UM DIA
Prof. Rui Rodrigues
- 00.25 - REMATE
- 00.35 - CARTAS DE HUMOR

RTP-2

- 16.55 - BENJI E O PRÍNCIPE EX-
TRATERRESTRE
- 17.20 - A HISTÓRIA DOS INSTRU-
MENTOS MUSICAIS
22º programa: embora se possa falar
de uma "revolução" da tuba nos
Estados Unidos da América, este
instrumento foi aperfeiçoado, em
1935, pelo exército prussiano e ainda
é, hoje em dia, considerado como
característico das marchas na Ale-
manha.



Às 21.25 no 1º Canal, o 2º episódio de «Sofia e Constança»

- 17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA
LIMA
66º episódio
- 18.25 - A MÁCULA
2º episódio: a entrevista com Sophie
confirma a Laugel que Carol pode
estar na posse da chave do mistério
que envolveu a morte de Liz e do seu
filho. Laugel descobre ainda que o
dr. Garamance, um famoso psiquia-
tra, que podia estar relacionado com
o caso, se tinha suicidado. Será
mesmo suicídio ou um terceiro
crime?
- 19.35 - CLÁSSICOS DA TV
«Estrada 66», 25º episódio
- 20.25 - MAGAZINE MUSICAL
- 21.00 - JORNAL DAS NOVE
- 21.30 - ESPECIAL DESPORTO
- 22.00 - EMOÇÕES
9º episódio: na empresa discográfica
"Throb", o assunto que está na
ordem do dia relaciona-se com as
vantagens e desvantagens de encon-
tarmos e desentendimentos com pessoas descon-
hecidas. Depois de muita conversa,
fica estabelecido que não há nada
como tentar. Assim, Sandy decide
sair com alguém que nunca viu e,
para descontentamento de Zach, o
"blind date" é coroado de sucesso.
- 22.25 - SINAIS DO TEMPO
Os barões da droga do Perú, Bolívia



«O Meu Pé de Laranja Lima» às 17.50
no 2º Canal

e Colômbia - com o mercado dos
EUA a atingir quase o ponto de
saturação - voltam-se para o mercado
europeu, onde encontram a possibili-
dade de obter grandes fortunas, uma
vez que a cocaína nas ruas da Europa
é três vezes mais cara. A jornalista
britânica Alma Taft levou dois anos a
elaborar esta difícil reportagem que
agora a RTP 2 transmite, e faz alguns
"avisos à navegação" que será útil
serem ouvidos por outros países...

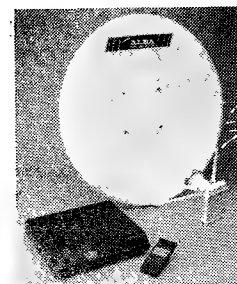
23.25 - QUINTA DIMENSÃO
15º episódio

ALBA

ANTENAS PARABÓLICAS
ACESSÍVEIS A TODOS

INFORME-SE NA
AUDIMAX

TEL. 410 62 75
ALGÉS



AMANHÃ

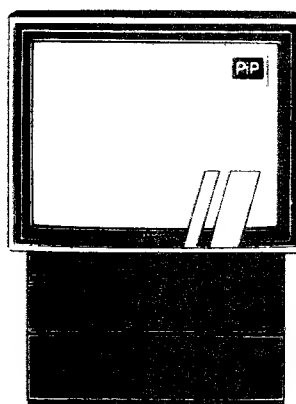
RTP-1

- 09.01 - BOM DIA
- 10.00 - ÀS DEZ
- 12.05 - FERA RADICAL
- 13.00 - JORNAL DA TARDE
- 13.27 - BOLSA
- 13.30 - GLOSS
- 14.15 - VILA FAIA
- 15.05 - O MUNDO ANIMAL
- 15.45 - PONTO POR PONTO
- 16.40 - HOSPITAL CENTRAL
- 17.25 - BRINCA BRINCANDO
- 18.30 - RUA SÉSAMO
- 19.00 - CHEGAR, APOSTAR
E VENCER
- 19.30 - TELEJORNAL
- 20.00 - BOLSA
- 20.05 - O TEMPO
- 20.08 - BOLETIM AGRÁRIO
- 20.15 - VALE TUDO
- 21.10 - MOBIL NOS CAMINHOS
DE PORTUGAL
- 21.30 - MISSÃO IMPOSSÍVEL
- 22.25 - TELEMUNDO
- 23.00 - CHEFE, MAS POUCO...
- 23.25 - 24 HORAS
- 24.00 - UM DIA
- 00.05 - REMATE
- 00.15 - CARTAS DE HUMOR
- 00.20 - PELA NOITE DENTRO
«Arma»

RTP-2

- 14.31 - TELEMERCADO
- 15.00 - FILHOS E FILHAS
- 15.25 - AGORA, ESCOLHA
- 16.55 - 3, 2, 1 CONTACTO
- 17.20 - HISTÓRIA DOS
INSTRUMENTOS MUSICAIS
- 17.50 - O MEU PÉ DE LARANJA
LIMA
- 18.30 - HAJA MÚSICA
- 19.35 - CLÁSSICOS DA TV
- 20.30 - AS CIDADES E AS TERRAS
- 21.00 - JORNAL DAS NOVE
- 21.30 - DONA BEIJA
- 23.00 - ACERTO DE CONTAS
- 23.30 - ROTAÇÕES

BLAUPUNKT
Seleccionou para si...



BLAUPUNKT
Grupo BOSCH

Um pequeno ponto faz a diferença



AOS CONDUTORES

"As crianças devem ir sempre no banco da retaguarda dos
automóveis, e ao sair devem fazê-lo sempre do lado do
passageiro."

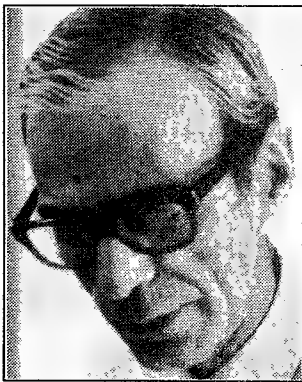
PREVENÇÃO RODOVIÁRIA PORTUGUESA



«Deve ser difícil, agora, encontrar um estudante disposto a salvar a Pátria e a resgatar todos os povos da Terra enquanto espera pela bica...»

José Preto, «Diário Popular», 21.03.90

A PERGUNTA DO DIA



José Alves dos Santos
comentador desportivo

Que comentários tem a fazer ao jogo de ontem, entre o Benfica e o Dniepr?

«O Benfica foi ganhar ao Dniepr a segunda mão da Taça dos Campeões com todo o mérito técnico e tático, por nada menos de 3-0, o que não deixou qualquer margem para dúvidas. Pode dizer-se, que o Benfica fez na URSS exactamente aquilo que já estivera ao seu alcance em Lisboa, onde ganhou apenas por 1-0. É de realçar o facto de o campeão nacional, que assim passa às meias-finais, ter alterado argutamente, do ponto de vista tático, a sua organização normal de jogo, construindo uma defesa autoritária, com dois trincos magníficos, Thern e Hernâni, e explorando sucessivos contra-ataques que puseram a nu a débil organização defensiva dos soviéticos. O encontro teve uma primeira parte de grande brilho competitivo em disputa de lances e em velocidade, que justificaram o 0-0 dos primeiros 45 minutos. No segundo tempo, foi notória a quebra física dos soviéticos, podendo dizer-se que a eliminatória ficou decidida com o primeiro dos três golos.»

Sexta-feira no

Diário de Lisboa

Conselho da Europa reunido em Lisboa

Entrevista com João de Deus Pinheiro

Fernando Piteira Santos escreve sobre a direita política

«Ecu, dólar e rublo» por Beja Santos

ENTREVISTA

No início dos anos 80, Eugénia Melo e Castro tinha uma música «demasiado difícil» para as editoras portuguesas. O desejo de fazer carreira obrigou-a, então, a ir para o Brasil. Mas o seu quartel-general continua a ser Lisboa

«Sou extremamente rebelde»

D.L. - Está a gravar alguma coisa neste momento?

E.M.C. - Não. Estou a preparar o próximo disco. Vou ao Rio amanhã para convidar e acertar tudo com um produtor brasileiro, Mazola, que foi quem produziu o último disco do Paul Simon. O disco deve começar a ser gravado em Junho, aqui em Portugal.

D.L. - Já há canções?

E.M.C. - Já, se bem que eu ainda não sei exactamente o que é que vou fazer. Há várias ideias e temos que conversar muito para chegar à conclusão do que é que se quer fazer. As canções são todas minhas mas estão abertíssimas às sugestões do produtor.

D.L. - Quando era miúda queria ser cantora?

E.M.C. - Queria, mas queria ser muitas coisas mais também. Queria ser pianista, arquitecta, realizadora de cinema. Ainda fiz dois anos de arquitectura, um ano de cinema em Londres e outro aqui, na ARCO. Estudei piano, mas muito mal. Ainda consegui chegar ao quinto ano mas era péssima aluna porque não estudava e o piano é uma coisa a que se tem que dedicar diariamente horas e horas. Eu não tinha, nem nunca tive, essa disciplina. Agora faz-me imensa falta, mas paciência.

D.L. - Porque é que foi para o Brasil? Não se pode ser profissional em Portugal?

E.M.C. - Pode. Não teve nada a ver com isso. Eu sou uma pessoa do mundo, não consigo ficar muito tempo no mesmo sítio. Desde pequena que moro em muitos lugares: morei dois anos em Londres, um ano e meio em Nova Iorque. Todos os anos viajo meses e meses. É um estado irrequieto de ser. Gosto de viajar, de conhecer pessoas. No entanto, sou portuguesa e o meu quartel-general é em Lisboa, tenho aqui a minha casa, a minha filha, a minha família.

D.L. - Mas o Brasil é uma preferência especial...

E.M.C. - O Brasil é uma preferência especial, primeiro porque é um país extremamente musical, depois porque desde sempre que Portugal e o Brasil estiveram ligados, não só pela língua mas pela cultura. Finalmente, porque as pessoas me conquistaram. Nem sequer é o país, são as pessoas. As pessoas com quem eu agora trabalho entraram primeiro na minha casa através dos discos e da televisão, eram mitos e de repente tornaram-se pessoas reais.

D.L. - O seu primeiro disco foi lançado em 1982. O que é que fez antes?

E.M.C. - É sempre difícil lançar o primeiro disco. Eu cheguei a ter dois discos prontos só com música portuguesa. Nessa altura trabalhava muito com o Júlio Pereira e com o Jaime Queimado. Participei no primeiro disco do Jorge Palma, do Sérgio Godinho, do Zeca, do Vitorino. Eu dizia sempre que queria cantar, fazia coros, andava por ali. Nessa altura a música portuguesa não era moda, e não havia



nada que nos dissesse que podíamos arriscar porque ia dar certo. Só a intuição.

Eu dizia sempre que ia conseguir mas não conseguia. Preparei os meus discos mas entrava nas editoras e diziam que as minhas propostas não eram comerciais, que eram uma coisa muito difícil, mais melancólica, melódica, e as minhas letras eram meias arrezadas. É óbvio que as pessoas não entendiam.

Então disse: «Bom! Já que por aqui não valho, que esta gente é casmurra e não percebe que há gente nova a querer fazer coisas, eu não me vou deixar abater mas vou-me embora». Agarrei em mim, fui convidar o Wagner Tiso e consegui.

D.L. - Já entrou numa telenovela...

E.M.C. - Já. Foi divertidíssimo. Foi uma experiência giríssima principalmente porque eu não sou actriz nem nunca serei, não tenho aptidão para isso. Acho uma coisa chatíssima que pode ter graça nos dois primeiros dias mas depois torna-se uma obrigação. Eu não gosto de obrigações, sou extremamente rebelde e irrequeto. Eu fazia o papel principal mas tinha poucas falas, graças a Deus, e era muito má: matava o meu marido, o meu filho, uma coisa horrorosa. O que me interessou foi fazer a produção musical.

D.L. - Considera-se um boa intérprete?

E.M.C. - Acho que estou a melhorar cada vez mais. Estou a encontrar o meu tom certo, a minha maneira.

D.L. - Porque é que é tão difícil ser cantor profissional em Portugal? É falta de qualidade ou problemas de mercado?

E.M.C. - Problemas de mercado. O mercado não incentiva as pessoas a melhorar. Eu costumo dizer que aqui nós não temos anos de carreira, temos anos de resistência. Não se consegue ganhar dinheiro suficiente para sobreviver, a não ser dos espectáculos, porque dos discos é para esquecer. Mesmo que se vendam 10 ou 20 mil isso não significa nada, não dá sequer para comprar um carro.

D.L. - Se agora tivesse que deixar de cantar, o que é que fazia?

E.M.C. - Tinha um filho... ia cuidar da minha vida pessoal

D.S.



F.F.

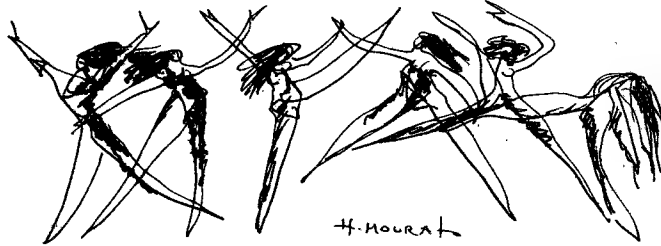
Alguns lugares comuns que destoam do resto, alguns tempos mortos ou prolongados de mais em que a repetição já não dinamiza mas cansa, não estragam a excelente impressão da coreografia de Rui Horta, dançada até à exaustão maravilhosa pelas seis bailarinas, duas — duas — duas: francesas, espanholas, portuguesas. *Interiores* é o nome dessa produção de Acarte, integrada na Mostra de Dança Contemporânea, talvez a melhor que vi desse coreógrafo — mas, confesso, não vi tudo.

Contudo, não é para tecer comentários sobre essa comunicação dançada *hot*, que escrevo. Há críticas noutras páginas: o tema é outro, embora ligado ao espectáculo. Este, longo, ou parecendo mais longo do que realmente era, e embora bem sinalizado ou *multissinalizado*, não mobilizou a participação de todo o público e nem sempre. Porquê? Porque o criador de dança não utilizou o que se chama nesse «latim» mais ou menos científico, a *função fática*. F.F. O que é isto? É um signo que, no meio de uma obra e, se possível, artisticamente, serve para retomar, avivar, prolongar ou cortar a comunicação entre a obra de arte e o seu interlocutor, o cliente. Para quê, esse artifício? Para verificar se o circuito da comunicação funciona bem. Exemplifico, com uma situação trivial: um chato telefona no momento impróprio e prolonga o soliloquio enquanto V. observa no ecrã o jogo do Benfica — Dniepropetrovsk. Atento às imagens e ao comentário, deixa o chato falar, mas de vez em quando introduz «pois, pois» ou «veja lá» ou apenas «hum». Assim restabelece o (falso) contacto mediante uma palavrinha. Mas o contacto podia não ser *simulado*. Função fática: a que assegura o controlo da atenção.

No caso mencionado, se o interlocutor telefónico não recebesse o seu «pois, pois», ele próprio usaria dessa função e perguntaria: «Está? Está a ouvir?»

O artista no seu belo *Interiores* ignorou essa relação necessária numa obra de fôlego e de tensão. Está a ouvir-me, Rui Horta? Parabéns!

Jorge Listopad



A.M.A.

Auto Monumental do Arco

CONCESSIONÁRIOS



AUTOMÓVEIS — PEÇAS — SERVIÇOS — OFICINA

Av. Padre Manuel da Nóbrega, 8 • Telef. 894185/6/7/8
1000 LISBOA

Telex 63403 AMACAR • Telefax 80 47 75

SUPLEMENTO LITERÁRIO

SUPLEMENTO DAS QUINTAS-FEIRAS DO **Diário de Lisboa** 22 DE MARÇO DE 1990. NÃO SE PODE VENDER EM SEPARADO

*Entrevista a Dias de Melo, págs. 3, 4 e 5; O Mundo Medieval, a sociedade primitiva e os estados de espí-
ritos, analisados nas págs. 6 e 7; Baleando, testemunhos de baleeiros, pág. 8*

DAS VELAS DE LONA ÀS ASAS DE ALUMÍNIO

A aqui me ocorre um caso dos muitos que me contava meu Pai de quando por esta Califórnia, muito diferente de hoje, andava.

Certa ocasião, sem trabalho e sem um *dez reis* no bolso (personagem d'«As Vinhas da Ira», de Steinbeck?), foi bater ao ferro-lho de ti Luís Fernandes, muito mais velho e há muitos anos imigrado, da Cruz do Redondo, Piedade, freguesia, parte a puxar para o Norte, parte a pender para o Sul, acavalgada na Ponta da Ilha, entre a nossa, toda no Sul e a Ribeirinha, já por inteiro a correr para o Norte, as três vivendo vida comum, encostadas umas às outras, como se fossem uma só perdida nos esquecidos e diria que amaldiçoados cascos de rolha do extremo leste da Ilha a que chamavam, e chamam, a Ponta.

Teria ti Luís Fernandes trabalhado em ranchos de vacas no Vale de San Joaquim, em poços de petróleo contra Bakersfield, vigiado ovelhas na serra Nevada, moureja-do por aí, em San José, San Luís Obispo, sei lá... Sem ambições de dinheiro, apenas almejava vir a viver, com alguma independência, sem cansaços de maior e em paz. Mas, mesmo para alcançar esse pouco (ou muito? ou tudo?), de algumas notas precisava. Nenhum pão cai do céu, nenhum tecto das estrelas.

Apanhando-se com quanto lhe bastava na carteira, duas coisas teve em mente para satisfazer por completo seu almejo: adquirir um miolo de terra e casar. Terra que lhe bastasse para ocupar o tempo e lhe desse para não morrer de fome («Todos querem um pedaço de terra, não muito grande. Mas uma coisa que seja da gente. Um lugar onde se possa viver sem ser posto na rua», escreve John Steinbeck em «Ratos e Homens»), com casa, construída ou a construir, pequena, que chegasse para duas, três pessoas, ele, a mulher, um filho talvez, que, considerando a idade que levava, o mais provável seria nem esse filho lhe nascer. Andou de um lado para o outro a procurar, a escolher, viu, esfarelou entre os dedos, cheirou na palma da mão o pó de muito terreno, discutiu preços, fechou seu negócio, comprou seu bocadinho de terra, cultivando-o sem estafas dava-lhe para ir andando sem verter o seu suor debaixo da barba alheia, se não tinha tratou de levantar casa. Faltava-lhe casar-se. Isto de homem sem mulher numa casa é como o cardo num jardim sem flores. Ou com o porco no curral.

Agora mulher para casar... Naquele tempo, ainda hoje para muitos, só na nossa Terra e que nunca da nossa Terra tenha saído.

A procura de moça se meteu ti Luís Fernandes no carro-de-fogo, anos atrás atra-



Memória do Navegante

C. Dutre da Costa

vessara a América do Atlântico ao Pacífico, agora a atravessar do Pacífico ao Atlântico, aí, num qualquer porto, Nova York, New Bedford (diziam Betefete), Boston, ao mar se fez em qualquer vapor, pelo mar viera num navio à vela, pelo mar ia para lá num vapor, tê-lo-á o vapor deixado no Faial ou em S. Miguel, não escalavam, nas Ilhas, os vapores da América, outros portos, — se no Faial num instante arribaria ao Pico, um salto de cinco milhas escassas da Horta à Madalena, o diabo seria, depois, chegar à Piedade, à Cruz do Redondo, naquele mal-

fadado cu de Judas da Ponta, se em S. Miguel o cabo dos trabalhos pená-los-ia na viagem de longos dias, ou longas semanas, dependia dos ventos, a vomitar as tripas num iate veleiro, um barco do Pico (por lá nem se sonhava ainda com motores), até à nossa parvónia, a Calheta de Nesquim, de toda aquela região da Ponta porto único de entrada e saída. Uma vez no nosso cais desembarcado, em duas audiências, nem levaria meia hora, estaria debaixo das telhas paternas, a Cruz do Redondo fica logo ali, passando a Ladeira do Miradouro, à saída da Calheta e à entrada da Piedade. Afinal se o vapor o deixou no Faial, se em S. Miguel, não sei, não mo dizia meu Pai. Fosse como fosse, deu ti Luís Fernandes consigo em casa, de seguida chegaram os baús num carro de bois (americano que os não trouxesse não era americano nem coisa nenhuma — naquele tempo, hoje, de avião, limitado o peso da bagagem, nem em baús se pode pensar), com grande festança, à noite, à luz bamboeante da candeia de azeite de baleia, na sala de fora apinhada de olhos bisbilhoteiros e línguas afiadas, caísse uma agulha e não caía no chão, os abriu, repar-tiu, distribuiu lembranças por parentes e aderentes, navalhas por todo o bicho careta, as encomendas que aqui lhe tinham confiado por aqueles a quem se destinavam... Os antigos sabem como era.

Entretanto, de semana enfarpelado em seus alvarozes de angrim azul novinhos em folha, aos domingos e dias de festa, de perto ou de longe, encolhidinho na sua fatiota de casimira, o pescoço entalado no colarinho da camisa de seda e afogado na gravata espampanante, de seda igualmente, a corrente de ouro, o relógio, atravessada, a luzir, no colete (nunca se vira com tais andai-nas no corpo), sem esquecer a praxe que a todo o americano cabe cumprir de, nos bottequins, pagar, à larga, vinho, aguardente, bebidas finas, e à larga oferecer tabaco de Calafona a quanto lambe-botas apareça na saga do *senhor americano* (hoje também do *senhor canadiano*), logo se pôs a deitar o rabo do olho às moças casadoiras que topava — mais que de nenhuma outra se engraçava daquela loira de olhos da cor do mar em dias de céu azul, rosto lindo e corpinho tão perfeito que nem uma santa no altar, todas as tardes a via na passagem pelas Faias, quando ia para a Manhenga, à adegas, nas Faias morava ela, e, como quem não quer a coisa o soube, com a Padroeira por madrinha de baptismo, à Padroeira lhe foram os pais buscar o nome. Chamava-se Piedade.

Não havia, nem há, no Pico, freguesia sem o seu lugar de adegas, algumas com vários, sempre à beira-mar, à beira-mar ficaram as vinhas, a Piedade contava, e conta, com quatro, Calhau, Cais do Galego. En-

grade — e Manhenga, o maior, mais importante, mais afamado, à roda do Pico não se topa segundo com tanta fama, tem sua razão de ser, não vem agora ao caso.

Como em qualquer freguesia, costume mais velho que a própria velhice, raro o homem que, na Piedade, deixasse, ou deixe, acabados os trabalhos nas terras, ou regressado da pescaria na costa ou no Canal, de ir, no fim da tarde, merendar à adegas, junto à torneira da pipa, sozinho ou acompanhado de parceiros folgazões ou pacatos, dependia e depende do feito de cada qual, se não todos os dias, três, quatro vezes por semana, aos domingos e dias santos não falhava, nem falha, cedo, a seguir ao jantar pouco passante do meio-dia, com a mulher e os filhos pequenos, os grandes vão à sua vida. De semana ou ao domingo e dias santos, preparava, e prepara a mulher a merenda, conforme a quadra do ano, torresmos, linguça, morcela com inhames, peixe seco ao sol e assado nas brasas, bem enso-pada em molho cru carregadinho de mala-gueta e com batatas doces (hoje, no lugar do peixe seco, — atum de conserva), algum marisco se calhava, em caso de escassez um bocado de bolo do tijolo com um traço de queijo, uma talhada de bolo-seco, o que quer que fosse, ou seja, lhe arrumava e arruma na cestinha de vimes coberta com alva toalha de linho, levava-a e enfiada no braço pela asa, aos domingos e dias santos carregava-a, e carregava-a, ela à cabeça.

Não se passava noite, aqui, na Califórnia, em que ti Luís Fernandes não sonhasse com a adegas na Manhenga, saudade maior, mesmo que a dos pais, — mal chegou, antes de mais nas andanças da adegas, na Manhenga, se meteu. Amanhava-lhe a mãe a merenda carinhosa em sua cestinha de vimes, na Manhenga se lhe juntava parceria numerosa e folgazã, se bem que pouco propenso a grandes acompanhamentos e folguedos não se dava por achado, costumes são costumes, têm que se respeitar, e não se podia esquecer — ai dele se o esquecesse! — de que lhe cabia representar sua comédia de *O americano*.

Na passagem pelas Faias, encontrava, a casa ficava à beira do caminho, a loira dos olhos da cor do mar em dias de céu azul, rosto lindo e corpinho perfeito, no aposento (1) a apanhar couves para o caldo da ceia, junto do curral do porco, junto do curral das galinhas, a tratar dos animais, à janela da sala, com tempo bonançoso, ensinmada na contemplação silenciosa da tarde morrendo, a escorregar pela encosta norte do Pico Ruivo, o sol a descambar por trás dos Cabecinhos, à ilharga do Vale do Feito, dava-lhe a salvação (2), «haja saúde, menina», ela, *senhor americano é senhor*

cont. na pág. 2

cont. da pág. 1

americano, com senhor americano não se é malcriada, não o costumava ser com ninguém, respondia sisuda, «haja saúde, senhor». Hesitante, desajeitado (isto de um homem chegar aos cinquenta e muitos sem nunca ter namorado nem lidado, de nenhum modo, com mulheres, nem com putas, mulheres como todas as mulheres...), aos poucos se firmando melhor, adiantando-se um nadinha, posto que sempre a medo, «haja saúde menina Piedade», já lhe dava o nome próprio, depois, de avanço, pequenino, muito pequenino, «haja saúde menina Piedade, como vai a menina Piedade passando de saúde», e olhava-a, e sorria-lhe, embora constantemente se lembrando da carrada de anos encarquilhados, ásperos, grisalhos, que o separavam da beleza loira, esbelta, da menina Piedade, vigorosa como uma leoa, fresca como uma rosa em botão. E a menina Piedade não tardou em perceber claramente o que desde o princípio, não fosse ela mulher, vagamente suspeitara.

Então foi mesmo malcriada. Namorava forte e bonito rapagão da sua igualha e de idade a condizer, gostava, ou julgava gostar dele, a ti Luís Fernandes virava as costas, batia-lhe com a janela nas trombas, resmungava consigo «velho baboso, tão velho ou mais velho que meu pai que poderia fazer a fornicação comigo na cama», e gargalhava gargalhadas de escárnio.

Mas... mas. Encurtando caminho: por imposição ou persuasão dos pais (acontecera — e acontece — frequentemente), ou por reviravolta no juízo dela, ou por tudo isso reforçado com a miragem da América (para a América, senhor americano, mesmo

com os pés para a cova — e ti Luís Fernandes não estava com os pés para a cova — era passaporte de borla), — acabou a menina Piedade por mandar à fava o namorado.

Jurou o latagão vingar-se. Arrebanhou amigalhaços, queriam chegar a roupa ao pé-lo a ti Luís Fernandes, fizeram-lhe esperas, inúteis, ti Luís Fernandes, raposa matreira, furtava-lhes as volts, apedrejaram a casa da menina Piedade, nas Faias, quando, vindo da adega, lá entrava e se demorava com ela a namorar, pregaram-lhe, à saída, de madrugada, partidas valentes: duma, encheram-lhe os degraus do balcão, que ele teria que descer, de merda... Nada conseguiram. A menina Piedade casou, casamento de estalo foi, com o senhor americano, o velho ti Luís Fernandes com muitos, muitos anos mais do que ela que nem os dezanove completara.

Tudo isto acontecera há alguns anos quando, sem trabalho e sem um dez reis no bolso, foi meu pai bater ao ferrolho de ti Luís Fernandes. Acolheram-no, ele como a um filho, ela como a um irmão. Viviam tal qual Deus com os seus anjos. Ele — a vida sossegada que sempre aspirara viver. E dando-lhe tratamento de rainha. Ela... estava na América. E estimava-o.

No caminho — coisas que, hoje, nem se conseguem imaginar — criava ele uma vaquinha, na terra cultivava hortaliças, num curral, a um canto, engordavam um porco. Levantava-se ele pelo lusco-fusco da madrugada, colhia hortaliças, ia, com as hortaliças às costas, a vaquinha atrás, seguia-o como um cão, de porta em porta, ali pela vizinhança, um queria uma couve, outro um repolho, outro um raminho de salsa, e isto, e aquilo, e ti Luís Fernandes, «fresquinho, acabadinho de tirar da terra», este

pedia um quartilho, aquele meio quartilho, aquele outro meia canada de leite, ti Luís Fernandes, huó Mimosa (o nome da vaquinha), a Mimosa parava, o rabo a-dar, a-dar, enxotando as moscas, ele ajoelhava-se-lhe ao lado, acariciando-lhe as tetas, perante os olhos do freguês ordenhava a medida requerida, «af vai, quentinho do moço», findo o giro breve, o dinheirinho na carteira, voltava, a Mimosa, sempre dócil, atrás. O resto da manhã gastava-o num trabalho da Câmara, coisa de nada, ao meio-dia terminava. De tarde, a seguir ao jantar, amanhava a terra, trazia-a mais linda que um jardim, enquanto à terra ia amanhando cantava a chamarrita, a tirana, o cá-sei, a sapateia, o pezinho, outras modas lá da Ilha, a sua menina Piedade no arranjo da casa, andava que nem um brinquinho, e no tratamento do porco, era preciso pô-lo gordo, mais gordo que uma baleia, se ocupava sem canseiras, ele não lhas consentia.

Ao cair da noite, entrava ti Luís Fernandes à porta da cozinha, trocava as botas pelas albarcas de coiro de boi dependuradas num prego espetado na parede, «olhai, menina, amanha a cesta, vamos à Manhenha, merendar na adega»

Do Pico, além da menina Piedade, sua esposa, trouxera uma adega completa da Manhenha (menos as paredes, ergueu-as, em pedra, por suas mãos, ao fundo da terra, o mais longe possível da casa), lagar, selha da bica, balseiro, barricas, mesa, bancos para se sentarem à volta da mesa no canção sem conversadinho do comes-e-bebes, cada peça, em cedro, em faia, em castanho, obra aprimorada dos melhores carpinteiros de lá, cesto da bica, cestos vindimos, trabalho dos mais puxosos cesteiros, pote, cânjero, teladeiras de barro de

Santa Maria. E mais trouxera estacas de vinha, plantara-as rente às extremas, cresceram depressa, fizeram-se parreiras pujantes, carregavam que era um louvor a Deus, a seu tempo, no Verão, vindimava, era um dia de festa, nos cestos vindimos carregava, às costas, as uvas para a adega, fazia, feliz, o seu vinho de cheiro, em tempos idos seria de verdinho, do Pico, da Manhenha, trouxera ainda a cestinha d'asa da merenda, as albarcas para aquelas caminhadas rituais, e pelo ano adiante, à boquinha da noite, «menina, arranjai a cestinha, vamos à Manhenha, à adega, merendar», e, já com as albarcas nos pés e a cestinha no braço, para meu Pai, enquanto que por casa deles bordou (3) sem pagar bordo (4), não lho consentiam, mesmo após ter trabalho, ti Luís Fernandes lho consentiu, «vamos, menino» dizia-lhe carinhoso. Via nele o filho que nunca teve nem, pelos anos que lhe pesavam, podia fazer com que a sua menina Piedade lhe desse.

Em Janeiro, vinha a matança do porco, função de estrondo, convidavam ti Luís Fernandes e a sua menina Piedade quantos imigrados da Ponta se encontravam pelas redondezas, dezenas, talvez centenas deles, nem um faltava, e era comer e beber até mais não aguentar, e era os velhos a jogar ao truque, os novos a bailar a chamarrita e balhos de roda até alta madrugada, e, de quando em quando, sem grandes intervalos, lá vai mais um trago, — tudo tal e qual como se estivessem na Ilha, e ti Luís Fernandes sentava-se como um cherne, assim se diz de quem por lá vive feliz sem que eu atine a que título é o cherne aqui chamado.

Entretanto, a cidade cresceu (as cidades cont. na pág. 18)

The Russia House

Um livro de bolso em edição inglesa

apenas por 1.180\$

A casa da Russia de John le Carré

Trata-se do terceiro Verão da perestroika. A Barley Blair, editor inglês, é enviado um manuscrito de Moscovo. Contém informação técnica de assustadora importância. Mas será genuína? O autor será genuíno? Um espião? Um louco?

Blair, amante de jazz e da bebida, desordenado não faz o protótipo dos espiões, no entanto tem de ser utilizado — enviado para a União Soviética para estabelecer contactos.

Katya, a intermediária de Moscovo é bonita, inteligente, igualmente séptica de toda a ideologia de Estado. Juntos, perante o desmoronar dos antigos e seguros clichés de hostilidade, representam o futuro — uma ideia que é anátema à defesa dos profissionais de espionagem em ambos os lados.

A casa da Russia: uma história de espionagem. Uma história de amor. Uma fábula do nosso tempo.

No meio da acção genial, uma nova forma de terror...
Le Carré atingiu clareza de escrita e passagens esplendorosas.
David Hughes, *The Mail on Sunday*

Um virtuoso constante e irónico subtil, John le Carré dá o seu melhor.
Andrei Voznesensky, *Poeta e escritor russo*

Escalante e induzindo à reflexão... uma obra do nosso tempo.
Time Magazine

Uma distribuição:

D **DISTRICultural**
A qualidade da literatura
GRUPO DISTRIC

À venda no INTERNATIONAL BOOK CENTRE - C. Com. Amoreiras, loja 2044 - E nas boas livrarias

A VOZ DO PICO

É um homem discreto. Não parece a desmedida ter-lhe alguma vez tomado a casa, os segredos e a voz. Como uma brasa em repouso. Mas começa a falar e um sopro acende-lhe o fogo, entusiasma-o. Torna-se então o contador de histórias. Dias de Melo, à beira de um novo romance



DL — Dias de Melo, se temos de começar por algum lado experimentemos a tutela do *Pedras Negras*, narrativa que o consagrou. Ao acompanharmos aqueles emigrantes fica-nos a sensação de que Dias de Melo conhecia o terreno. Já tinha estado na América?

Dias de Melo — Não. Fui lá pela primeira vez o ano passado, a convite de umas universidades. Mas a Califórnia, de facto, não me trouxe surpresas.

DL — Já tinha estabelecido uma cartografia, uma memória sua, pelos relatos que ouvia?

DM — Tanto tinha ouvido falar da Califórnia, a começar pelo meu pai, e continuando em todos os emigrantes que conheci. O emigrante não é uma pessoa inteira, está sempre onde não está. O meu pai estava cá e todos os dias havia conversas da América, eu cheguei à Califórnia e verifiquei isto: estou lá mas das portas para dentro a América não existe. Fica fora da por-

ta. E isto tanto acontece com os açorianos como com os continentais.

DL — Mas então gabemos a sua atenção porque consegue em *Pedras Negras* níveis elevados de referencialidade. Quase diria que se sente o clima.

DM — Uma crítica americana escreveu que nas *Pedras Rubras* dá a impressão que eu vivia na Califórnia nos anos 20/30, enquanto o Alexandre Pinheiro Torres, que fez aliás uma crítica que me deixou ensinamentos, às duas por três afiançava: «Vê-se que o autor nunca esteve na Califórnia...»

DL — É o que se chama «cada cabeça sua sentença» olhe, a mim lembrou-me Steinbeck...

DM — Tudo o que o Steinbeck escreve nas *Vinhas da Ira* sobre os «tramps» (os vagabundos onde abundavam professores universitários, médicos ou padres) foi vivido pelo meu pai que andou com eles. Segundo o meu pai aqueles espíritos transfusos, cujo último representante foi o Ke-

rouack, eram gente de esquerda, inconformada com o rumo da sociedade americana e que como forma de protesto assumiam aquela vida. Automarginalizavam-se.

DL — E o seu pai, como é que chegou aquelas paragens? Foi o processo comum do açoriano que vê na América um supermercado de miragens?

DM — O meu pai chegou à América com treze anos, e foi um tio que o mandou chamar com a promessa de o pôr a estudar. Mas o meu tio trabalhava para um crápula que, quando ele lá chegou o pôs a trabalhar para si, sem ganhar, a pastar ovelhas na serra nevada. Ele tinha que levar uma espingarda por causa dos coyotes...

DL — O seu pai emigrante... o seu avô era de que estrato social?

DM — O meu avô tinha um estabelecimento de fazendas.

DL — Com um pai ausente e um avô por detrás do balcão, donde lhe vem essa *guelra* que o mete na esteira dos pesca-

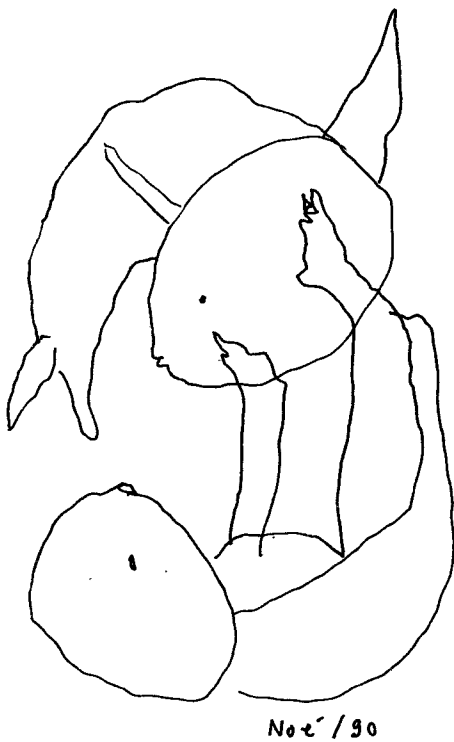
dores de baleia?

DM — O meu pai regressou antes de casar. Bom, e eu tinha um tio-avô que fora oficial num navio baleeiro. Era um homem que lia muito e escrevia. Havia lá em casa uma primeira edição das *Farpas* compradas por ele no ano em que saíram. E há uma história curiosa em relação a isso. Ele era ateu e no ano em que morreu o padre foi-lhe a casa buscar os livros e lançou-os à costa. O avô da minha mulher foi à costa e salvou alguns. Depois da morte dele as *Farpas* foram divididas pelos filhos.

DL — Essa história é muito bonita. E teve mais gente assim «pouco recomendável» na família?

DM — Ao meu avô vieram-no buscar à Calheta, porque era o republicano mais antigo do concelho, para ir içar a bandeira da República no concelho das Lajes... e o meu tio baleeiro foi o primeiro casamento civil no distrito, se não em todo os Açores.

cont. na pág. 4



O homem empenhado, o homem e o mar

DM — Eu não sou um homem de acção mas gostaria de ser. Por isso realizo nos livros o que não sou capaz de fazer na prática, é uma compensação. Eu tentei a acção directa duas vezes e acho que devemos conhecer os nossos limites. Eu preendo-me a paixões e pratico injustiças...

DL — Explica-se um certo *empenhamento* na sua atitude literária, sem que o sintamos preso a quadrantes ideológicos. É como se fosse o peso da solidariedade humana a entornar-se pela sua voz. Como em algum Steinbeck. É a sua grande afinidade com a literatura americana?

DM — É um dos meus autores de referência, tal como o Mickael Gold, o Faulkner, o Hemingway, o John dos Passos... sabe, se nós queremos procurar a denúncia é ir à literatura e ao cinema americano. Tenho a impressão de que ninguém se auto-critica tanto como os americanos.

DL — Ainda bem que me falou no cinema. Porque é que ao ler-se o *Mar pela Proa* se notam tantos procedimentos narrativos emprestados do cinema? A elipse...

DM — Nesse livro foi de propósito, porque foi pensado para filme.

DL — Ah, por isso é que as personagens nos são apresentadas uma a uma em «flash-backs» que introduzem o binómio terra/mar e que aquela trágica tem a cadência de um filme do Fritz Lang. Era um sonho que acalentava, a adaptação cinematográfica?

DM — Nem na altura nem hoje punha isso como provável. Mas já agora quis construí-lo como um esboço para um guião.

DL — É desde sempre e grande a sua paixão pelo cinema?

DM — Já fui um apaixonado. Hoje a minha vista já não me deixa. Quando vou ao cinema, fico com os olhos inflamados, a chorar...

DL — Voltando à literatura. Teve relações directas com o neo-realismo?

DM — As minhas relações aqui foram essencialmente o Assis Esperança, o Fernando Namora e o Ferreira de Castro... a este até o apresentei no Faial numa conferência integrada num ciclo que o Salazar mandou encerrar... Nessa altura também mantive relações epistolares com o Álvaro Salema, que era o director da página literária do «DN».

DL — Como é que no princípio os literatos encararam os seus temas — a insularidade, a emigração, a baleia. Nunca o quiseram acusar de falta de universalidade ou reduzi-lo ao «ghetto» açoriano?

DM — Não. O Pedras Negras teve uma aceitação extraordinária. Houve quem o considerasse o melhor livro do ano e disseram-me que foi o livro preterido no Prémio da Associação de Escritores que foi concedido ao Luandino.

DL — Esclareça-nos uma dúvida, Dias de Melo. Indo-se aos Açores toma-se, mesmo que não o queiramos, consciência do despique e da rivalidade entre ilhas. É uma coisa intrínseca ao equilíbrio do quotidiano dos ilhéus, o choque dos diversos *temperos* locais. Será que daqui não deriva que possamos suspeitar de que não existe uma mas várias literaturas açorianas, cuja particularidade comum é a insularidade?

DM — Ainda bem que me faz essa pergunta. Eu parece-me que é mais fácil falar-se de uma literatura alentejana do que de uma literatura açoriana abrangendo toda a região. Nos Açores há duas identidades perfeitamente distintas: S. Miguel e as outras ilhas. Estas com laços perfeitamente

acentuados. Um escritor que queira cingir-se a S. Miguel, as suas situações não se poderão reportar às outras ilhas, mesmo do ponto de vista da linguagem. E até na recepção, os escritores das demais ilhas sentem a barreira, o embaraço de sofrerem como que dois filtros: primeiro de S. Miguel e, depois dessa filtragem, a do Continente. Esta rivalidade transporta-se para a América, mais na Nova Inglaterra porque na Califórnia os micaelenses são poucos. Dá-se o seguinte: Pico, Faial, Horta, tudo se entende, os de S. Miguel fazem banda com os continentais... isto vem num livro do Onésimo. Vou contar um episódio que se passou comigo na Califórnia. Primeiro foi lá a casa da minha prima um sujeito do Pico e quando se foi embora meteu-me vinte dólares na mão. Eu fiquei surpreso e embaraçado mas a minha prima susteve-me e ele insistiu, «só damos a quem gostamos». Depois veio uma senhora de S. Miguel e subiu a parada: meteu-me cinquenta dólares na mão...

DL — Bendita rivalidade.

DM — É assim em tudo. Em S. Miguel há a tradição do café e levar as pessoas a casa é uma coisa complicada. Na Horta é o contrário. Ir a casa dos outros, até mesm às duas ou às três da manhã, para folia, uma coisa comum. Eu via isso em casa Emanuel Félix. Às vezes já estava tudo deitado e passado uma hora encontrávar-nos de novo à roda dum copo. Eu não sei gostaria de lá viver porque me seria muito difícil trabalhar.

O bardo e a sua gente

DL — Vamos inflectir de novo a conversa e voltar aos seus livros. Você assume ser o espelho de uma micro-sociedade (a do Pico) com as suas esperanças, desesperos e linguajares pró-

cont. da pág. 3

Ele casou-se com uma parenta, que era irmã do poeta Garcia Monteiro, e como era ateu, foram-lhe protelando os papéis necessários para o casamento. Aí ele não está com meias medidas e despachou o casamento pelo civil. Era um homem de acção...

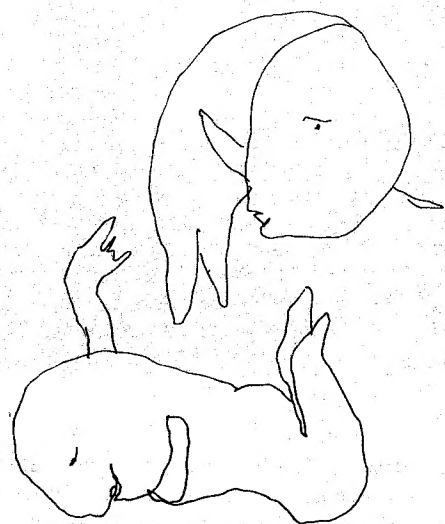
DL — Ora aí está uma boa *deixa*. Ao fim de algum tempo de trato consigo ficasse com a ideia de que há no Dias de Melo um pendor contemplativo que não deixa adivinhar o apelo à acção que existe nos seus livros. Como é que, na intimidade, se dá esse casamento?

prios. Mas como é que se viu esse povo na voz do bardo?

DM — Uns mal, outros bem. Houve até pessoas que me deixaram de falar por se acharem retratadas nos caracteres das personagens. Um deles quis-me mesmo levar tribunal, porque se sentiu reflectido no Gaudêncio das Pedras Negras, o vigarista que leva o banco à falência. Como não conseguiu, o advogado disse-lhe que ele perdia a pendência, ele comprou a edição e retirou-a assim do mercado. Depois tentou ameaçar-me através do meu pai...

DL — E a arraia-miúda, os populares, os baleeiros, qual foi a recepção?

DM — Tanto do Pedras Negras como o Mar pela Proa gostaram muito. Mas há um episódio engraçado. Tempos depois da edição das Pedras Negras começou a crise da baleia, que veio a dar no que está hoje em dia. Eu escrevi uma série de artigos em que propus que pagassem ordenado aos baleeiros. Ora, um dia eu estava com eles e



No 1 / 30

chegou de repente o patrão, o tal que me tinha querido processar. Pois, com esse inimigo pela proa fugiram todos. Fiquei sozinho com um amigo de infância. Tirando este episódio... o livro de que os baleeiros mais gostaram foi do Mar Rubro, que são crónicas onde eles vêm identificados com os nomes próprios e onde há pouca ficção, são mais coisas que eu vivi. Houve mesmo um deles, o Damasquinho, que era curiosamente neto do feitor da escrava Isaura, que um dia me perguntou assim sobre os meus romances: «Ó Dias de Melo, eu conheço nos seus livros algumas das situações que descreve, mais coisa menos coisa, mas há ali coisas que não se passaram bem assim. E quem são aqueles homens?». E eu quis esclarecê-lo: «Ó Damasquinho, aquilo é uma ficção, eu pego nalguns elementos de real e dou-lhes um toque de fantasia, coisas que imagino...» E diz-me ele, sem condescendência: «Isso não interessa, interessa é a verdade».

DL — É estranha essa noção, que é quase um alarme, de que a ficção possa introduzir a mentira como mais uma fatalidade na vida dos homens. E tanto mais estranha quando constatamos que o imaginário popular é perito em distorcer os factos em fábula. Na gigantesca recolha que fez com depoimentos de baleeiros, três volumes de uma vivíssima memória oral que constituem uma das maiores homenagens a uma cultura que alguma vez se fez em Portugal, o Dias de Melo não deparou com casos em que a fantasia tresleu uma ocorrência?

DM — Sim, sim. Há uma história que envolve o capitão Estrinca e que me foi contada com os mesmos pormenores e da mesma maneira pelo filho e pela afilhada do capitão, o que lhe dá um cunho de verosimelhança. A história é simples. O capitão Estrinca vê-se sozinho num bote que o mar leva para o largo. Julga-se perdido. Entre-

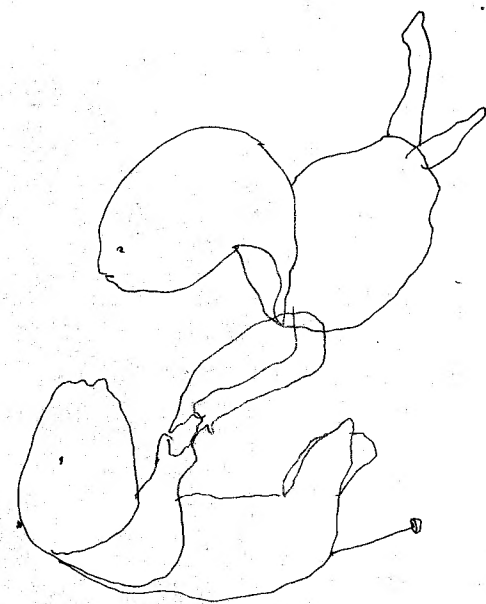
tanto num navio que seguia em direcção contrária o comandante, para surpresa do imediato, manda alterar a rota sem quaisquer explicações. E umas horas depois encontram o Estrinca. O curioso é o que o comandante confessa depois não se lembrar de ter dado ordens para se alterar a rota. Este relato vem no livro I da Memória das Gentes. No segundo livro, que se dividirá em dois volumes e que recolhe as histórias da gente da terra em contraponto ao primeiro que é a memória das gentes do mar, recolhi em Sta. Bárbara uma versão que é já uma lenda. Introduce-se uma pombinha, o bote é da Calheta e o navio aparece não se sabe como. Aliás, a mesma senhora que me contou esta história contou-me outra magnífica. Num ano de seca ela encontra um bago de uva. Mete-o numa pipa vazia e o resultado é que pelas Festas do Espírito Santo lhe aparece a pipa cheia de vinho. E conta tudo isto com convicção, para eles são coisas reais e inquestionáveis.

Nemésio e as promessas em terra

DL — Uma vez entrevistei um toureiro, um matador. E para surpresa minha, que era um leigo, ele falava-me do touro com o maior afecto do mundo: mais, para ele a lide envolvia a honra do touro. Como é que se passa com a baleia? Como é esse enfrentamento, ou é mera coisa mecânica que precede o lucro?

DM — Não. Há até uma superstição, ou uma regra se quiser: «Uma baleia que mata um homem não pode ficar viva». Há quase uma relação de homem para homem.

DL — Ao evocar a superstição fez-me lembrar que há elementos quase sobrenaturais nos seus livros que funcionam como augúrios. No Pedras Negras um sonho revela a morte próxima do sonhador, em Mar pela Proa um Doido faz um vaticínio que se cumpre.



No 2 / 30

DM — O doido existiu. Os ricos não gostavam nada dele porque ele estava sempre a espalhar a superstição e a anunciar desgraças. No Desastre do Canal acertou. A propósito disto, tenho vindo a interrogar-me se o título do Nemésio não terá origem nesse desastre. Todo o Grupo Central o terá conhecido com este nome e o Nemésio era da Terceira. Aliás a acção do romance de Nemésio localiza-se na Horta mas na realidade tudo aquilo se passou na Terceira. O livro era muito autobiográfico e a família da suposta Margarida ainda hoje mantém uma enorme raiva ao Nemésio, a má vontade contra ele ainda subsiste nessa família.

DL — Tenho a impressão de que uma vez o ouvi referir-se a incorrecções do Nemésio no episódio da caça à baleia em Mau Tempo no Canal.

DM — O bote normalmente era tripulado por seis ou sete homens, e chegou a tentar-se nove, mas de oito não consta nos anais da baleação. E na obra dentro do bote há coisas de quem nunca esteve lá.

DL — E o Dias de Melo, com que idade é que participou nessa aventura pela primeira vez?

DM — Tinha uns treze anos. Fui confiado a uma pessoa amiga lá de casa, o Armando, e fui na lancha. Nunca fui no bote porque nunca tirei cédula. Uma vez ia sendo enrolado na linha, para ir pela borda fora. Quando se lança a baleia não se pode balançar os pés. Eu levantei os pés e a linha ia-se-me enlaçando na perna esquerda. Valeu-me um primo que me alertou no último momento. Morrer talvez não morresse mas ficava sem a perna de certeza. Foi aí que me senti um deles.

DL — Entre os baleeiros a morte é uma presença quotidiana, uma segunda sombra, pela pele?

DM — Muito dificilmente no mar se pensa na morte. Eu já estive embrulado em tempestades bastante sérias e nem eu nem ninguém pensava em desistir, toda a gente pensa em fazer o que é preciso. Num bote, parece-me que é assim: o que se pensa é na acção. Depois deles estarem na terra a morte é sempre motivo de muito respeito e mesmo medo.

DL — Uma das coisas que achei graça nos seus baleeiros foi a frequência com que aludem ao sagrado nas impressões principalmente em Pedras Negras.

DM — Sim, isso existe, embora não possa generalizar. Agora um pormenor curioso: debaixo de mau tempo nunca vi fazer promessas, agora por baleias já vi... «Ó nossa senhora, eu dou-te um barril de azeite»... no mau tempo quem faz as promessas são as mulheres em terra.

DL — E será tempo de também nós atermos e de ficarmos em terra.

DM — Sem o credo na boca...

DL — Aproveitemos a vaga.

António Cabrita



QUOTIDIANO MEDIEVAL

Queremos hoje escrever acerca de alguém que, embora cultivando uma maneira exigente e rigorosa de fazer história, nem por isso deixa de conferir aos seus textos a elegância simples de escrita e riqueza de abordagem temática que tornam possível a sua compreensão por parte de leitores não especialistas. Trata-se de Iria Gonçalves, investigadora e docente de História Medieval Portuguesa, que há mais de trinta anos vem discretamente enriquecendo o património historiográfico português relativo aos séculos XIV e XV. E fazêmo-lo a propósito da edição de uma sua colectânea de artigos, intitulada *Imagens do Mundo Medieval* — nove estudos publicados entre 1965 e 1982 que a autora faz agora reeditar.

O tema comum aos dois primeiros é a saúde de bem-estar do homem medieval. Em «Físicos e cirurgiões quatuorcentistas», Iria Gonçalves procura traçar, a partir das cartas de exame preservadas na Chancelaria Régia, o perfil do médico medieval, analisando vários aspectos relacionados com o ofício: aprendizagem teórica e prática, conhecimentos, especialização, condições de reconhecimento da capacidade para exercer a profissão, distribuição regional, origens sociais, etc. «Formas medievais de assistência num meio rural» trata das organizações populares de entajuda e assistência — confrarias, albergarias, hospitais, mercearias — na região de Torres Novas.

Seguem-se dois trabalhos sobre a constituição dos nomes portugueses na idade média, nos quais a historiadora, através da quantificação, identifica as características estruturais bem como as principais linhas evolutivas da antropónimo portuguesa do último quartel do séc. XIV até ao terceiro quartel do séc. XV, nas regiões de Alcobaca e de Évora — «Amostra de antropónimo alentejana no século XV» e «Antropónimo das terras alcobacenses nos fins da idade média».

A viagem medieval é a unidade temática das três obras que continuam a sequência de publicação — «Privilegios de estalajadeiros portugueses (séculos XIV e XV)», «Viajar na idade média: através da península em meados do século XIV» e «Viajar na idade média: de e para Alcobaca na primeira metade do século XV». Na primeira, é-nos dado a perceber como a coroa interferia de perto, no sentido de assegurar a existência de uma rede de estalagens nas principais escalas das vias de comunicação do reino, agindo a fim de garantir protecção contra

os abusos reciprocamente cometidos por estalajadeiros e viajantes. Na segunda, mostra-se o que custava uma viagem de Estado, de Pamplona até Sevilha, sendo contabilizadas as despesas diárias, bem como a sua distribuição ao longo do percurso — alojamento, alimentação (de homens e animais), etc. A terceira, fundamentada num livro de contas, estuda os gastos com viagens feitos pelo Mosteiro de Alcobaca entre 1437 e 1440, os agentes enviados pelo senhorio cisterciense nessas deslocções, a razão de ser delas e as estradas percorridas.

Dos dois últimos artigos, o primeiro — «Acerca da alimentação medieval» — baseia-se na mesma fonte que deu origem ao segundo dos trabalhos do grupo anterior. Nele se analisam as principais componentes da dieta dos viajantes — pão, vinho, carne, peixe, legumes, fruta, sem esquecer os temperos utilizados na confecção da comida —, as diferenças de preços entre as várias regiões atravessadas pelos viandantes, não se conseguindo (por limitações da própria fonte de informação) apurar muito sobre a diferenciação social da alimentação. No último dos artigos — «Custos de montagem de uma exploração agrícola medieval» —, Iria Gonçalves dá-nos uma ideia do tempo e dinheiro gastos pelo Mosteiro de Alcobaca, em 1438, a recuperar uma granja que durante alguns anos estivera aforada a um reendeiro absentista e não cumpridor.

Imagens sobre temas diversos do mundo medieval, sugestivas e fixadas com precisão. Mais do que historiadora deste ou daquele tema, desta ou daquela região, Iria Gonçalves prefere a perspectiva de construção do «objecto» dessa mesma construção. Uma perspectiva por onde passam sempre a mulher e o homem do passado, e o quotidiano em todas as suas dimensões.

Estes estudos decerto irão «interessar outras pessoas, motivar outros trabalhos, ajudar a abrir outros caminhos», bem como «contribuir para um melhor conhecimento dos nossos antepassados medievais e, através deles, de nós próprios», assim cumprindo o desejo da autora. Ficando à espera de nova colectânea que inclua outros estimulantes artigos seus, aqui deixamos ao leitor que se preocupa com as suas raízes a recomendação de que não perca de vista a obra de Iria Gonçalves.

(Iria Gonçalves, *Imagens do Mundo Medieval*, Livros Horizonte, 1988, 235 págs.)

Bernardo Sá Nogueira

TESTEMUNHOS SOBRE A MENTE

Foi editado entre nós, o livro de Jonathan Miller, *Estados de Espírito*. É uma obra constituída por entrevistas com diversos psicólogos famosos. Diversos em especialização e orientação teórica. Livros com esta estrutura possuem limitações inevitáveis. Torna-se difícil não deixar o leitor a saltitar de tema em tema, de área em área, com um «e depois?» destinado a servir de conclusão à leitura. Sobretudo porque os autores deste tipo de obra parecem sempre acoitar ambições ingenuamente panorâmicas. Por outro lado, a entrevista, se bem conduzida, permite encontrar a ideia na pessoa, tornando-a mais próxima e menos ensimesmada.

Ora, este livro acaba por, quase a contragosto do autor (veja-se a introdução), possuir alguma unidade temática. Essa unidade é conquistada por uma notável ausência, e construída quase contra ela.

Essa ausência é a da chamada escola comportamentalista da Psicologia, escola essa que foi vigente entre os anos 30 e 60 deste século. A sua ausência é o sinal da chamada *Revolução Cognitiva* que a Psicologia sofreu nestes últimos trinta anos.

Assim, «Os Estados da Mente» contém entrevistas com G. Miller, J. Bruner e G. Mandler (três pioneiros da já citada *Revolução Cognitiva*), e com D. Dennett e J. Fodor (dois importantes pensadores enquadrados nas Ciências Cognitivas contemporâneas). Mas não é só a Psicologia Cognitiva que aqui se encontra representada, também a Psicologia da Percepção (R. Gregory), da Arte (E. Gombrich), a Etologia (R. Hinde), a Neuropsicologia (N. Geschwind), a Psicanálise (S. Hampshire, B.A. Farrell e H. Segal), a Antipsiquiatria (T. Szasz), e até a Antropologia (C. Geertz) encontram lugar neste conjunto de entrevistas. Quer dizer, estas entrevistas ou são de autores ligados ao paradigma contemporâneo da Psicologia ou de autores enquadrados em áreas que «resistiram» ou «império comportamentalista».

Detenhamo-nos um nada nesta distinção entre o velho comportamentalismo e o novo paradigma «cognitivist», distinção que acaba por ser o involuntário fio condutor deste livro.

O início da Psicologia como ciência, ocorrido no final do

passado século, foi caracterizado pelo sistemático recurso à introspecção como método de investigação. Procuravam-se as «unidades elementares» dos processos de pensamento, mas o que se encontrou foram a divergência de descrições dos mesmos processos, a dificuldade de replicar os resultados das investigações que se iam realizando e a quase impossibilidade de coligir dados que servissem de critério objectivo para uma saudável evolução teórica.

Como reacção a este estado de coisas, James Watson e os seus seguidores lançaram, no final dos primeiros vinte anos deste século, os alicerces da Psicologia Comportamentalista. Se a Psicologia se pretendia científica (ou seja, verificável), então, teria de se centrar nos fenómenos humanos que fossem observáveis, quer dizer, no comportamento (sobre isto consulte-se a entrevista de George Miller). Assim nasceu uma Psicologia em que a explicação dos comportamentos humanos era realizada a partir dos seus antecedentes situacionais imediatos. Deixaram então de ser legítimos como objectos de estudo, as ideias, as

intencções, os planos, a consciência, as emoções, a representação. Conceitos que seriam, para esta escola de pensamento, resíduos de uma mentalidade primitiva (Watson), ou na melhor das hipóteses, inverificáveis e portanto inúteis para a ciência (Skinner).

Apesar dos inúmeros contributos que esta perspectiva ofereceu à compreensão dos fenómenos humanos, não se consegue evitar a sensação de que ela ao deitar fora a água de lavar o bebé... Aquilo que é especificamente humano, a espantosa capacidade de representar internamente a variedade do mundo externo — e todas as consequências que daí advêm — não cabia pura e simplesmente nesta Psicologia.

No entanto, não foram apenas as limitações do Comportamentalismo que ditaram o seu ocaso. Foi também o desenvolvimento de áreas periféricas da psicologia experimental, como a Psicologia do Desenvolvimento (com Jean Piaget), a Psicologia Social (com K. Lewin, F. Heider, L. Festinger e outros), a Psicologia da Linguagem (com Noam Chomsky)

OS PRIMITIVOS

«Minha sogra morreu ontem enterrei-a na sargeta deixei-lhe uma mão de fora para tocar a corneta.»

Esta cantilena que serve de gáudio à rapaziada nas suas fugas em bando pelas ruas dá-nos testemunho de quão proverbial é a simpatia pela sogra. Não são só meninos impertinentes que elegem a sogra como he-

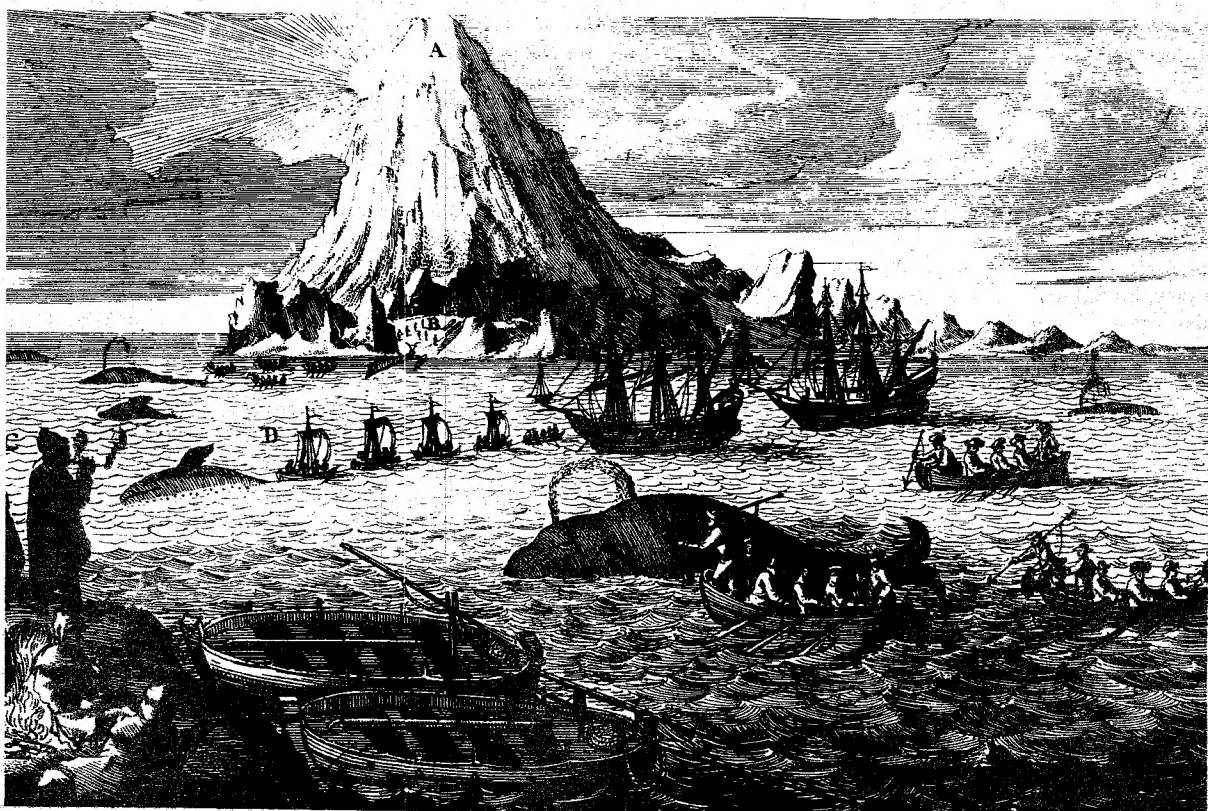
roína das suas histórias jocosas. Na tradição oral essa personagem do parentesco é objecto do imaginário através de ditos e provérbios — «Se minha sogra morre, buscarei quem ma esfole.» «É bem casada a que não tem sogra nem cunhada.»

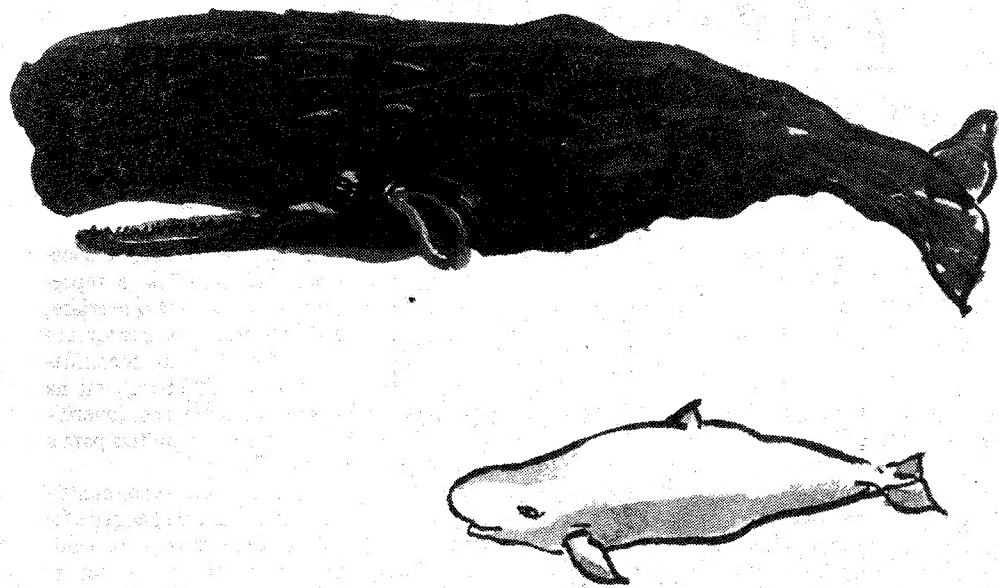
A par da sogra também ao sogro, como às cunhadas, cunhados, noras e genros são

concedidos atributos que manifestam um certo grau de disjunção social. Vejamos alguns ditos: «Assim medre meu sogro, como são atrás de fogo», «Cunhadas são unhas», «Cunhados e ferros de arados de baixo de terra prestam», «Venha minha nora, mas venha cada dia e não cada hora», «Tal genro como sol de Inverno» (in, M.L. Gomes, *Nova Reco-*

lha de Provérbios Portugueses e Outros Lugares Comuns). Nestes ditos manifesta-se uma separação, bem como interesses divergentes que fazem adivinhar conflito e hostilidade latente ao nível social.

Não é só na sociedade portuguesa que encontramos ditos deste carácter. Em muitas outras existem variedades de relações entre pessoas, em que





MODERNIDADE E DISCURSO

As preocupações actuais com a «teoria da modernidade», pela riqueza e variedade dos temas, a proeminência dos autores e o carácter questionante que contém, estão em vias de constituir uma disciplina particular dentro do grande domínio da teoria e sócio-histórica da cultura. Na esteira deste tipo de estudos Miguel Baptista Pereira, professor de Filosofia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, dá à estampa um livro que contém uma visão original e muito própria daquilo que está em causa quando se quer pensar sobre a «modernidade».

A argumentação aduzida é desde logo marcada pela caracterização da modernidade, que já no prefácio é apresentada como «época da indigência» (Hoelderlin e Heidegger) e onde o «deserto cresce» (Nietzsche). Partindo deste diagnóstico, Baptista Pereira propõe-se fazer uma interessante e exigente hermenêutica do discurso da modernidade. Dando por adquirida a evidência da «ruptura moderna» que altera toda a relação do homem ao tempo, a sua visée hermenêutica está bem patente na intenção de proceder a uma abordagem textualista do discurso moderno, ou seja à «meditação daqueles textos que, à maneira das grandes pedras angulares, nos permitem construir o edifício da interpretação dos Tempos Novos».

Mas o que faz deste livro uma visão original e interpellante é a perspectiva em que se coloca. Na verdade, a sua hermenêutica não se reduz a mais um «textualismo», cujas pechas o derridiano vulgar tem vindo a confirmar, à l'insu do próprio Derrida. O ponto de partida é acima de tudo questionante, não tanto pelo diagnóstico negativo que a época

lhe merece, mas pelos problemas bem precisos que Baptista Pereira coloca à experiência contemporânea e que servem de fio condutor de toda a investigação.

É interessante seguir o modo como o autor, a partir da sua análise discursiva, põe em evidência uma série de categorias da modernidade, quais sejam: «Secularização», «crítica», «progresso», «revolução», «desenvolvimento» e «revolução» que configuram, cada uma de per se, um modelo de análise inusitado entre nós. No seu conjunto elas estão na base da reflexão que os modernos fazem sobre a modernidade, ao mesmo tempo que constituem o balizamento do discurso da modernidade. É neste quadro que se passa a criticar duas tendências aparentemente contraditórias, mas afinal complementares: a que acentua a fragmentação e a que acentua a recomposição totalizante da experiência. Resultantes da «acção dissolvente» da Razão, deduzem-se daí uma série de problemas, a saber: 1) o construtivismo da razão moderna; 2) a entrada em crise da liberdade por influxo do nihilismo; 3) o retorno do trágico na experiência actual, todos eles marcados pelo império da subjectividade (ao nível individual, enquanto *egomania*; ao nível colectivo, enquanto *anonimato de massas*).

Não é tanto o diagnóstico que é novo, mas o estilo do tratamento, bastante iconoclástico relativamente às categorias modernas, e em que Baptista Pereira fundamenta a tentativa de revitalizar um «pensamento holístico» que desenvolve a partir de análises da descentralização do Sujeito, nas suas vertentes lacanianas e da teoria da evolução de Konrad Lorenz, cujas debilidades irá suprir fazendo apelo à física ac-

tual e ao seu princípio da «implicated wholeness». As premissas de um tal pensamento holístico, que anuncia um projecto ainda por desenvolver, permitiriam então inaugurar uma outra forma de estar no mundo, capaz de respeitar a finitude do indivíduo e a historicidade da «comunidade superior dos homens».

Estamos certos que as reflexões de Miguel Baptista Pereira não deixarão de entrar em diálogo com todos aqueles que, entre nós, se dedicam a esta temática de estudos. O seu contributo para uma analítica da experiência actual não deixará de dar frutos, sem por isso se confundir com mais uma «teoria da modernidade». Caso contrário, em que se distinguiria das inúmeras epocologias que fazem da modernidade uma «época» para depois «demonstrarem» que não passa de um «intervalo» da história humana? A destruição do discurso da modernidade que Baptista Pereira prepara já não é mais um discurso sobre os malefícios da «secularização» — embora a secularização pese e muito sobre a sua escrita —, mas uma forma de aligeirar o mundo do peso excessivo das palavras que vestimos e com que revestimos a experiência (não dizia Caeiro «tristes de nós que trazemos a alma vestida?»). É esta espécie de *Lichtung*, talvez ainda demasiado negativa, mas eminentemente necessária, que oferecerá ao nosso olhar, pois, como propunha também Caeiro, «exige-se um estudo profundo, / Uma aprendizagem de desaprender».

(Miguel Baptista Pereira, *Modernidade e Tempo: Para uma Leitura do Discurso Moderno*, Maiêutica, 1990, 237 págs.)

José A. Bragança de Miranda

e, sobretudo, o aparecimento de um novo parceiro artificial da inteligência humana — o computador (consultem-se sobre estes temas as entrevistas de Jerome Bruner e George Miller). Subitamente a respeito deste parceiro artificial passou a ser possível falar de representação e pensamento — o que era já praticado pelas disciplinas acima citadas — mas de uma forma mais objectiva, mais pormenorizada e não menos testável. Nasceu assim o novo paradigma cognitivista da Psicologia e nasceram as ciên-

cias cognitivas (junção da Psicologia, Inteligência Artificial, Neuropsicologia, Linguística, Economia e Antropologia). Perspectiva esta que faz incidir a explicação do comportamento humano, em termos da representação mental do ambiente externo, da forma como ambiente interno e externo interagem e dos processos mentais que subjazem a esta interacção.

São destes acontecimentos cruciais para a compreensão da Psicologia contemporânea que

este livro acaba por oferecer algum testemunho. É, principalmente por isso, recomendável, tanto mais que no panorama editorial português se regista uma lamentável ausência de referências verdadeiramente informativas sobre a Psicologia científica dos nossos dias.

(Jonathan Miller — org., *Estados de Espírito*, Presença, 1989, 311 págs., tradução de Maria Inácia Guerreiro)

Leonel Garcia Marques

uma delas é impelida, senão mesmo obrigada, por tradição a agradecer, a escarnecer da outra, até limiares que rondam a obscenidade e a brutalidade sem que esta se sinta aborrecida ou ofendida. O que noutro contexto social seria uma expressão de hostilidade, torna-se uma expressão de «amizade» que se manifesta pela permissividade perante a falta de respeito. Assim, em certas estruturas sociais determinados indivíduos estão ligados entre si pela obrigatoriedade de troca, por vezes, até insultos sempre que se encontram.

Numerosos exemplos de relações sociais deste tipo estão descritos na vasta literatura etnográfica, das mais diversas paragens.

Muitas vezes, esta tradição de «gracejar» é associada a evitamento face a um dos membros do parentesco, em geral à mãe da esposa e, por vezes, ao seu pai. O mais interessante é que são ambas consideradas pelos intervenientes como relações de amizade, funcionando ao sentido de: «a obrigação de duas pessoas não entrarem em conflito».

Assim, entre os habitantes das ilhas Andaman, encontramos relações de evitamento entre os parentes de um homem e os da sua esposa. Estes, denominam esta relação como *akay*

que significa etimologicamente, «interdito» e «boca», isto é, falarem entre si. Não deixam, porém de trocar presentes, regularmente, o que justificam pela «amizade» existente, em virtude dos filhos se terem casado.

Entre os Dogon, do Mali, Ego estabelece relações de graça com os irmãos e irmãs da sua esposa, com os filhos e filhas da irmã da sua esposa. Simultaneamente, estas relações são contrabalançadas por relações de evitamento que afectam, sobretudo, os pais da sua esposa.

Estamos na presença de dois fenómenos: de conjunção e de disjunção social.

O modo mais fácil de evitar um conflito entre duas pessoas, é fazer com que elas não se encontrem ou então tratarem-se respeitosamente. Outra estratégia será legitimar a existência de troca de insultos ou gracejos, sem que sejam tomados a sério. São possíveis formas de evitar conflitos reais.

Esta situação caracteriza-se pela existência de dois grupos separados e distintos na sua identidade que estabelecem relações pelo casamento de dois membros, de cada um dos grupos. O homem estranho no grupo da mulher que pelo seu casamento com ela, está em relação indirecta com os indivíduos do grupo dela. O equilí-

brio social exige que não entre em conflito com o grupo da mulher mas, que mantenha com eles uma relação de «amizade» (*joking relationship/parenté à plaisanterie*), que não é nem de hostilidade, nem de solidariedade. Esta relação «amigável» afirma a separação dos grupos e evita um conflito aberto, em que os seus intervenientes se insultam reciprocamente, sem ofensa.

Este tipo de relações de parentesco representa tanto a separação, materializada na existência de grupos separados, como a unidade, na presença de uma relação pessoal indirecta. Isto é, grupos ligados por uma relação de oposição que exprime todo um sistema de atitudes convencionais e ritualizadas.

Na verdade, estamos perante uma expressão da representação da unidade na dualidade. Em que o *parenté à plaisanterie* como sistema de atitudes convencional e ritualizado é uma representação colectiva da estrutura social.

Uma aplicação particular de um traço universal do espírito humano — o seu pensamento por pares de contrários.

(Radcliffe-Brown, *Estrutura e Função na Sociedade Primitiva*, Edições 70, 1989, 329 págs., tradução Maria J. Freire)

Paulo Casimiro

BOLETIM DE ASSINATURA

ASSINE O

Diário de Lisboa

NÃO PERCA NENHUMA EDIÇÃO!

Pretendo assinar a partir do dia ____ / ____ / ____ Pelo período de

☐ 1 ANO — 18 000\$00
☐ 6 MESES — 9 000\$00
☐ 3 MESES — 4 500\$00
☐ 1 MÊS — 1 500\$00

Nome _____

Morada _____

Código Postal _____

Junto envio: ☐ cheque ☐ vale do correio

• Números atrasados: 70\$00 cada • Mudança de endereço: 150\$00 • Por períodos mínimos de 6 meses poderá também assinar o «Diário de Lisboa» uma vez por semana, embora sempre a edição do mesmo dia da semana, sendo, para esse período, o preço de 1 850\$00. • Informação ao assinante: os preços acima indicados levam em conta que o jornal beneficia do porte pago postal no território nacional até 100 gramas, pelo que os encargos postais ali incluídos são apenas os do excesso de peso que todos os dias existe. Se por algum motivo este benefício for retirado, aqueles preços terão de ser imediatamente alterados em conformidade.

Enviar para: **DIÁRIO DE LISBOA — Assinaturas**
Rua Luz Soriano, 44 — 1200 LISBOA

BALEANDO

MESTRE JOÃO LÉLE

Eu tinha quinze anos, quando comecei a arriar à baleia. Não havia lanchas naquele tempo.

A gente saía do porto de remos, se não havia vento, íamos remando, sempre remando... E depois, o vigia fazia sinais, com fumos, dois fumos emparelhados pra gente ir direitos à baleia. Quando ele apagava os fumos, era pra gente parar, era porque as baleias eram por ali. E a gente ficava por ali à espera que a baleia saísse, s'era só a baleia, e se era cardume a gente ia sempre, que o cardume tá quase sempre por cima. Agora, a baleia grande é que tá por baixo a hora, a hora e tal. Então o vigia mandava parar, de terra, c'os fumos, e fumos, e a gente ficava ali espalhados por a banda e outra à espera que a baleia saísse. Depois, quando ela saía, aquele que tava mais perto é que chegava a ela e se ela dava lugar pra trancar, trancava. Se os botes eram de praçaria juntavam-se os que eram daquela companhia e ajudavam a matar. Depois da baleia morta, se havia vento, faziam de vela, na proa desse que tava co a baleia, e lá iam rebocando de vela pra terra. Era só o que a gente podia. As vezes, a gente chegava perto da terra, não havia vento pra virém pro porto, tinham que aferrar. Aferrávamos, pegávamos a remar, a maré o contrário pegava na gente e levava a gente pra trás... Iam barcos de terra, botavam um cabo pra ajudar. O barco qu'ia de terra, que os gerentes mandavam, levava comida à gente, e a gente sempre a penar pra ver se vinha pro porto... Não tínhamos lancha, gasolina, nem nada.

AQUI NO PICO. TEVE MORTO DENTRO DO BOTE

Aqui, mas aqui no Pico, também tem a boa. Boa... pois é dessas que acontecem mal.

O senhor há-de-se lembrar quando foi do Manuel da Inácia, que se pisou aqui c'o Manuel da Emília... O Manuel da Inácia, que tá hoje pra América.

Também teve morto dentro do bote. O bote revirou... A baleia trouxe o pano... Calhou. Foi um calhamento. Ela foi por sotavento, alevantou o rabo o ar, trouxe o pano embrulhado no rabo de volta a baixo, e bumbo e tudo. E o rapaz apanhou a pancada na cara. Ele teve cma morto.

O bote revirou, tavam lá nadando todos. Depois agarrei-me o diabo do rapaz, cma era munto amigo co ele. O bote foi revirando sobre mim. Eu queria agarrar a borda mais alta e empurrei-o assim mais pro ar, mas ele ficou metido debaixo do mar. Agarrei a borda mais alta, de cima pra baixo, e vi-o assim cma cambrelar. Um deitou-le a mão, também mal respirava.

Esse tal rapaz, se nã toma a respiração, o tempo que teve metido na água à espera que viesse o bote da Calheta, o João Graxinha...

O João Graxinha é que veio tomar a gente, no tal dia. Veio tomar a gente, e é que nos salvou. A gente, pra dizer a verdade, foi um bom home.

ISTO NÁ CALHA TUDO BEM

E outros casos, outras histórias acontecidas consigo?

Dua vez, eu tava em S. Mateus e o mestre Jsé Gatinho, que foi um baleeiro cma todos sabem, foi um grande baleeiro, tava lá falando, e é tava contando a respeito dessas vezes... Ora, ele tava contando era das vezes qu'elas o favoreciam, porque não há ninguém que nã le calhe mal naquela vida. E eu disse:

— O mestre Jsé tá dizendo dessas vezes... Nunca le calhou vez nenhuma mal?

Ele ficou a rir, e diz ele:

— Já, home. E eu vou contar a. Eu tranquei a baleia à noite e ela ficou acima do mar. E eu havia ter puxado pra ela depressa, a ver se le dava a lancha. Mas ela tava longinho. Lembrei-me pra ela ir para baixo e disse à lancha que fosse metê-la no fundo, que era pra tornar a vir a cima e nã tar tanto tempo por baixo. Vai ela, puxou pra baixo, levou-me as linhas e foi-se embora a baleia e tudo. Por culpa minha.

Quer dizer, isto nã calha tudo bem.



EU PASSEI MUNTAS

Eu passei muntas. Eu arriava de trancador, no tempo era novo. Comecei a arriar de trancador tinha vinte anos.

Mais tarde, arriei de trancador do Domingos Inteiro, que chamavam-le o Domingos Inteiro. Tranquei-le a baleia, fui pelo ar ficar longe. Foi outra, nã foi a que eu tranquei, foi outra que veio de baixo pra cima, qu'eram baleias de cardume. Essa outra veio de baixo pra cima, deu a cabeça no bote, por baixo, e eu fui pelo ar, fui ficar arredado. A baleia ficou trancada e o bote foi adiante, mas nã cortaram a linha. Se cortassem a linha, eu nã me tinha pisado. Depois, outro bote chegou aí a eles e ficou mais eles, e o da Calheta — que bote foi, senhor?, o trancador era o Manuel Faidoca — é que me tomou.

Doutra vez, também tranquei a baleia o Manuel da Emília. Ela bateu, revirou a gente, e fui c'o bote pelo mar abaixo, com vela e tudo. Partiu o mastro. Eu fiquei debaixo do bote, mas depois nunca perdi o juízo. Tinha um chapéu de palha amarrado aqui por baixo do pescoço c'um cordão, por causa do vento, e eu bati em cima no bote, e nã via nada, por causa do chapéu de palha. Mas tive sempre juízo e remei sempre do mesmo lado, no meu lugar, não andei cá e lá, e calhou bem que saí fora o lado do bote.

Naquele tempo é que se penava pra nã ganhar nada.

TI LUIS FERNANDES

cont. da pág. 2

americanas estão sempre a crescer), entrou na terra de ti Luís Fernandes, levou-lhe a casa, a adega...

Do Pico, da Manhêna, aí continuam adegas. Acabo de ver a do Manuel Gomes, verei muitas outras, todas minúsculos cubículos enterrados na cave, arremedam, mas não têm nada vindo do Pico, da Manhêna, a não ser alguma teladeira e algum cânjero. Avião não é navio. O vinho, sabroso, porém de infernal teor alcoólico, de uvas da Califórnia compradas na Vinha do Galo, engendram-no em casa, em prensas fabricadas na América, e em barricas na América fabricadas o arrumam.

Adega do Pico, inteira, da Manhêna da Piedadde, aqui, na Califórnia, foi a de Ti Luís Fernandes: na sua Manhêna, aquela nesga de chão no fim da vereda que, partindo de casa, lá ia dar por aquele pedaço de terra. Tudo lhe levaram — tudo lhe pa-

garam bem pago, além de lhe darem boa casa nova. E tiraram-lhe a vida. Ti Luís Fernandes logo morreu. Há-de haver uns oitenta e tantos anos.

A menina Piedadde ficou. Definitivamente viúva. Acabara por amá-lo. Muito velha, na casa nova (que já não é nova), por sinal aqui em San Leandro, se não erram as informações que oiço, ainda vive. Com que idade? Rondava a de meu Pai, que, se vivo também, andaria pelos noventa e cinco, noventa e seis, mais coisa menos coisa.

(1) Aposento: *quintal* (neste contexto). / (2) Dar a salvação: *saudar, cumprimentar*. / (3) Bordar: *hospedar-se*. (4) Bordo: *hospedagem, pensão*.

SAN LEANDRO, CALIFÓRNIA, JUNHO DE 1988

(Do livro, a publicar em breve por Edições Salamandra, «Das Velas de Lona às Asas de Alumínio»)

